

C&P

CONJUNTURA & PLANEJAMENTO

129

129

SALVADOR • FEVEREIRO DE 2005



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA

PAULO GANEM SOUTO

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO

ARMANDO AVENA

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA - SEI

CESAR VAZ DE CARVALHO JUNIOR

CONSELHO EDITORIAL

Cesar Vaz de Carvalho Junior

José Ribeiro Soares Guimarães

COORDENAÇÃO GERAL

Luiz Mário Ribeiro Vieira

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Roberta Lourenço de Souza (Bolsista FAPES)

EQUIPE TÉCNICA

Elissandra Alves de Britto

Alynson dos Santos Rocha (Bolsista FAPES)

Carla Janira Souza do Nascimento (Bolsista FAPES)

Fabiana Karine Pacheco dos Santos (Bolsista FAPES)

Joseanie Aquino Mendonça (Bolsista FAPES)

João Paulo Caetano Santos (Estagiário)

Nícia Moreira da Silva Santos (Estagiária)

NORMALIZAÇÃO

Gerência de Documentação e Biblioteca - GEBI

REVISÃO

Dina Beck

PRODUÇÃO GRÁFICA

Dóris Serrano

DESIGNER GRÁFICO

Humberto Farias

EDITORAÇÃO ELETRÔNICA

HBTO Comunicação e Arte

Os artigos publicados são de inteira responsabilidade de seus autores. As opiniões neles emitidas não exprimem, necessariamente, o ponto de vista da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia - SEI. É permitida a reprodução total ou parcial dos textos desta revista, desde que seja citada a fonte.

Esta publicação está indexada no Ulrich's International Periodicals Directory e no Qualis.

CONJUNTURA & PLANEJAMENTO, v.1 - (1994-)
Salvador: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, 2004.

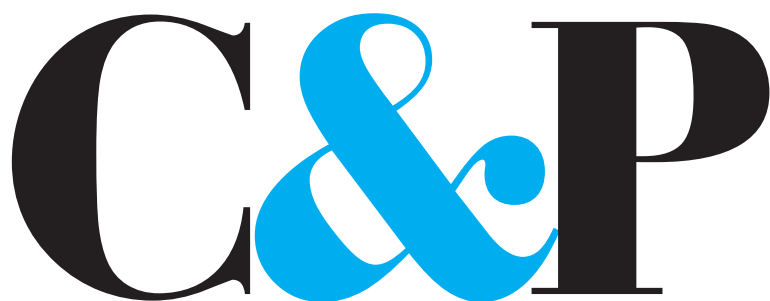
Mensal

ISSN 1413-1536

CDU - 338(814.2)



Av. Luiz Viana Filho, 435 - 4ª Avenida - 2º and. - CAB
Cep: 41.750-300 - Salvador - Bahia
Tel.: (71) 3115 4823/4822 Fax: (71) 371 1853
www.sei.ba.gov.br/sei@sei.ba.gov.br



CONJUNTURA & PLANEJAMENTO

Sumário

Economia em Destaque

O crescimento industrial baiano:
uma breve exposição da contribuição setorial
Núcleo de conjuntura da SEI 4

Conjuntura Econômica Baiana 6

Artigos

Demanda agregada: porque reprimi-la?
Raniere Muricy Barreto
Nádia Vieira de Souza 16

Inserção e rendimentos do trabalho doméstico
na RMS
Wilson F. Menezes 23

Responsabilidade social e as metas do milênio
Arlete M. Cordeiro 31

Investimentos na Bahia

Investimentos industriais previstos
alcançaram 23 bilhões 38

Notícias 42

Legislação 44

Indicadores Conjunturais

Indicadores Econômicos 48

Indicadores Sociais 54

Finanças Públicas 64

Carta do Editor

Visando alcançar a meta estabelecida para a inflação em 2005, o Copom aumentou mais uma vez a taxa de juros em meio ponto percentual, confirmando assim as expectativas do mercado financeiro. Com essa alta o Brasil assumiu a liderança do ranking dos maiores juros reais (descontada a inflação) do mundo.

A elevação da taxa real de juros desestimula o consumo das famílias e os investimentos das empresas, ou seja, desaceleram a economia. Esse desaquecimento costuma ser acompanhado por perdas na renda das pessoas, reduzindo o espaço para ajuste de preços. Por outro lado, o aumento dos juros tem impactos negativos sobre a dívida pública.

Segundo o BC, existe um excesso de demanda, devido à retomada do crescimento econômico e as empresas não conseguem produzir o suficiente para atender esse aumento de demanda. Os últimos indicadores conhecidos ainda não conseguem mostrar, com clareza, os impactos da alta dos juros sobre a atividade econômica.

No que tange ao nível de utilização da capacidade instalada em 2004, este continua a se elevar, passando de 82,91% em novembro para 83,07% em dezembro, de acordo com a CNI (Confederação Nacional da Indústria). Isto indica que o setor continua expandindo a sua produção, mesmo com as altas na taxa de juros. No comércio, ainda registra-se resultados positivos, com um incremento de 8,98% entre janeiro e novembro de 2004 no volume de vendas na comparação com o mesmo período de 2003, segundo o IBGE.

Portanto, os juros permanecerão altos ou em elevação até que os primeiros indicadores de 2005 mostrem uma desaceleração no nível de atividade e uma convergência da taxa de inflação para a meta fixada pelo Banco Central em 5,1%.

O crescimento industrial baiano: uma breve exposição da contribuição setorial

Núcleo de Conjuntura da SEI*

No mês de novembro de 2004, a indústria baiana registrou o maior crescimento mensal desde 1985, quando se inicia a série. De acordo com os dados da PIM-IBGE,

Tabela 1
Taxas de crescimento da indústria geral e transformação, Bahia: nov/04

	Nov04/ out04*	Nov04/ nov03	Acum./ ano	12 meses
Ind. geral				
Taxa de crescimento	2,2	30,5	10,0	8,5
Ind. transformação				
Taxa de crescimento	2,6	32,9	10,5	9,0

* Com ajuste sazonal

Fonte: IBGE/DPE/Departamento de Indústria

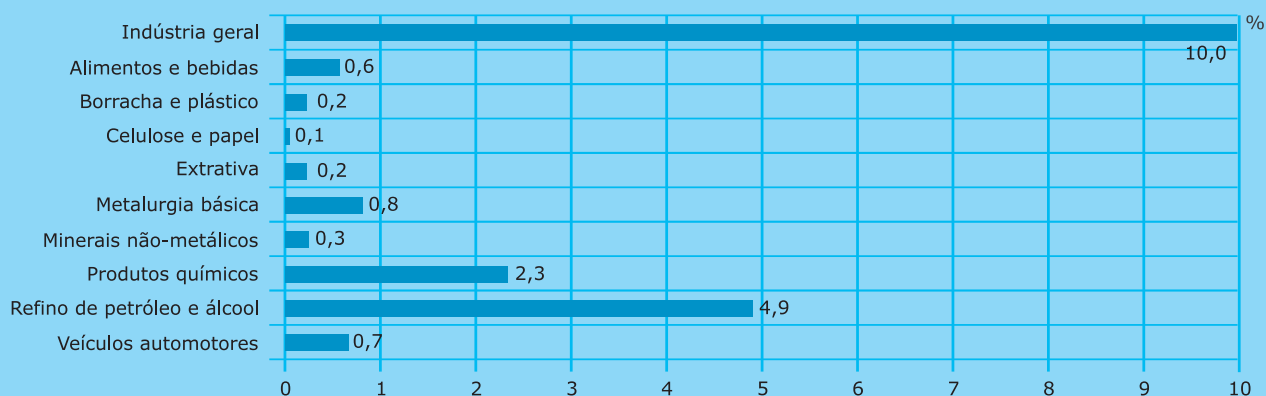
Elaboração: SEI/GEAC

o crescimento mensal (novembro04/novembro03) foi de 30,5% - indústria geral -, e 32,9% - indústria de transformação. Apesar desse expressivo crescimento no indicador mensal, na comparação mês a mês, onde são feitos os ajustes sazonais, o crescimento da indústria foi de 2,2% (geral) e 2,6% (transformação). Com esse resultado, o indicador do acumulado no ano, que em outubro estava em 8,2%, atingiu 10,0% em novembro, conforme se verifica na tabela 1.

Conforme o IBGE, esse expressivo crescimento da indústria baiana é explicado fundamentalmente, pelo desempenho do setor de 'refino de petróleo e produ-

* João Paulo C. Santos. estagiário da GEAC-SEI. joaopaulo@sei.ba.gov.br

Gráfico 1
Contribuição setorial na composição da taxa da indústria geral*



Fonte: IBGE-PIM
* Acumulado no ano

ção de álcool', que registrou crescimento de 205,6%, resultado da fraca base de comparação, decorrente da paralisação da Refinaria Landulfo Alves para manutenção, em novembro de 2003, e que ocasionou forte queda da atividade industrial baiana naquele período, que registrou decréscimo de 17,7% para indústria geral e de 57,02% para o setor de refino de petróleo e produção de álcool.

O gráfico 1 mostra a taxa de crescimento da indústria geral no acumulado de 2004, bem como a contribuição de cada setor na formação desse índice.

Refino de petróleo e álcool

Conforme os dados da PIM-IBGE, o setor de refino de petróleo e álcool registra no acumulado do ano, crescimento de 22,6%. Segundo dados da ANP, a produção total de derivados de petróleo acumula, no ano, até o mês de novembro, crescimento de 20,0% na comparação com o mesmo período do ano anterior. Na composição do índice anual da indústria geral, o setor contribuiu com 4,9 pontos. Ou seja, no ano de 2004, o setor de refino de petróleo e álcool foi responsável por 49,0% do crescimento da indústria baiana, o que faz desse setor o mais importante da matriz indústria baiana.

Produtos químicos

O setor de produtos químicos apresenta-se como o segundo mais importante setor da indústria baiana. No mês de novembro, registrou crescimento de 18,2%, acumulando, no ano, crescimento de 6,3%. Na composição da taxa anual da indústria geral, o setor de produtos químicos contribuiu com 2,32 pontos, o que representa 23,2% do índice total.

Metalurgia básica

Em novembro, este setor da indústria baiana registrou queda de 7,9% na comparação com o mesmo mês do ano anterior. Já no acumulado do ano, apresentou expansão de 8,8%, o que faz desse setor o 3º mais importante na formação do índice da indústria geral, contribuindo em 0,82 pontos, o equivalente a 8,2% do total da indústria geral.

Veículos automotores

O setor tem registrado as maiores taxas de crescimento da indústria baiana, sendo, no ano, a maior delas (50,0%); a produção de veículos automotores se posiciona como a 4ª força da matriz industrial baiana, uma vez que, até o mês de novembro, este setor contribuiu em 0,67 pontos para a formação da taxa de crescimento da indústria geral, representando, aproximadamente, cerca de 6,7% do valor total. Além disso, seu dinamismo tem o poder de afetar positivamente vários setores da economia, inclusive da indústria baiana, a exemplo do setor de metalurgia, o que o credencia a se tornar um dos motores do crescimento da economia do estado.

Demais setores

Os demais setores da indústria de transformação baiana – alimentos e bebidas, minerais não-metálicos, borracha e plástico e celulose, papel e produtos de papel –, além das indústrias extrativas, contribuem com 1,26 pontos na formação da taxa anual da indústria geral, representando cerca de 12,6% do total dos setores. Como destaque, neste último grupo, cita-se celulose, papel e produtos de papel, que poderá conduzir a Bahia à condição de primeiro produtor brasileiro de celulose em três anos, com o aumento da produção nas três unidades baianas, (BAHIA INCREMENTA..., DIÁRIO OFICIAL, 2004).

Por fim, outro setor importante é o de calçados e artigos de couro. Atualmente existe, na Bahia, mais de 50 fábricas de calçados e demais artigos de couro, distribuídas por vários municípios do interior baiano. Apesar de sua relevância na geração de emprego e renda, para as localidades onde estão instaladas, bem como pelo seu incremento na balança comercial, esse setor, conforme os dados da PIM-IBGE, ainda não se apresenta como um setor de destaque

A produção de veículos automotores se posiciona como a 4ª força da matriz industrial baiana

na indústria baiana, não contribuindo de forma incisiva na formação da taxa geral da indústria, fato que o descredencia a fazer parte das estatísticas do IBGE para o estado da Bahia.

Considerações finais

A análise setorial da indústria baiana permite concluir que, apesar do processo de diversificação e expansão – a partir do complexo automotivo, das indústrias calçadistas e da extração e produção de celulose e papel –, a matriz industrial da Bahia continua altamente dependente do desempenho do setor de refino de petróleo e álcool, fato verificado pelo crescimento, no mês de novembro, e do setor de produtos químicos, os quais explicam, juntos, cerca de 70,0% da produção industrial no ano de 2004. A partir desse fato, constata-se a grande dependência e centralização da atividade industrial baiana em torno da Região Metropolitana de Salvador (RMS) e do Recôncavo. Ademais, espera-se que o governo consiga, com a atração de novos projetos industriais, bem como nas propostas de investi-

mento público, a exemplo da proposta de investimento para o ano de 2005, correspondente a R\$ 3,4 bilhões – 22,8% das receitas orçamentárias –, (BAHIA TERÁ..., CORREIO, 2004), promover uma maior dinamização e descentralização da matriz industrial baiana, trazendo, assim, benefícios para todo o estado.

Referências

AGÊNCIA NACIONAL DE PETRÓLEO – ANP. Dados e estatísticas. Disponível em: <http://www.anp.gov.br>. Acesso em: 01 fev 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Produção industrial mensal. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 01 fev 2005.

Bahia terá R\$ 3,4 bilhões em investimento. CORREIO DA BAHIA. Disponível em: http://www.promoba.com.br/promo-news2.asp?leia_mais=clipping. Acesso em: 01 out 2004.

Bahia incrementa produção de celulose. DIÁRIO OFICIAL DA BAHIA. Disponível em: <http://www.egba.ba.gov.br>. Acesso em: 07 jul 2004. ■



Conjuntura Econômica Baiana

No mês de novembro de 2004, a economia baiana apresentou crescimento, tanto na produção industrial quanto no volume de vendas do comércio varejista, com relação aos dados de outubro; da mesma forma, registrou-se crescimento do fluxo de comércio exterior baiano, exportações e importações. Esses dados refletem o aumento da atividade econômica, sobretudo no município de Salvador, confirmado pelo crescimento do IMEC.

A produção da indústria baiana de transformação, segundo a PIM-IBGE, registrou, no acumulado do ano até novembro, variação positiva de 10,5% em relação ao mesmo período de 2003. O desempenho das indústrias de refino de petróleo e produção de álcool (22,6%), de produtos químicos (6,3%) e de metalurgia básica (8,8%), continua determinando o desempenho industrial do estado. Todos os demais itens registraram crescimento no período.

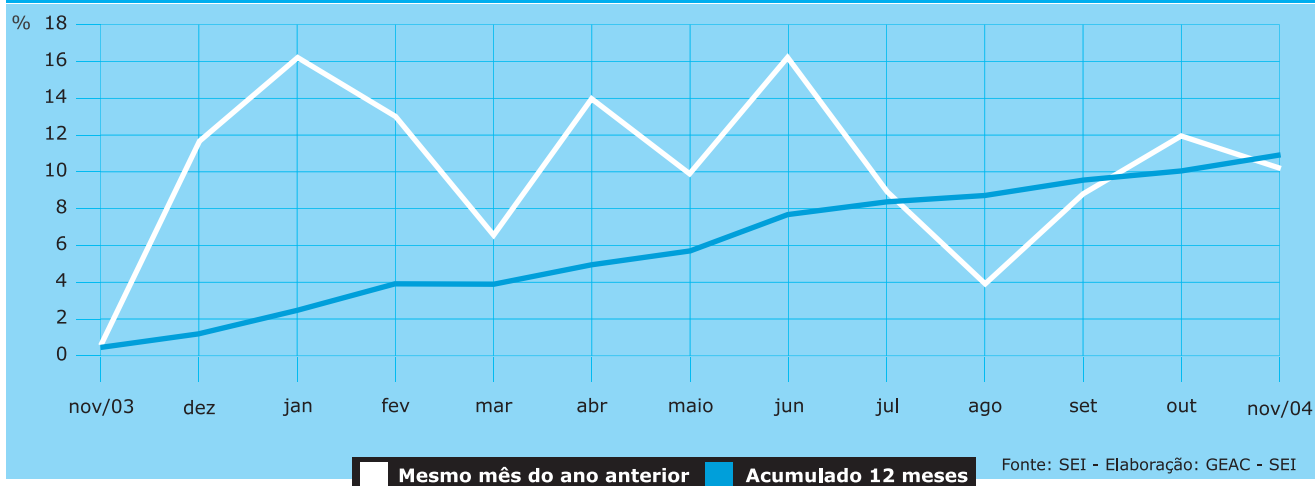
No comércio exterior, o ano de 2004 foi positivo: segundo dados do SECEX-MDIC, de janeiro a dezembro, as exportações acumularam crescimento de 24,7%, enquanto que as importações aumentaram 54,9%. Com esse resultado, a balança comercial, no acumulado do ano, fechou com um saldo superavitário de US\$ 1.049 bilhão.

No comércio varejista, de acordo com a PMC-IBGE, a variação no volume das vendas, no acumulado do ano de 2004 até novembro, apresentou taxa positiva de 7,7%. Contribuíram para esse crescimento os segmentos de móveis e eletrodomésticos (40,4%) e hipermercados e supermercados (8,4%). Já as vendas de veículos, motos e peças acumularam acréscimo de 23,1% no ano.

O Índice de Preços ao Consumidor (IPC-SEI), para Salvador, que registrou inflação de 0,63% em dezembro/2004, teve aumento em janeiro/2005, apresentando taxa de 0,79%. Nos 12 meses, o índice acumula taxa de 7,34%.

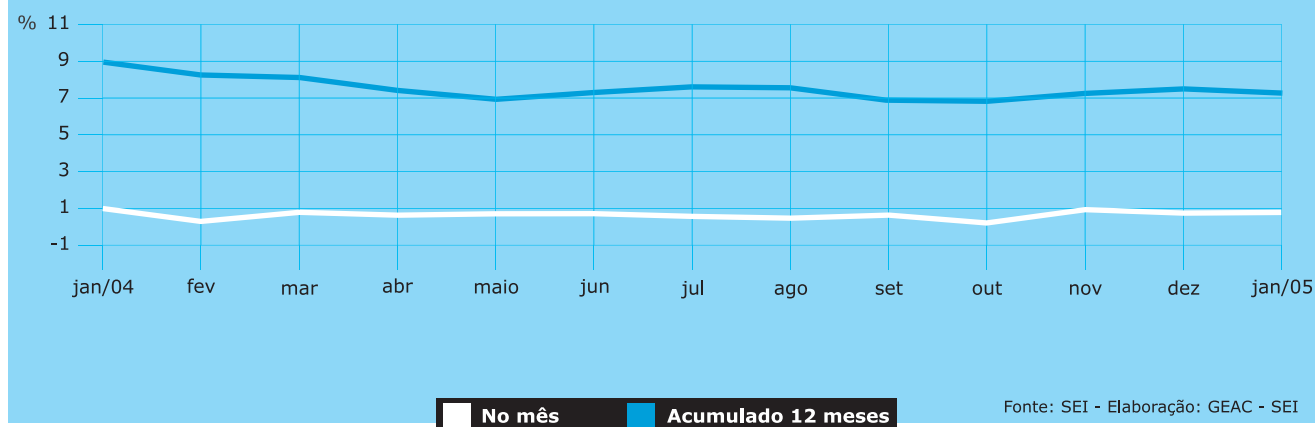
Com relação ao mercado de trabalho, segundo a Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED-SEI/DIEESE/SEADE), a taxa de desemprego total na RMS ficou em 24,8%, em dezembro de 2004, com queda de 0,4 p.p. em relação ao mês anterior, fechando o ano com uma taxa média de 25,7%. No que se refere à taxa de desemprego aberto, também houve redução de 0,4 p.p, passando de 25,1% para 24,7%. O mesmo se deu com a taxa de participação, que registrou uma queda de 0,4 p.p no mesmo período. O número de ocupados aumentou, de 1.275 pessoas para 1.277. Com relação ao rendimento médio real trimestral, verifica-se crescimento de 2,8% na renda do trabalhador.

Índice de Movimentação Econômica - IMEC - Salvador



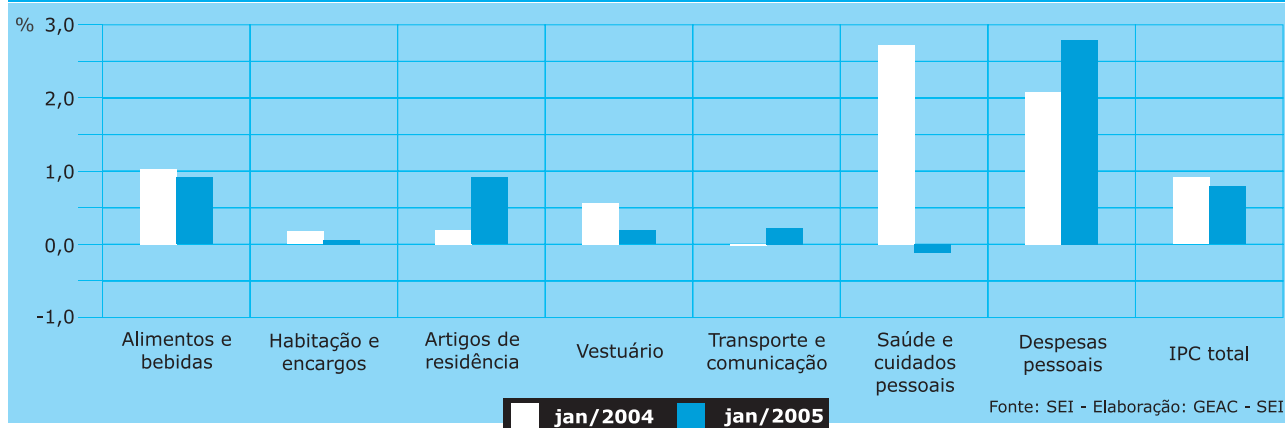
O Índice de Movimentação Econômica de Salvador – IMEC, apresentou, no mês de novembro, crescimento de 10,2%, em comparação com o mesmo mês do ano anterior. Esse resultado acompanha o desempenho do indicador durante o ano de 2004, com crescimento de 10,8% no acumulado do ano. Também nos 12 meses, o índice confirmou a tendência de crescimento da atividade econômica através da curva ascendente, registrando, no mês de novembro, um acumulado de 10,8%.

Taxa de variação do IPC - SEI - Salvador



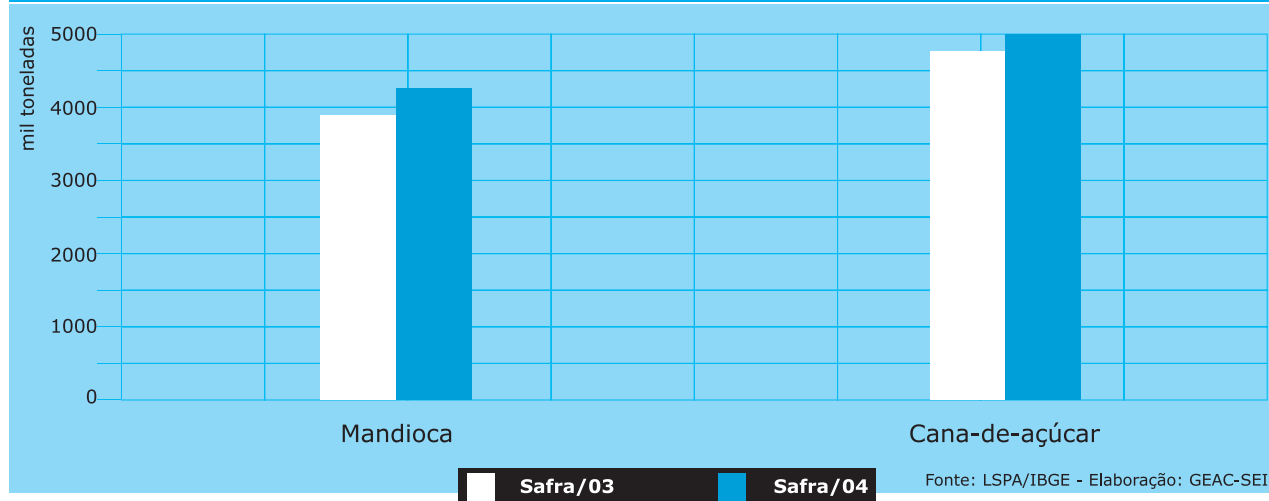
No mês de janeiro, o Índice de Preços ao Consumidor - IPC, divulgado pela SEI, registrou taxa de 0,79%, superior ao mês de dezembro de 2004, quando o índice registrou taxa de 0,63%. Com esse resultado, o índice acumula, nos 12 meses, alta de 7,34%, resultado inferior ao do mês anterior, (7,46%). 'Transporte e comunicação' (14,23%) e 'alimentos e bebidas' (3,98%) são os grupos que mais pressionaram o índice no acumulado dos 12 meses. Já 'artigos de residência' (4,77%) foi o que menos pressionou na formação do índice.

Taxa de variação do IPC-SEI: grupos selecionados - Salvador

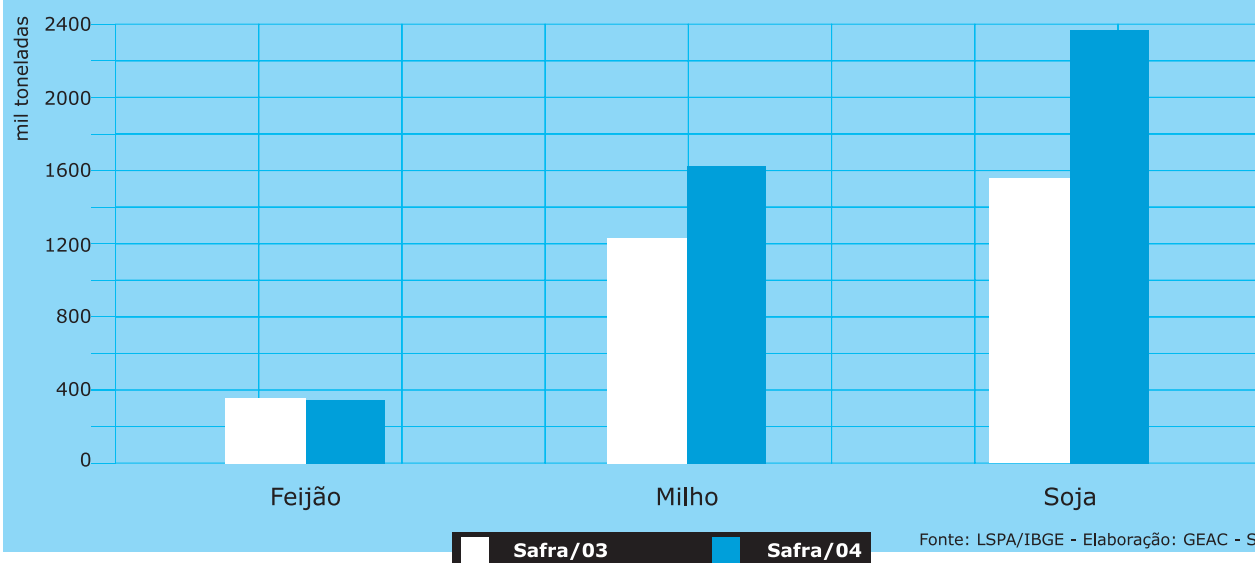


Para o mês de janeiro, os grupos 'despesas pessoais' (2,79%) e 'alimentos e bebidas' (0,91%) formam os que mais contribuíram na formação do índice. Com relação a esses grupos, os subitens educação e leitura (4,92%) e produtos in natura (5,08%) registraram as maiores elevações. No mesmo período, o grupo 'saúde e cuidados pessoais' foi o único que registrou deflação (-0,12%).

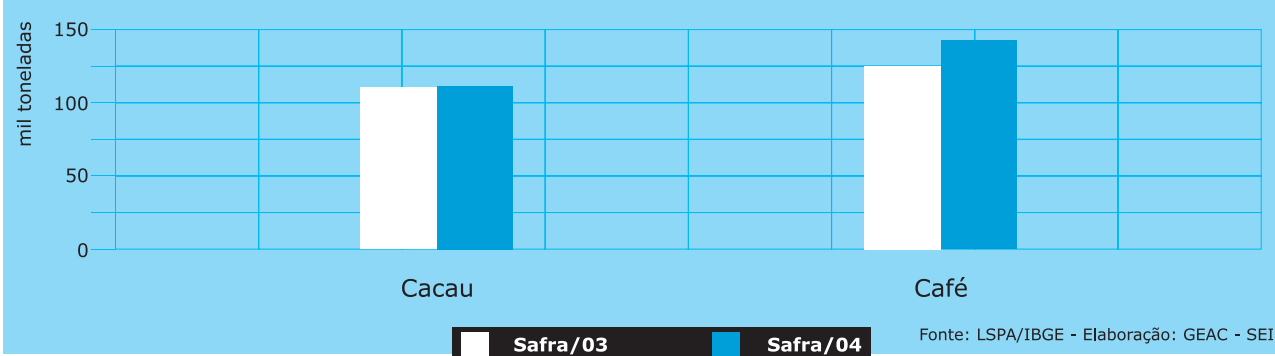
Estimativa da produção agrícola: mandioca e cana-de-açúcar - Bahia



As estimativas da safra baiana, em 2004, do Levantamento Sistemático da Produção Agrícola – LSPA, do IBGE, realizadas em dezembro e os ajustes da safra 2003, apontam elevação de 8,8% na produção de mandioca. Esse resultado ainda reflete a conjuntura de preços da raiz e da farinha, em 2003 e ao longo de 2004. Para a cana-de-açúcar, estima-se aumento de 5,3% da produção em 2004. Esse resultado combina os indicadores de área plantada, colhida e o rendimento da lavoura (elevações de 2,9%, 2,6% e 2,6%, respectivamente).

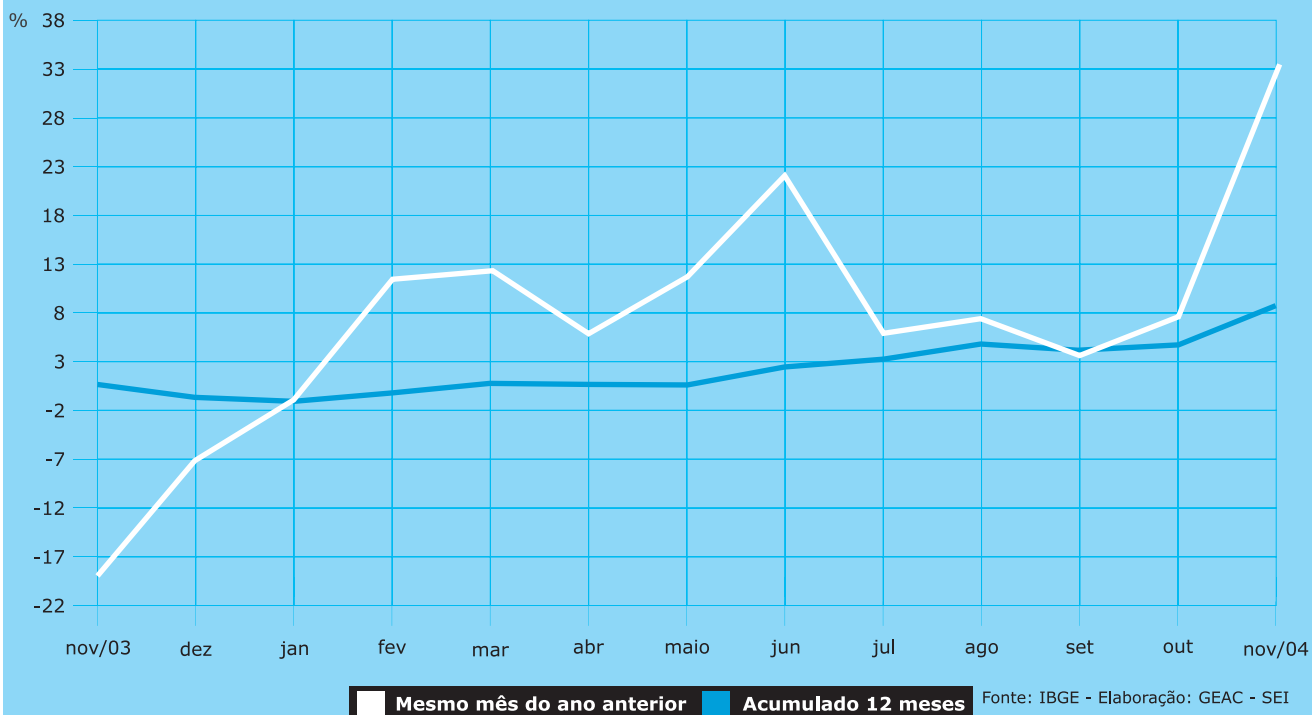
Estimativa de produção agrícola: feijão, milho e soja - Bahia

O LSPA/IBGE aponta queda de 3,1% para a safra baiana de feijão, em 2004. A reversão das expectativas deve-se ao impacto de chuvas irregulares em diversas áreas produtoras. Para o milho, a previsão é de expansão de 33,2% da produção, resultado obtido a partir da utilização dos recursos, técnicas e tecnologias empregadas também para a soja. Para esta última, estima-se aumento de 52% da produção. A manutenção desses resultados, em 2005, segue ameaçada pela queda dos preços da commodity em 2004, interrompendo a trajetória ascendente dos últimos três anos.

Estimativa da produção agrícola: cacau e café - Bahia

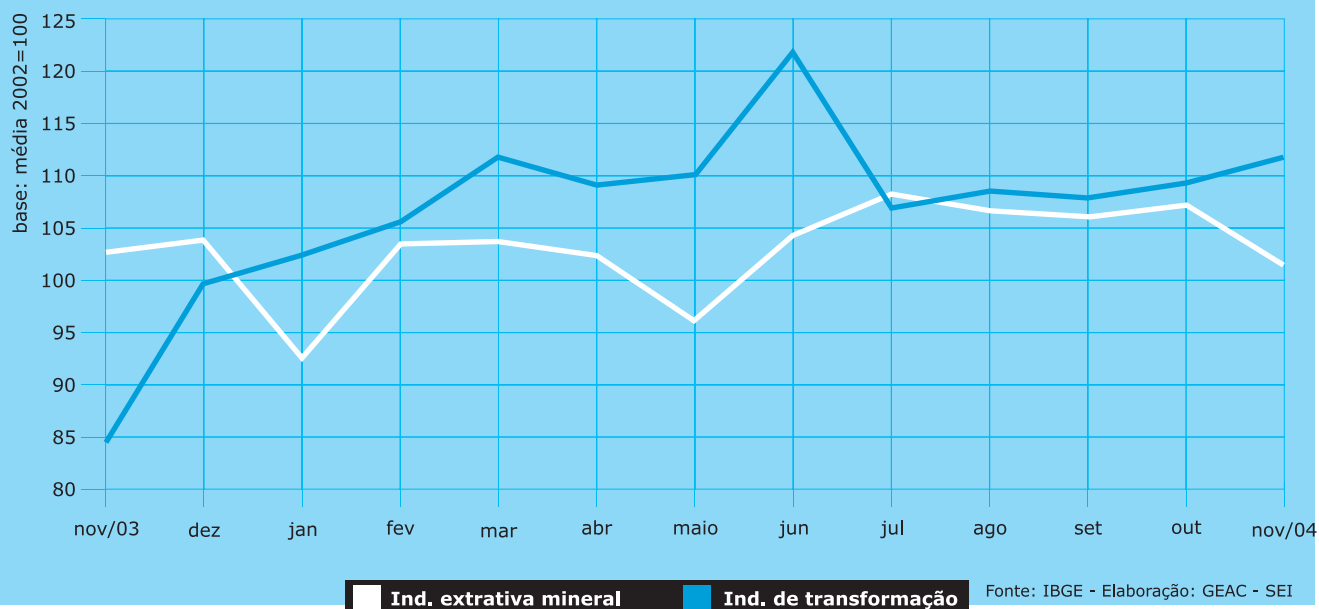
Segundo os dados do IBGE, a produção de cacau teve elevação de 0,9% em 2004. Os resultados esperados para a lavoura mostraram-se bastante discretos durante todo o ano, resultante de fatores como endividamento de produtores, pragas, oscilações de preços etc. Para o café, a elevação é de 14,4% da produção em 2004. As expectativas dos cafeicultores concentram-se no comportamento dos preços nos mercados brasileiro e internacional, diante do aumento da oferta do grão.

Taxa de variação da produção física da indústria de transformação - Bahia



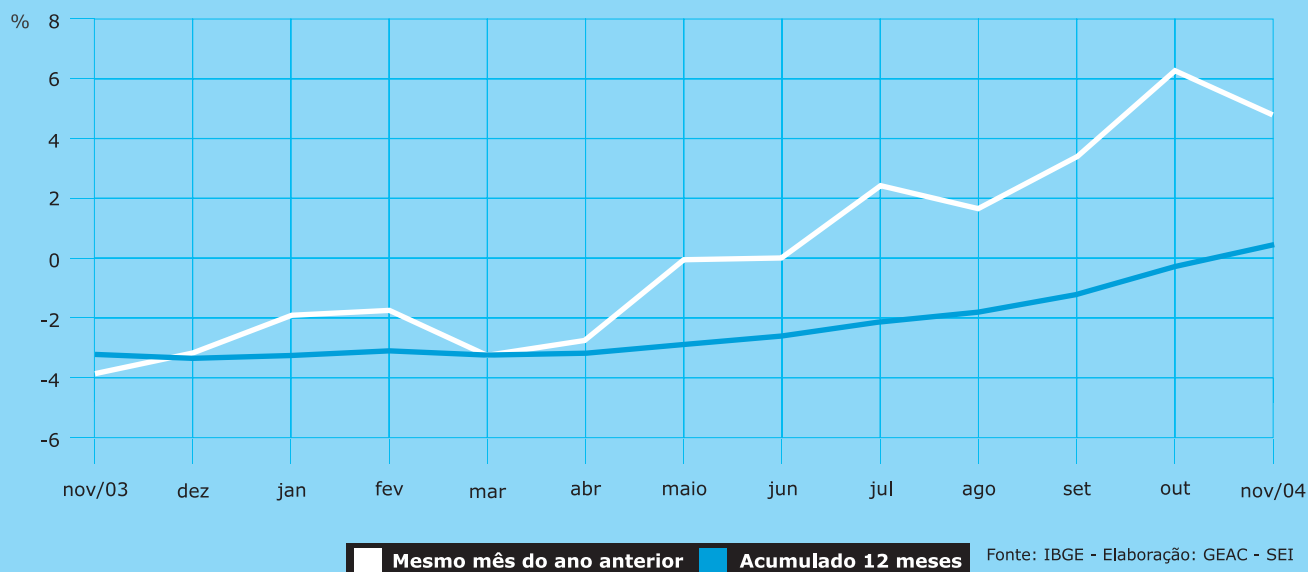
Em novembro, a produção industrial do setor de transformação da Bahia registrou crescimento de 32,9% na comparação com nov/03, conforme os dados da Pesquisa Industrial Mensal – PIM-IBGE. Com esse resultado, a taxa acumulada nos últimos 12 meses, 8,9%. Os setores que mais contribuem para esse desempenho são: refino de petróleo e produção de álcool (16,8%), metalurgia básica (9,4%), produtos químicos (6,5%) e alimentos e bebidas (2,8%).

Índice dessazonalizado de produção física da indústria de transformação e extrativa mineral - Bahia



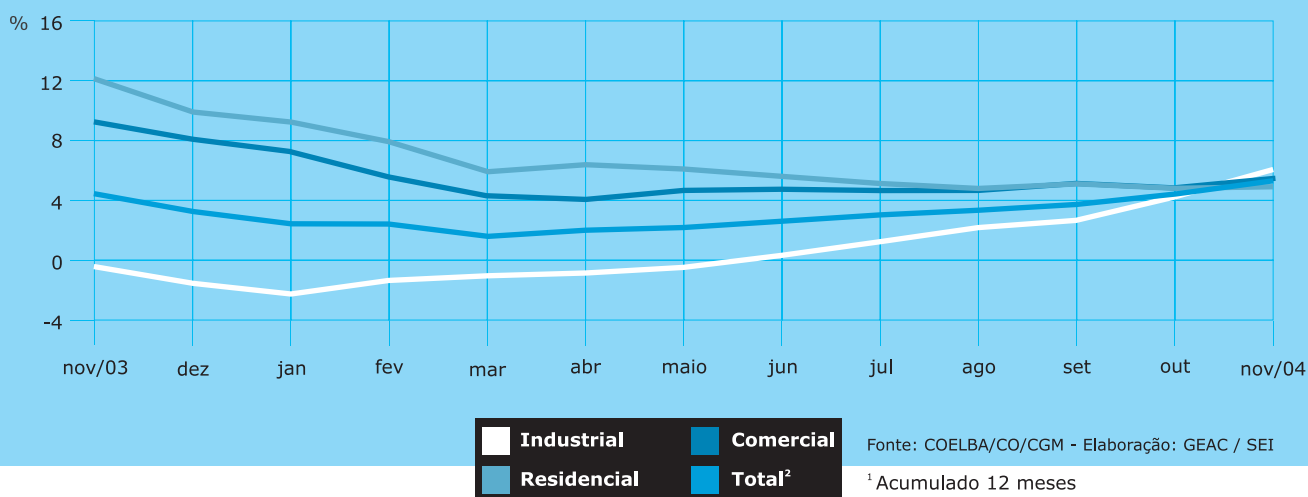
A análise da série livre de influências sazonais mostra que, em outubro, a produção da indústria de transformação cresceu 2,6% na comparação com o mês anterior. Três setores apresentaram contribuição positiva: alimentos e bebidas (5,7%), refino de petróleo e produção de álcool (11,5%) e metalurgia básica (1,6%). Os demais setores registraram taxas negativas, com destaque para celulose, papel e produtos de papel (-15,4%) e borracha e plástico (-5,3%). O setor extrativo mineral também apresentou retração no período (-5,7%).

Taxa de variação de pessoal ocupado - Indústria de transformação - Bahia



O emprego na indústria de transformação baiana registrou, no mês de novembro, crescimento de 4,8% na comparação com o mesmo mês do ano anterior. Este é o quarto mês que o indicador registra saldo positivo. Com esse resultado, o indicador dos 12 meses registra alta de 0,5%, sendo que os setores de calçados e couros (25,1%) e o de fabricação de meios de transporte (24,5%) apresentaram as maiores taxas de crescimento.

Taxa de variação do consumo de energia elétrica¹ - Bahia

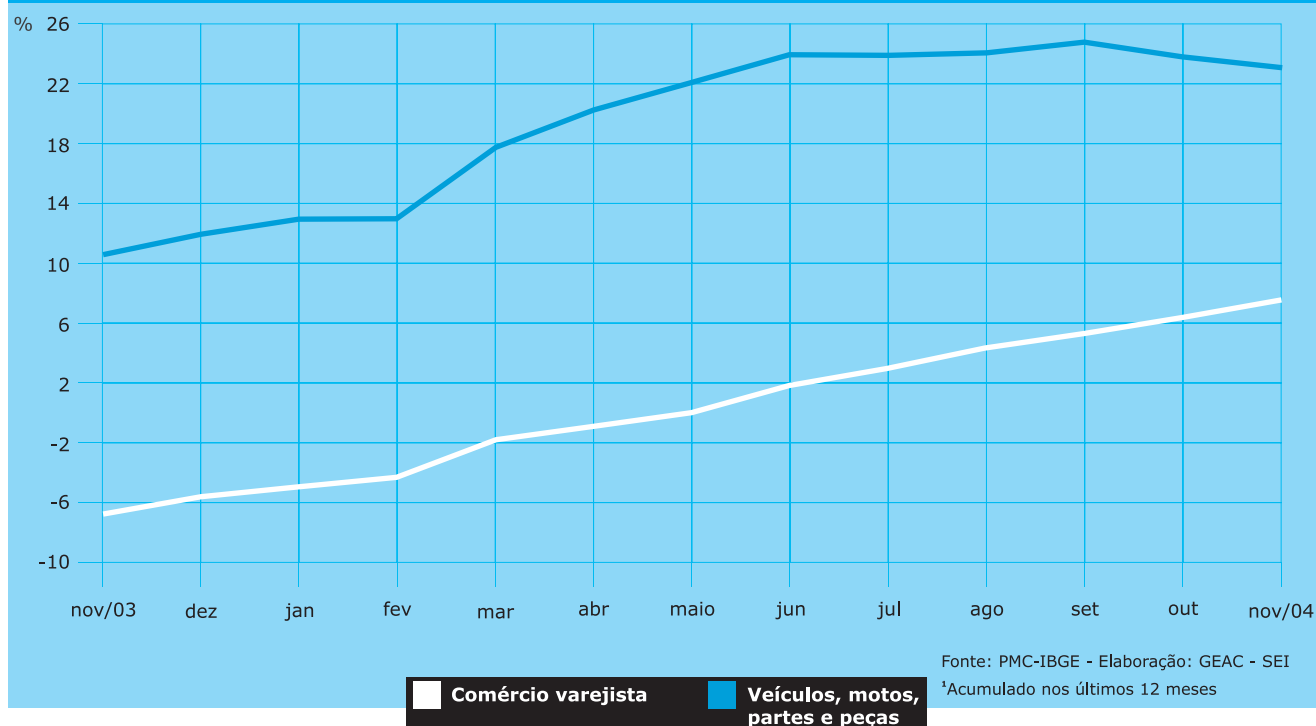


¹ Acumulado 12 meses

² Total = Rural + Irrigação + Resid. + Indust. + Comercial + Util. Pública + S. Público + Concessionária. O consumo industrial corresponde a COELBA, CHESF e COPENE

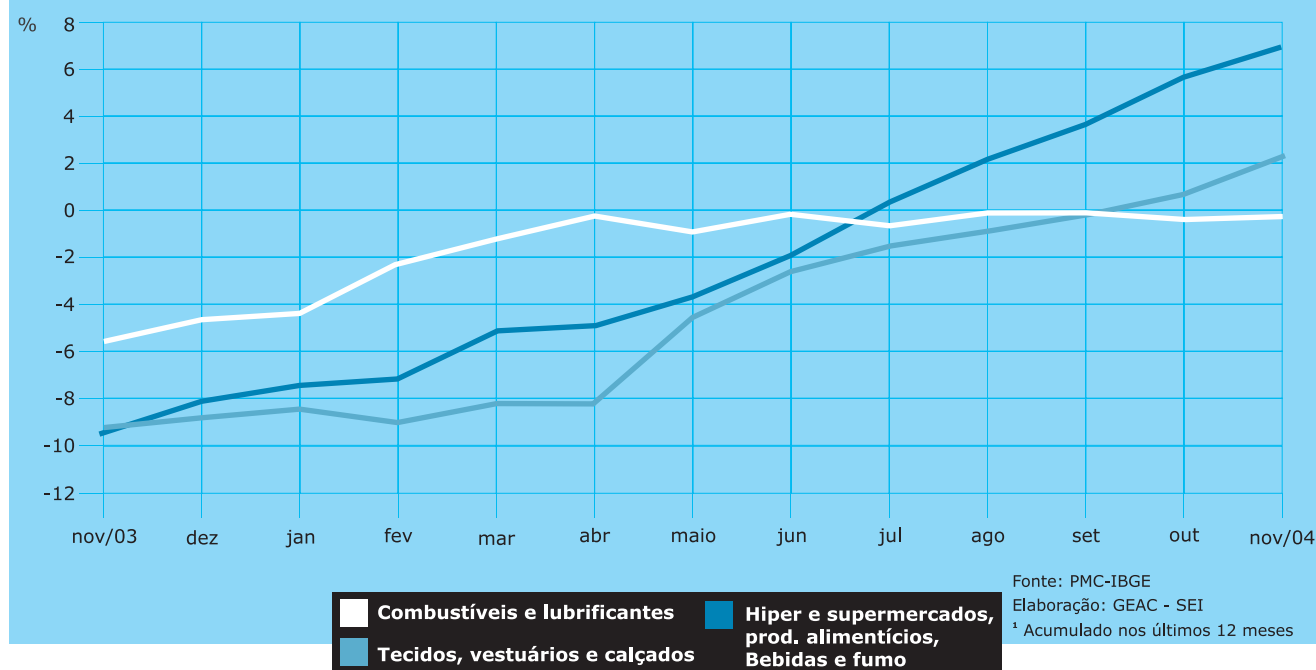
O consumo total de eletricidade no estado da Bahia registrou, no mês de novembro, crescimento de 11,8% na comparação com o mesmo mês do ano anterior. No acumulado dos 12 meses, o índice registra crescimento de 5,5%, mantendo-se na trajetória de crescimento iniciada nos últimos meses. O consumo industrial continua sendo o maior determinante desse crescimento, acusando, no período, taxa de 6,1%. O consumo residencial e comercial também apresentam expansão, registrando taxas de 5,0% e 5,3% respectivamente.

Taxa de variação de volume de vendas no varejo¹ - Bahia



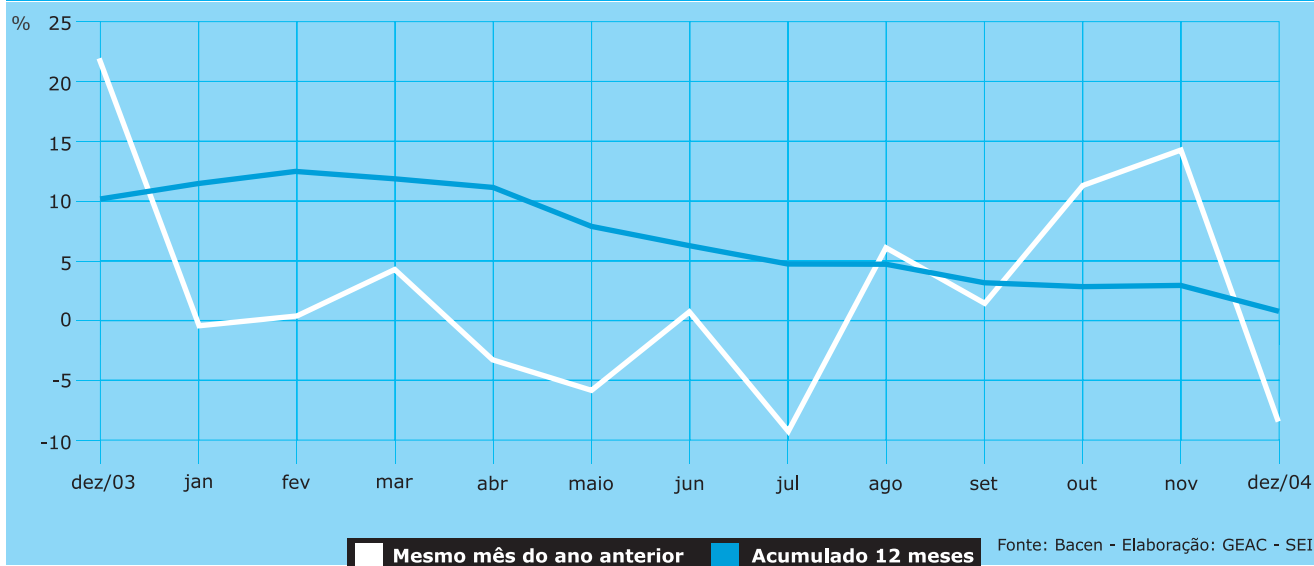
Segundo dados da Pesquisa Mensal do Comércio (IBGE), em novembro o volume de vendas do varejo registrou mais um resultado positivo (11,4%), comparado com novembro de 2003. No acumulado do ano, o crescimento registrado foi de 7,7%. As vendas do segmento de veículos, motos e peças registraram acréscimo de 22,3% em relação a novembro de 2003.

Taxa de variação do volume de vendas no varejo¹: principais segmentos - Bahia



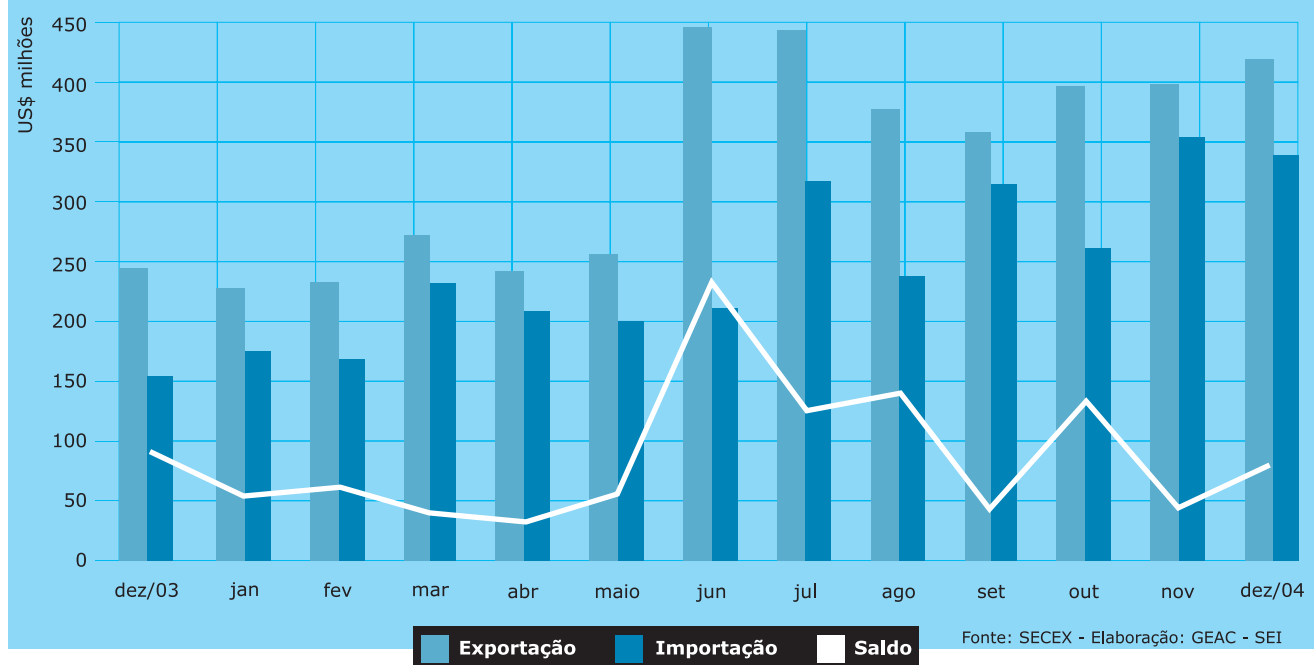
No mês de novembro de 2004, todos os segmentos que compõem o Indicador de Volume de Vendas registraram variação positiva, sendo destaque, novamente, o segmento de móveis e eletrodomésticos (57,0%), e o segmento de hiper, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo, com acréscimo de 7,5% em comparação a igual mês do ano anterior. À exceção do segmento de combustíveis e lubrificantes, que apresentou variação negativa de 0,7%, todos os demais segmentos registram taxas positivas no acumulado do ano.

Quantidade de cheques sem fundos - Bahia

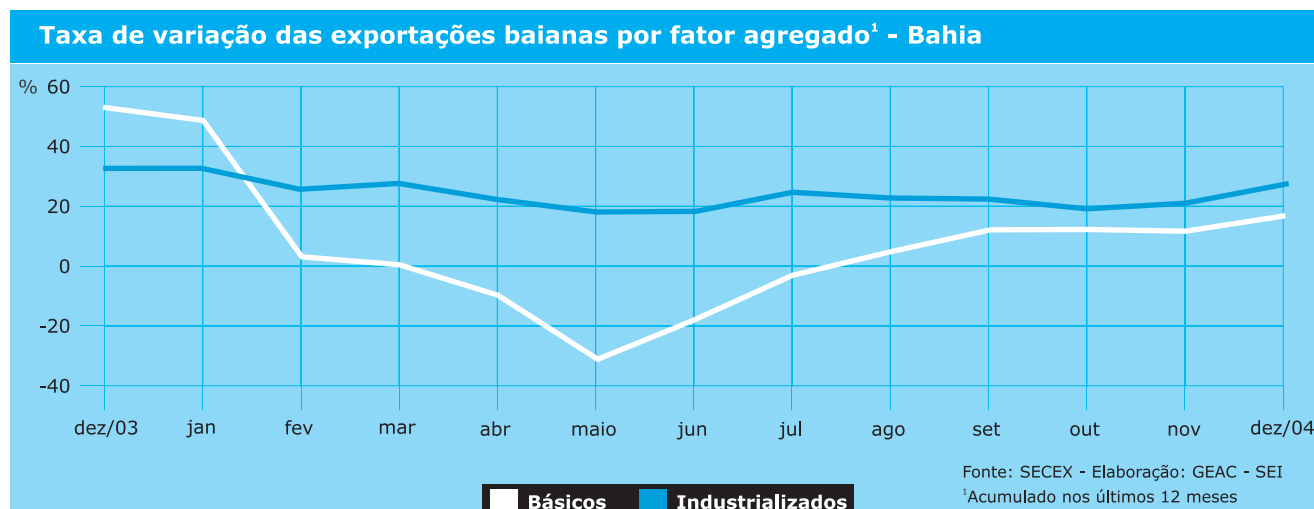


No mês de dezembro de 2004 foram emitidos 345.400 cheques sem fundos no estado da Bahia. Esse número representa uma queda de 8,7% em relação ao mesmo mês do ano anterior, quando foram emitidos 378.100 cheques sem fundos. Com esse resultado, a Bahia fechou o ano de 2004 com crescimento de 0,7% na emissão de cheques sem fundos em comparação com o ano de 2003, valor bem abaixo dos 10,0% registrado no final do ano de 2003.

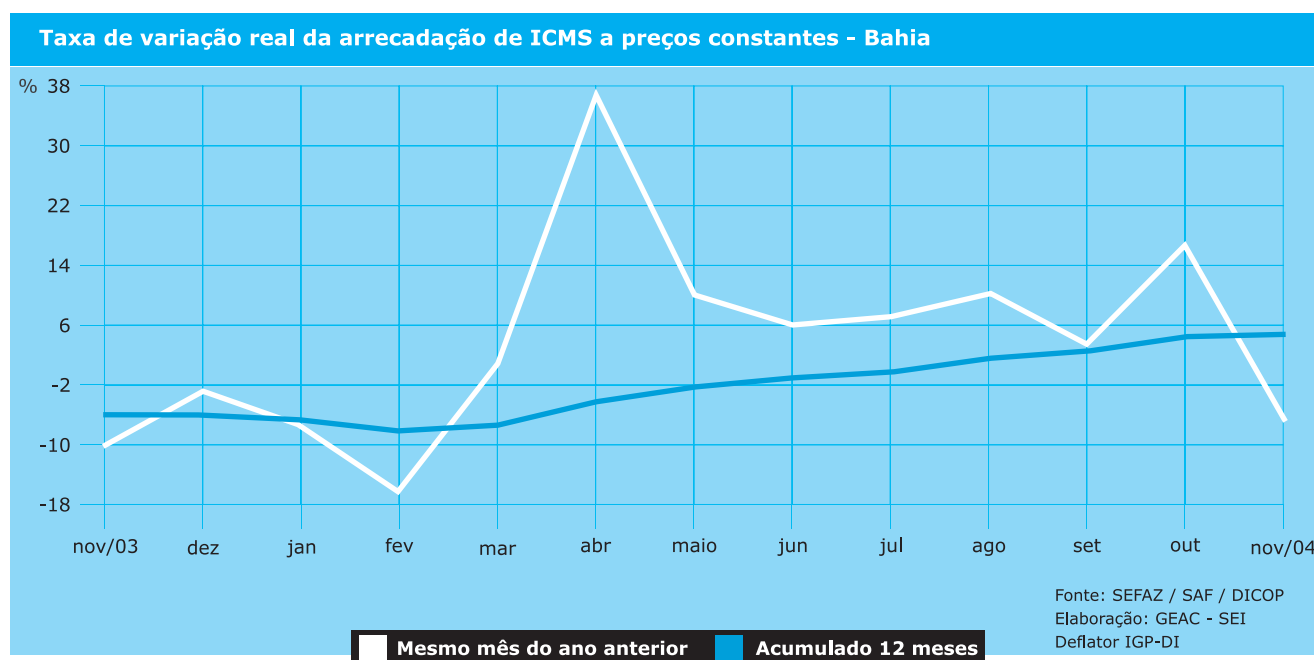
Balança comercial - Bahia



A balança comercial da Bahia registrou, em dezembro de 2004, um saldo superavitário de US\$ 81,6 milhões. As vendas externas alcançaram US\$ 419,49 milhões, o que representa 71% em relação a dezembro de 2003. Já as importações totalizaram US\$ 337,88 milhões com crescimento de 114,4%. Com esses resultados, a balança comercial baiana fechou o ano com um saldo total de US\$ 1,049 bilhão, com queda de 20,0% em relação a 2003.

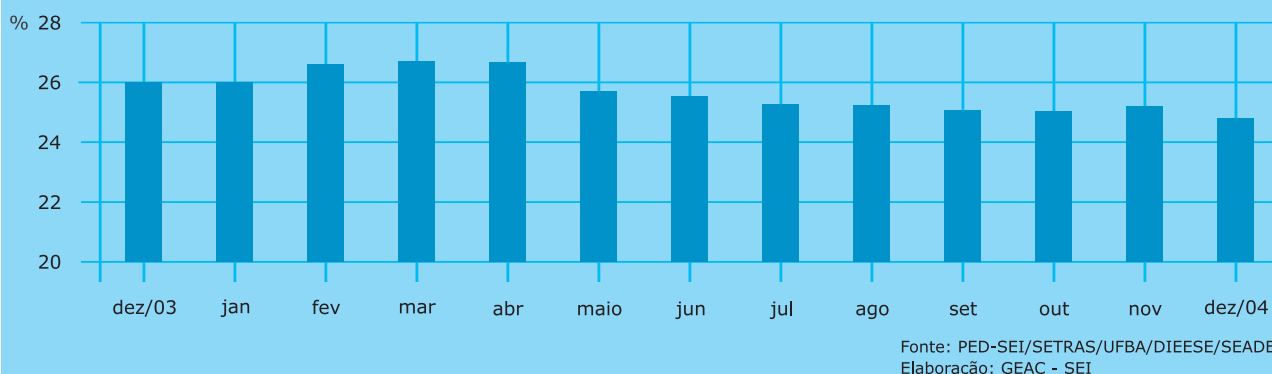


As exportações baianas por fator agregado registraram uma taxa positiva de 16,2% para a categoria de produtos básicos, nos últimos doze meses, o que representa a recuperação das vendas externas de matérias-primas. Os produtos industrializados apresentaram variação nas vendas de 27%, com destaque para os automóveis, os derivados de petróleo e os produtos químicos e petroquímicos.



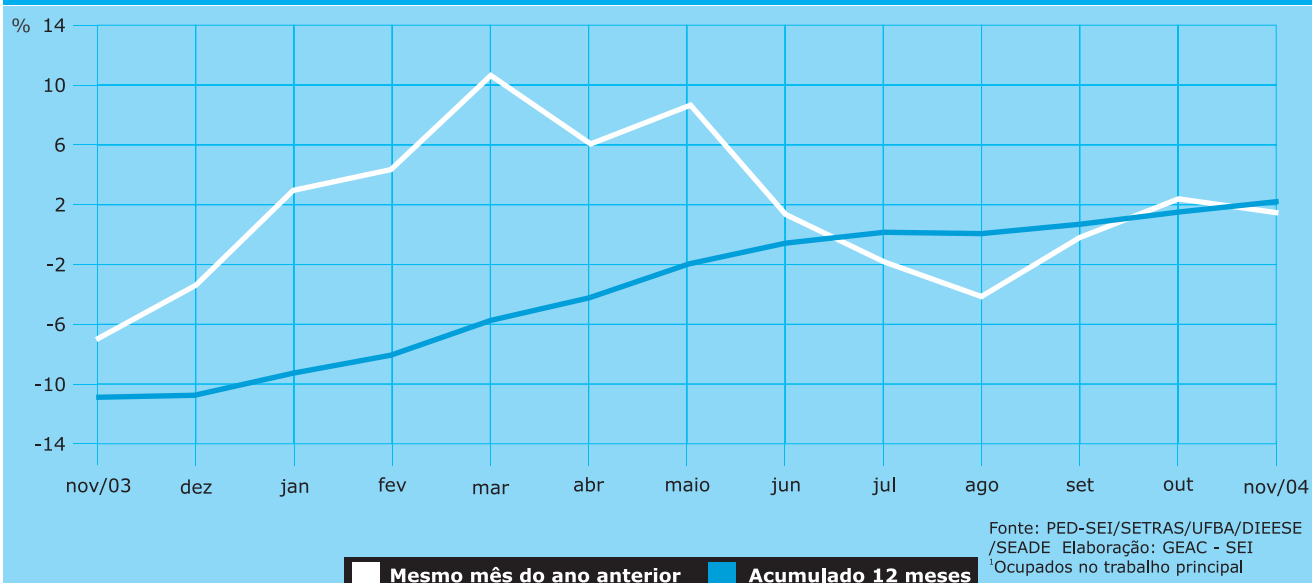
Em novembro de 2004, a Bahia registrou queda de 6,4% na arrecadação real de ICMS, em comparação com o mesmo mês de 2003. No mês, a arrecadação ficou em R\$ 513.166 milhões, acumulando, no ano, R\$ 6.015.373 bilhões. Apesar da queda ocorrida no mês de novembro, a tendência de crescimento se mantém quando olhamos o acumulado nos 12 meses, o qual registra crescimento de 4,9%, consistindo, assim, na maior taxa verificada no período.

Taxa de desemprego total - RMS



Segundo os dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED, a taxa de desemprego total na RMS alcançou 24,8% da População Economicamente Ativa, 1.698 milhões de pessoas, em dezembro de 2004, revelando uma redução de 1,6% em relação a novembro do mesmo ano. O que é explicado pela criação de 2 mil postos de trabalho no período. O contingente de desocupados foi estimado em 421 mil pessoas e, o contingente de ocupados, em 1.275 milhões de pessoas, revelou-se estável.

Taxa de variação do rendimento médio real¹ - RMS



O rendimento médio real dos ocupados, na RMS, medido pelo índice dos rendimentos da PED, apresentou crescimento de 1,62% em novembro de 2004, comparando-se a novembro de 2003; no acumulado dos últimos 12 meses, observou-se taxa positiva de 2,28%. Entretanto, o rendimento real médio (nominal) auferido pelos ocupados situou-se em R\$ 655, uma queda de 2,5%, comparando-se com outubro de 2004, ainda que, na comparação com novembro/03, tenha havido crescimento de 1,6%.

Demanda agregada: porquê reprimi-la?

Ranieri Muricy Barreto*
Nádia Vieira de Souza**

Desde o início de 2004 já apontávamos que o ano passado poderia repetir, em termos de crescimento, o ano de 2000. Naquele ano, o PIB cresceu 4,4% em relação ao ano anterior e o destaque foi a produção industrial, que cresceu em proporção semelhante. Infelizmente, os anos que se seguiram mostraram que os vagões da demanda agregada, que puxam a economia, sofreram impactos direta ou indiretamente, ora por fatores estruturais, ora pela política econômica em curso. Dessa forma, a sustentabilidade do crescimento é sempre uma incógnita.

O ano de 2004 foi um ano bom para a economia brasileira. Ao fechar as contas nacionais, se verificará um crescimento econômico em torno de 5%, puxado pela indústria, que reduziu a capacidade ociosa, chegando próximo ao uso total da capacidade instalada em alguns setores. Houve crescimento também dos investimentos e do consumo das famílias, em que pese as políticas econômicas de cunho restritivo.

Esse crescimento econômico, entretanto, não foi capaz de reduzir as desigualdades de renda, tampouco reduzir as alarmantes taxas de desemprego das diversas regiões metropolitanas do país que permanecem elevadas, apesar de estabilizadas. Na Região Metropolitana de Salvador, em novembro de 2004, a taxa de desemprego atingiu 25,2%, medida pelo DIEESE.

A renda média oscilou durante o ano, mas também não apresentou melhoras significativas: inclusive, vem caindo desde 1997. A renda dos ocupados caiu 20,7%, entre outubro de 2003 e outubro de 2004, na Região Metropolitana de Salvador, medida pelo DIEESE. Esse fato impede um melhor ritmo de crescimento da economia, pois o consumo das famílias vem sendo penalizado pela compressão da renda e pelos elevados juros praticados. No período mais recente, a renda média dos ocupados melhorou, mas, em novembro de 2004, voltou a cair (0,75% em relação a outubro do mesmo ano).

Este artigo pretende analisar o desempenho do PIB em 2004, sob a ótica da demanda agregada e a sustentabilidade do atual crescimento da economia brasileira. Em um primeiro momento, analisa-se os pesos dos agregados na composição do PIB, depois a análise recairá sobre o desempenho desses agregados e as restrições impostas ao crescimento dos mesmos. Por fim, apresenta-se as considerações finais, onde se sinaliza as possibilidades para o ano de 2005.

Os componentes da demanda agregada

A riqueza produzida durante o ano (PIB) pode ser, analogamente, vista como um trem. Os componentes do PIB, segundo a ótica da demanda agregada, são

**Ao fechar as contas nacionais,
se verificará um crescimento
econômico em torno de 5%**

* Mestre em Economia – UFBA, economista do DIEESE e professor universitário. ranieri@uol.com.br

** Graduada em Ciências Econômicas – UFBA e estagiária da Subseção DIEESE – ST do Ramo Químico/Petroquímico da Bahia. nvsouza@yahoo.com.br

vagões importantes, cuja política econômica adotada pelo governo afeta diretamente. Os vagões correspondem ao consumo das famílias (C), consumo do governo (G), formação bruta de capital fixo (investimento) e variação de estoques (I) e ao saldo da balança de bens e serviços de não-fatores (SBBS). Qualquer alteração nesses agregados afeta o PIB pois, este é, justamente, o somatório de C, G, I e SBBS.

O vagão mais dinâmico é o de consumo das famílias, que corresponde, historicamente, a aproximadamente 60% do total do PIB

O vagão mais dinâmico é o de consumo das famílias, que corresponde, historicamente, a aproximadamente 60% do total do PIB e tem grande relevância no processo de sustentação do crescimento da economia. Os indicadores de demanda relativos ao ano de 2003 mostram uma retração do consumo das famílias, que deverá se confirmar também em 2004, como mostra a tabela 1. Essa tendência de queda vem sendo verificada desde 1999, ano em que o câmbio, até então fixo, foi liberado pelo governo FHC e sofreu uma grande desvalorização. O consumo das famílias caiu de 62,30% do PIB, em 1999, para 56,74%, em 2003.

O vagão que corresponde ao consumo do governo permaneceu praticamente estabilizado entre 19% e 20% do PIB, entre 1999 e 2003. Vale lembrar que, em que pese as guinadas neoliberais nas duas últimas décadas, os gastos governamentais nos países centrais estão em porcentagens superiores às do Brasil. Esse patamar, inclusive, já vinha sendo verificado desde

1994, que corresponde ao período mais duro de ajuste neoliberal, ou seja, o afastamento do Estado brasileiro da economia, permitindo a liberalização e financeirização da economia, a minimização de políticas sociais e as privatizações. É intenção do governo manter e aprofundar sua tendência declinante, relativamente a esse vagão. Esse agregado se insere na lógica do ajuste fiscal dentro do atual do modelo macroeconômico de crescimento. Com o fito de evitar pressões inflacionárias, o governo faz política fiscal restritiva, contraindo seu gasto com salários e compra de bens e serviços em uma tentativa de controlar a demanda agregada. Com o mesmo objetivo, eleva os juros e contrai a renda. O resultado disso é que a inflação permanece baixa, enquanto a oferta de produtos e serviços cresce lentamente e tem por destinação principal o mercado externo e os investimentos privados.

O cálculo da formação bruta de capital fixo engloba a produção de itens destinados à construção civil e a produção e importação de máquinas e equipamentos. Esse vagão também está estabilizado em torno de 19%, desde a implantação do Plano Real (tabela 1). Aposta-se que o vagão do investimento poderá vir a ser um elemento dinâmico nos próximos anos, dirigido para a expansão da capacidade produtiva das empresas e para a ampliação da infra-estrutura econômica. É preciso lembrar a natureza radicalmente volátil do investimento e das crises de confiança que podem paralisar a economia.

A variação de estoques, embora conceitualmente deva ser considerada parcela dos investimentos, caso por nós considerado, é uma conta à parte na metodologia das Contas Nacionais Trimestrais do IBGE. De acordo com o próprio Instituto, essa variação corresponde à diferença entre os valores dos estoques de mercadorias finais, de produtos semimanufaturados, bens em

Tabela 1
Composição da demanda agregada - Brasil, 1999 - 2004

Agregados	2004	% PIB	2003	% PIB	2002	% PIB	2001	% PIB	2000	% PIB	1999	% PIB
PIB a preços de mercado	1.250.248	-	1.556.182	-	1.346.028	-	1.198.736	-	1.101.255	-	973.846	-
Consumo das famílias	689.643	55,16	882.983	56,74	781.174	58,04	725.760	60,54	670.702	60,90	606.701	62,30
Consumo do governo	215.544	17,24	309.631	19,90	270.965	20,13	230.741	19,25	209.953	19,06	185.828	19,08
Formação bruta de capital fixo	240.089	19,20	276.741	17,78	246.606	18,32	233.384	19,47	212.384	19,29	184.098	18,90
Variação de estoques	43.508	3,48	30.750	1,98	19.348	1,44	20.753	1,73	24.871	2,26	12.238	1,26
Saldo da balança de bens e serviços	61.447	4,91	56.078	3,60	27.935	2,08	-11.902	-0,99	-16.656	-1,51	-15.018	-1,54

Fonte: IBGE

Notas: 1. Valores correntes em milhões de reais

2. Os dados de 2004 referem-se ao acumulado até o terceiro semestre

processo de fabricação e matérias-primas dos setores produtivos no início e no fim do ano, avaliados aos preços médios correntes do período.

O vagão representado pelo saldo da balança de bens e serviços pode ser desmembrado em saldo da balança comercial e saldo da balança de serviços. Essa desagregação possibilita uma visão melhor do peso crescente que a balança comercial vem tendo nos últimos anos na composição do PIB, já que a balança de serviços tem um histórico de déficit que só foi superado recentemente.

Até meados da década de 1990, a balança comercial apresentava saldos positivos; com a abertura comercial e implantação do Plano Real, a balança ficou deficitária, face ao aumento das importações como forma

pode ser descrita de maneira mais simplificada:

$$PIB = C + I + G + (X - M)$$

O governo tem dado destaque para o crescimento da balança comercial e, de fato, os recordes sucessivos mostram grande capacidade de melhora na sustentabilidade deste agregado. Contudo, não será pela balança comercial que sairemos da situação em que nos encontramos. É certo que por essa via o país aumenta suas reservas de dólares, mas o peso desse agregado, na dinâmica do PIB, ainda é muito pequeno (cerca de 2% do PIB em 2003) se comparado aos dois vagões referidos anteriormente: o consumo das famílias e o investimento (tabela 1). Isso mostra também a pequena participação que o Brasil tem no mercado capitalista mundial.

As exportações brasileiras não apresentam efeito multiplicador capaz de alavancar a economia, haja vista que, ao primeiro sinal de crescimento, as importações aumentam e esse movimento leva a uma redução dos saldos na balança comercial. Além disso, se coincidir com uma melhora do cenário internacional, as empresas passam a buscar o mercado externo e o mercado interno se ressentir disso.

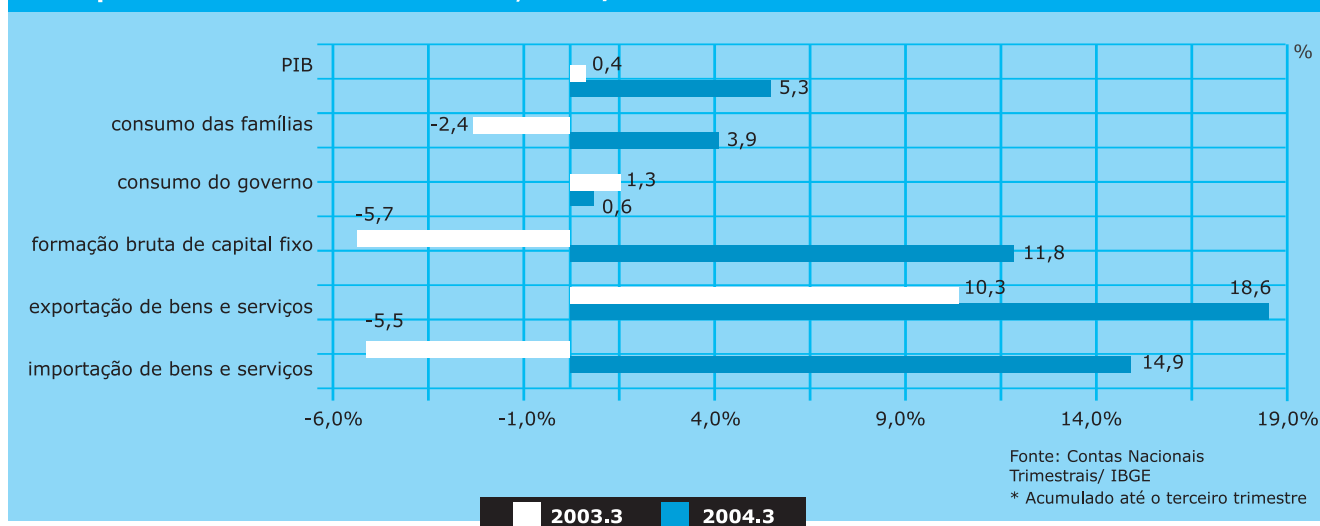
Com a abertura comercial e implantação do Plano Real, a balança ficou deficitária

de conter a inflação; e, só a partir de 1999, voltou a ser superavitária. No governo Lula, os resultados excepcionais das transações comerciais tornaram-se foco de políticas específicas do governo para promover o crescimento; em virtude disso, a discussão, neste artigo, será limitada à balança comercial, ou seja, ao saldo entre as exportações (X) e as importações (M). Assim, a equação da demanda agregada, ou PIB,

Desempenho dos agregados em 2004

O PIB apresentou um crescimento de 5,3% nos três primeiros trimestres de 2004 (gráfico 1), comparando com o mesmo período de 2003. Essa foi a maior taxa

Gráfico 1
Componentes da demanda - Brasil*, 2003/2004



acumulada nesse período, desde 1995, quando a variação acumulada foi de 6,4%. O resultado positivo foi generalizado entre os componentes da demanda agregada, mas vale salientar que, em relação ao consumo do governo, o crescimento foi diminuto.

O consumo das famílias cresceu 3,9%, no acumulado até setembro. Esse crescimento, apesar de ainda ser tímido, reflete a pequena expansão da renda e do emprego e a expansão do crédito. Em que pese os altos juros praticados, o volume de crédito aumentou consideravelmente em 2004. Dados do Banco Central mostram que, no ano passado, o crédito pessoal cresceu 41,1%, provavelmente puxado pela queda gradual dos juros, iniciada em fevereiro, e que promoveu expectativas positivas. Isso pode ser perigoso no médio prazo, pois pode elevar consideravelmente o endividamento das famílias e detonar uma crise de confiança na capacidade de pagamento de determinados passivos. Em setembro, o governo reverteu tais expectativas, iniciando mais um ciclo de altas nos juros básicos, porém seus efeitos ainda não chegaram ao bolso do consumidor. O volume de dinheiro, que entrou na economia nos últimos meses do ano, também contribuiu para essa expansão do crédito: é o caso do 13º salário (em 2004 foram injetados mais de R\$ 40 bilhões na economia brasileira, sendo R\$ 1,6 bilhão na economia baiana), das restituições de imposto de renda e, por último, do expurgo do FGTS.

O consumo do governo se manteve estagnado, com uma variação positiva de 0,6% nos três primeiros trimestres de 2004. Esse resultado confirma o esforço que vem sendo feito para garantir o alcance das metas, particularmente a meta de superávit primário.

O consumo do governo se manteve estagnado, com uma variação positiva de 0,6% nos três primeiros trimestres de 2004

Sucessivamente, o governo tem gerado superávits acima da meta estipulada pelo FMI, que é de 4,5% do PIB. No acumulado até novembro de 2004, correspondeu a 5,3% do PIB, superior ao do mesmo período do ano anterior, que foi de 5,0% do PIB. Em números absolutos, o superávit primário, em 2004, acumulou

R\$ 84,83 bilhões até novembro, acima dos R\$ 70,29 bilhões apresentados no mesmo período de 2003.

Dentre os componentes da demanda, a variação dos investimentos foi a que teve maior repercussão. A figura 1 mostra que a formação bruta de capital fixo (investimento) acumulou, de janeiro a setembro, uma variação de 11,8% em relação ao mesmo período de 2003. Essa variação superou a expectativa de diversos analistas econômicos, mas o patamar atual de investimentos ainda não garante a sustentação do crescimento. Um dos fatores que se deve levar em conta ao analisar esse resultado é a base de comparação fraca; além disso, em outros países emergentes, o peso dos investimentos sobre a composição do PIB é bem maior. No ano de 2003, a taxa de formação bruta de capital fixo correspondeu a 17,8% do PIB brasileiro e, até setembro de 2004, correspondeu a pouco mais de 19%. Na Coreia do Sul, por exemplo, que cresce 7% ao ano, essa taxa ultrapassa 30% do PIB. No Chile, país que cresce 5% ao ano, os investimentos representam mais de 25% do PIB.

Manteve-se o dinamismo do setor exportador nos três trimestres do ano, que cresceu sempre acima de 16% em relação a iguais trimestres do ano de 2003. O saldo da balança comercial atingiu um novo patamar recorde, no acumulado de janeiro a setembro, superando o saldo do ano de 2003. Apesar das importações terem subido num ritmo mais acelerado que no ano anterior, era esperado pelo governo um saldo em torno de US\$ 32 bilhões, mas os números, até novembro, já mostram que essa previsão será superada. Diante da pouca capacidade de manobra do governo, sua atenção volta-se, exatamente, para as exportações. Isso já aconteceu em vários momentos da nossa história: lembrem-se de Delfin Netto, na época dos militares, com o seu bordão “exportar é o que importa” e, mais recentemente, de FHC, para quem “é exportar ou morrer”.

O aumento das exportações está preso à lógica do comércio internacional, que é controlado por empresas estrangeiras. Nas palavras de Celso Furtado,

[...] um terço das exportações brasileiras é completamente controlado por empresas estrangeiras, outro terço é indiretamente controlado. Isto significa, por exemplo, que, quando se exporta um automóvel, metade dele tem custos em divisas.

A saída pela exportação é útil e necessária, mas o Brasil terá que abrir brechas novas investindo em

tecnologia, como fazem os asiáticos, como faz hoje a Índia com informática. A Índia é, hoje, o segundo maior produtor mundial de softwares. É verdade que qualquer plano sensato teria que ter um capítulo sobre como recuperar as exportações e aumentar a cota de participação do Brasil no comércio mundial. Essa cota reduziu-se substancialmente. Hoje, a participação do Brasil no comércio internacional é de menos de 1%¹, inferior ao que era dez anos atrás. De onde se vê a gravidade da situação. (Carta Capital, 01/12/2004, p.50).

O peso de produtos primários e de semimanufaturados nas exportações brasileiras continua alto e quando os novos mercados, que estão se abrindo, sofrerem quaisquer restrições, as exportações brasileiras atingirão rapidamente um limite. Dessa forma, a competitividade das exportações brasileiras fica ameaçada, pois "os setores intensivos em tecnologia são muito mais dinâmicos, com o permanente lançamento de novos produtos, ao passo que os bens primários permanecem no mercado sem alterações significativas" (BENJAMIN, 2004).

Restrições ao crescimento sustentado

Pelo exposto, observa-se que dentro do modelo pensado pelo governo, as possibilidades de crescimento estão ao sabor da sorte. O crescimento de 2004 pode ser imputado, em parte, ao pequeno aquecimento da economia mundial e à recuperação da Argentina. Outra parte pode ser imputada à redução gradual da taxa de juros básica, que reduziu os juros reais e estimulou positivamente as expectativas empresariais. Contudo, a reversão desse movimento de queda nos juros coloca sérias dúvidas quanto a uma recuperação vigorosa da economia brasileira, pelo menos nos anos que se seguem.

É importante se questionar, inclusive, se a capacidade instalada pode suportar o crescimento da demanda e garantir a continuidade da expansão. A avaliação da utilização da capacidade instalada no setor industrial revela, desde meados de 2003, uma contínua queda da ociosidade, chegando próximo à sua utilização plena em alguns setores. O patamar atual de utilização da capacidade não era verificado, segundo a Fundação Getúlio Vargas (FGV), desde 2000-2001, anos de crescimento da economia brasileira. Daí a necessidade do governo, usando da política macroeconômica,

engendrar um novo ciclo de investimentos, capaz de expandir e renovar boa parte do estoque social de capital constante fixo. Não se pode esquecer que a infra-estrutura do país também clama por vultuosos investimentos. O governo joga suas apostas nas Parcerias Público Privadas (PPPs), mas os impactos de tais parcerias só se verificarão no longo prazo.

Essa pressão sobre a capacidade instalada mostra que, para crescer, precisa haver um aumento dos investimentos, da poupança e da produtividade, e o governo tem um papel preponderante nisso. A sua crença, entretanto, é de que havendo crescimento, este induzirá naturalmente a um ciclo ascendente de investimentos. Diante de tantas dúvidas quanto à sus-

A renda disponível foi comprimida com graves reflexos sobre o consumo das famílias

tentabilidade do crescimento, a equação precisaria ser invertida de: crescimento → investimento, para investimento → crescimento. Mais poupança e maiores investimentos ampliam a capacidade produtiva, gerando maior oferta de produtos para satisfazer a procura, minimizando o risco de inflação de demanda.

Mantidos os remédios atuais - os mesmos do momento em que o paciente estava na UTI - não haverá grandes saltos qualitativos no processo de ajustamento que se opera na economia brasileira. Diante do atual diagnóstico, o debate sobre as opções de política econômica exige uma reflexão corajosa. Persistir no erro de achar que o problema da economia brasileira é de demanda, enviesa o debate. Só para lembrar o período recente, durante os oito anos de FHC, a renda disponível foi comprimida com graves reflexos sobre o consumo das famílias. Seguir adiante desse mesmo modo é não reconhecer que as parcas inversões produtivas, realizadas até aqui, não foram suficientes para dotar as empresas brasileiras de capacidade suficiente para suprir a oferta diante da leve recuperação da demanda interna.

¹ Em 2004, a participação do Brasil no comércio internacional deve chegar a 1,2%.

O quadro 1 mostra que a utilização da capacidade instalada da indústria de transformação está em torno de 85%, mas mostra, também, que o ritmo da economia está empurrando para um percentual bem maior que esse. Alguns setores já ultrapassam 90% e, caso isso se generalize, diante das dificuldades para se ampliar os investimentos, o governo terá que mexer em seu grande cartão de visitas: o saldo comercial terá que cair para evitar pressões inflacionárias.

O mercado internacional, que tem ajudado na recuperação, traz problemas imediatos para alguns setores, cuja utilização da capacidade instalada encontra-se a plena carga: é o caso da metalurgia e da indústria química. Esses setores sofrem diretamente qualquer alteração nos preços externos, em particular a do aço e a da nafta. Mas, dado o grau de abertura da economia brasileira, os setores que mais pressionam atualmente sempre pressionaram e, nesses casos, as importações funcionam como arrefecedoras, basta ver, por exemplo, o déficit comercial histórico da indústria química, que está em torno de US\$ 6 bilhões.

Quadro 1
Utilização média da capacidade instalada*
Brasil, Out-03/Out-04¹ %

Setores	Out/03	Out/04
Bens de consumo	77,1	82,0
Bens de capital	77,5	81,0
Material de construção	78,4	85,8
Bens de consumo intermediário	86,3	89,0
Metalurgia	90,1	92,4
Mecânica	83,8	88,7
Material elétrico e de comunicações	73,6	85,3
Material de transporte	72,9	79,0
Mobiliário	73,6	81,4
Papel e papelão	93,7	93,5
Borracha	89,7	96,9
Química	84,6	86,7
Produtos farmac. e veterinários	65,8	63,7
Perfum. sabões e velas	70,5	93,4
Matérias plásticas	79,5	87,9
Têxtil	88,8	90,7
Vestuário, calçados e artigos de tecidos	79,0	83,3
Produtos alimentares	87,7	87,1
Bebidas	72,8	73,0
Fumo	52,5	59,6
Editorial e gráfica	75,2	74,6

Fonte: FGV/Banco Central

* Indústria de transformação

¹ Porcentagem da capacidade máxima operacional utilizada no mês

As políticas adotadas têm endereço certo e recaem exatamente sobre a renda, como forma de controlar a demanda e manter a inflação dentro da meta prevista, ou bem próximo dela. Essa tem sido a lógica do governo para evitar pressões sobre a oferta. Nessa linha, o debate sobre metas de inflação é oportuno. O governo tem sido muito duro no controle da inflação e tem conseguido manter a taxa em torno da meta. Metas de inflação mais altas também podem ser cumpridas, mas com uma pequena diferença: permite taxas de juros reais mais baixas, reversão de expectativas e desemprego menor no curto prazo. Claro que há riscos associados a essa opção, mas seguir a opção fiscalista sem ampliar o debate já explicitou nossas vulnerabilidades. Vale salientar que o Chile já utiliza esse mecanismo de metas há quase quinze anos e, só após esse tempo, conseguiu estabilizar a inflação nos níveis atuais. O Brasil pode esperar tanto tempo assim?

Ao traçar como objetivo o crescimento econômico com elevação dos níveis de emprego e ampliação da renda, é forçoso reconhecer que tal objetivo não coaduna com as políticas adotadas até aqui. Tal racionalidade, presa às "orientações do mercado", por certo terá fôlego curto ou, como se convencionou chamar, não passará de um belo "vôo de galinha".

As políticas adotadas têm endereço certo e recaem exatamente sobre a renda

Considerações finais

O modelo adotado atualmente pelo governo baseia-se na literatura acadêmica, que mostra uma correlação extremamente alta entre crescimento do produto e investimento, e que levaria, no longo prazo, a um círculo virtuoso entre investimento, poupança e crescimento. Dessa forma, acredita-se que o crescimento econômico induz, em maior grau, a realização de novos investimentos produtivos, em particular, a compra de máquinas e equipamentos. Essa crença justifica a política econômica que vem sendo adotada, que atua sobre os componentes da demanda agregada, impedindo que o trem possa receber o combustível necessário para seguir em frente de forma auto-sus-

tentada. É o caso dos elevados juros que retardam as decisões de investimentos, por exemplo.

O otimismo do governo Lula quanto ao crescimento o faz seguir na mesma linha adotada quando assumiu o país em 2003. Segundo o próprio Presidente, a economia estava na UTI e as restrições impostas pelas políticas monetária e fiscal, consubstanciadas em juros altos e elevados superávits primários, eram necessárias. Ainda hoje, contudo, o governo aprofunda a mesma política, que reflete negativamente sobre os componentes mais dinâmicos da demanda agregada, impedindo que a sociedade sinta os reflexos do crescimento econômico deste momento.

Não demora e o governo lançará o seu bordão sobre as exportações. Depositar nas exportações as expectativas em relação ao crescimento trará frustrações. A ampliação dos gastos públicos deve ser retomada como forma de gerar investimentos autônomos para garantir a sustentabilidade do crescimento.

O Brasil crescerá, em 2005, em torno de 4%, salvo uma catástrofe internacional tipo World Trade Center, ou mesmo uma tsunami financeira. Deverá repetir, em menor grau, o ano de 2004, com destaque para a indústria. Há uma janela para o crescimento que, no curto prazo, depende da política monetária; só não sabemos se será de longo prazo. A última ata do Copom (14 e 15/12/2004) mostra que o Banco Central seguirá na mesma trajetória de condução da política monetária que reprime a demanda agregada.

Em 2004, os salários sofreram uma pequena recuperação e essa tendência deverá ser mantida em 2005, mas não serão somente os salários que puxarão a economia. Podemos crescer reduzindo a capacidade ociosa e sua redução puxará o consumo, via endividamento mas isso tem limite e, para rompê-lo, tem que ter investimento. A certeza que temos é a de crescimento no CP, mas, quanto ao LP, ainda há incerteza.

A economia, como foi dito, é como um trem que tem diversos vagões. O governo já recuperou os juros (não o suficiente para recuperar os investimentos), já recuperou o controle de preços, já recuperou o câmbio; só falta recuperar o vagão do emprego e da renda e, para isso, tem que mudar a condução das políticas monetária e fiscal. Em 2005, o governo tem que repensar a política econômica, para que as famílias brasileiras e os trabalhadores possam sentir o conforto que pode ser gerado pelo crescimen-

to econômico. Até aqui, essa sensação só chegou para alguns.

Referências

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Relatório inflação. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/htms/relinf/port/2004/09/ri200409P.pdf>>. Acesso em: 21 dez. 2004.

BATISTA JR., Paulo Nogueira. A economia como ela é. 3. ed. São Paulo: Boitempo, 2000. 432 p.

BENJAMIN, César. Política econômica. In: SADER, Emir (Org.). Governo Lula – decifrando o enigma. São Paulo: Viamundo, 2004. 190 p.

COPOM. Ata da 113ª reunião, Brasília, 14 e 15 dez. 2004. Disponível em: <www.bcb.gov.br/?COPOM113>. Acesso em: 19 dez. 2004.

FILGUEIRAS, Luiz. História do Plano Real. São Paulo: Boitempo, 2000. 224 p.

GONÇALVES, Reinaldo. Vagão descarrilado: o Brasil e o futuro da economia global. Rio de Janeiro: Record, 2002. 236 p.

IBGE. Contas nacionais trimestrais. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 19 dez. 2004.

NOS JUROS, a derrota da “parada técnica”. Gazeta Mercantil, São Paulo, dez. 2004. p. 27, A3.

LEITE. Antônio Dias. A economia brasileira - a nossa economia: de onde viemos, onde estamos e o que esperar do futuro. São Paulo: Campus, 2004. 248 p.

MERCADANTE, Aloizio. A crise dos fundamentos. Disponível em: <http://www.mur.com.br/colunistas/am/default.cfm?language=portugues&ID_Item=36>. Acesso em: 09 out. 2003.

SAFATLE, Vladimir. As profecias de Furtado: os grandes nós do País que o economista antevia há quatro anos. Carta Capital, São Paulo, v. 11, n. 319, p. 46-50, dez. 2004.

VOLUME de crédito ignora alta da Selic. Valor econômico, São Paulo, p. C1, 28 dez. 2004. p. 28, C1. ■



Inserção e rendimentos do trabalho doméstico na RMS

Wilson F. Menezes*

A participação do trabalho doméstico na ocupação da Região Metropolitana de Salvador (RMS) é mais importante que a participação do trabalho industrial. Efetivamente, a ocupação doméstica representa 10,4% da ocupação da RMS, quando o peso da indústria de transformação é de 8,3% e da construção civil, 5,3%. São aproximadamente 126 mil trabalhadores domésticos contra 106 mil na indústria e 67 mil na construção civil.

Um dos principais aspectos que explicam a permanência da ocupação doméstica na RMS e, mesmo, no país como um todo, é a presença na sociedade de um grande contingente de pessoas sem escolaridade e tecnicamente desqualificadas que, em busca de uma condição de sobrevivência, aceitam qualquer tipo de atividade econômica em troca de uma remuneração ou mesmo um pagamento em espécie. A consequência desse quadro aparece com muita nitidez no processo desigual da distribuição da renda. A desigualdade de oportunidades alimenta a desigualdade dos rendimentos e vice-versa, alimentando uma roda viva de difícil escape para aqueles que são alcançados pelo seu movimento contínuo.

A forte presença de trabalhadores domésticos no seio das famílias da RMS, bem como seu peso relativo em face de setores economicamente mais importantes, faz com que a problemática do trabalho doméstico transcenda ao contingente específico desses trabalhadores, permitindo uma avaliação das condições

de funcionamento do mercado de trabalho como um todo, com fortes rebatimentos sobre as condições e nível da demanda agregada, importantes elementos motores para se alçar um pleno desenvolvimento social e econômico dessa região metropolitana. A sociedade encara essa ocupação como subalterna (Melo, 1998), mas é preciso lembrar ainda que a própria sociedade se mantém subalterna quando explora uma ocupação tão atrasada e, muitas vezes, completamente fora do circuito mercantil.

São poucos os estudos nessa temática no Brasil. Melo, Pessanha e Parreiras (2002), utilizando dados da PNAD, apresentam um estudo sobre a evolução dos rendimentos dos trabalhadores domésticos nos anos 90. Nesse estudo ficam evidenciados os baixos rendimentos desses trabalhadores, mas também se aponta uma evolução dos rendimentos superior àquela do conjunto dos trabalhadores brasileiros e da categoria dos metalúrgicos em particular. Assim, nas principais regiões metropolitanas do país, em 1992, a média de remuneração dos domésticos sobre a média do total de ocupados representava 27,58%, tendo esse percentual aumentado para 32,17%, em 1999. Com relação aos trabalhadores metalúrgicos, essa proporção era de 20,93% em 1992 e de 30,41% em 1999. Percentuais que caracterizam, sem dúvida, uma melhoria nos padrões de remuneração dos trabalhadores domésticos, se não fossem os baixos salários que essas pessoas auferem, uma média de R\$ 227 para o país metropolitano como um todo.

Melo (1998) traça a importante realidade do serviço doméstico remunerado no país como um todo e nas principais grandes regiões. Nesse trabalho, o serviço doméstico é apresentado como refúgio de trabalhadores com baixa escolaridade: são crianças e jovens

Em busca de uma condição de sobrevivência, aceitam qualquer tipo de atividade econômica em troca de uma remuneração ou mesmo um pagamento em espécie

* Doutor em Economia pela Universidade de Paris I, Pós-Doutorado pela Universidade de Paris XIII, Professor do CME-UFBA e Coordenador da PED pela UFBA.

migrantes, na maioria provenientes de áreas rurais, que acabam por encontrar uma possibilidade de inserção no mercado de trabalho através dessa porta de entrada. O serviço doméstico se apresenta, então, como um verdadeiro bolsão de ocupação precária para uma mão-de-obra eminentemente feminina, com pouca escolaridade e sem treinamento específico.

É interessante distinguir duas problemáticas bem diferenciadas que envolvem os trabalhadores domésticos. A primeira diz respeito às diaristas, com moradia externa ao domicílio da patroa, as quais são, fundamentalmente, mulheres pobres com filhos menores, que habitam nas periferias dos centros urbanos e, face às grandes dificuldades de inserção, alcançam suas sobrevivências através da prestação de serviços domésticos. A segunda tem a ver com a preferência de algumas patroas que, em decorrência de suas necessidades (não raramente relativas a trabalho), preferem trabalhadoras domésticas que habitem na residência em que trabalham. No primeiro caso, percebe-se a formação de uma identidade profissional por parte da trabalhadora, bem como uma maior “liberdade” da patroa, que mantém seu espaço domiciliar restrito às pessoas da própria família, sem a presença de pessoas “estranhas”, sobretudo nas horas de descanso. Enquanto que o segundo caso caracteriza relações mais atrasadas e reminiscências

Metropolitana de Salvador (PED-RMS), no período compreendido entre janeiro de 2002 e dezembro de 2003, de maneira que os resultados podem ser considerados como uma média desse período. A amostra considerou um total de 11.285 indivíduos. Quando do cálculo dos rendimentos médios, ao se considerar apenas os domésticos com rendimentos positivos, essa amostra foi reduzida para 1.443 indivíduos.

Além dessa introdução, o trabalho encontra-se dividido em mais três partes. A segunda se ocupa da apresentação de alguns indicadores estatísticos, quando se verifica a composição desse segmento de mercado de trabalho por alguns atributos econômicos e não econômicos. Na terceira parte, objetivando estimar os elementos que levam uma pessoa ao mercado de trabalho como doméstica, apresenta-se a modelação probit, os procedimentos para eliminação de eventuais vieses de seleção da amostra e o modelo de regressão para se calcular os determinantes dos rendimentos dessas pessoas. Na quarta parte são apresentados os principais resultados colhidos nos procedimentos econométricos. Finalmente, algumas considerações adicionais e conclusivas são expostas.

Avaliação estatística dos trabalhadores domésticos

Uma análise da composição relativa da presença dos domésticos no mercado de trabalho da RMS possibilita algumas informações importantes, como pode ser verificado na Tabela 1. A primeira constatação que se tira das estatísticas é o grande peso da participação feminina nas ocupações que compõem o trabalho doméstico: com efeito, 93% dos trabalhadores domésticos da RMS são mulheres, uma participação muito superior aos 53,9% das mulheres no conjunto da ocupação dessa região metropolitana. Esse mesmo peso se verifica em relação aos desempregados cuja última ocupação foi doméstico, já que 95,9% dos desempregados são mulheres, contra 52,7% das mulheres no conjunto do desemprego da RMS.

Outra constatação advém do fato de que a profissão de doméstico é eminentemente negra na RMS. Isso porque 94,8% dos trabalhadores domésticos são negros, quando a participação dos negros na ocupação total é de 85,7%. O peso dos negros no desemprego doméstico é ainda mais significativo, pois enquanto os negros representam 90,8% do desemprego da

As domésticas que dormem em suas próprias residências vêm relativamente aumentando, em detrimento da proporção das que habitam os lares em que laboram

de tempos passados, as quais impõem outros tantos custos à família empregadora, tais como alojamento e refeições. Talvez seja por isso que as domésticas que dormem em suas próprias residências vêm relativamente aumentando, em detrimento da proporção das que habitam os lares em que laboram.

Este artigo estuda os elementos que levam uma pessoa ao mercado de trabalho enquanto doméstica, bem como analisa os determinantes dos rendimentos desse segmento de mercado de trabalho. Os dados foram da Pesquisa de Emprego e Desemprego da Região

RMS, eles são nada menos que 97,4% quando se trata da ocupação de doméstico. A participação dos brancos é, portanto, minoritária nessas ocupações, 5,2% contra 14,3% na ocupação total, e praticamente inexistente no desemprego, 2,6%, quando os brancos representam 9,2% do desemprego total da RMS.

No que diz respeito à condição legal dos trabalhadores domésticos, tem-se que 69,1% deles não têm carteira de trabalho assinada, contra 60,4% dos sem carteira no conjunto da ocupação da RMS. Uma diferença de 8,7 pontos percentuais é, sem dúvida, expressiva, mas provavelmente não autoriza afirmar que essa categoria difere muito do conjunto dos trabalhadores. Pode-se, então, dizer que o mercado de trabalho do conjunto da RMS se apresenta muito precário em várias de suas particularidades, mas o segmento do mercado de trabalho constituído pelos domésticos é ainda mais precário. Não se pode esquecer que, a grande precariedade enfrentada por esse segmento de trabalhadores vai além do não registro em carteira: aparece principalmente na ausência de direitos referentes ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e do seguro-desemprego, dentre outros direitos estabelecidos em lei para o conjunto dos trabalhadores, mas ainda não reconhecidos para os trabalhadores domésticos.

das famílias dessa região metropolitana. Essa constatação resulta, em boa parte, da grande desigualdade da distribuição da renda, tanto local quanto no cenário nacional, em que as famílias com rendimentos mais elevados pagam os serviços domésticos às pessoas de baixas qualificações, tornando esses serviços relativamente acessíveis em termos de salários. Por outro lado, pode-se dizer que esse alto percentual de trabalho doméstico com moradia no domicílio dos empregadores resulta de um aumento da inserção da mulher no mercado de trabalho, sem que as condições infra-estruturais urbanas (creches, escolas pré-primárias etc.) acompanhem essa necessidade. Dessa forma, a mulher deve se apresentar cada vez mais no mercado de trabalho, passando, portanto, a demandar serviços domésticos, principalmente quando se tem criança pequena, de maneira a liberar o tempo da mulher¹.

Os resultados obtidos nas Tabelas 2 e 3 confirmam a existência de uma acentuada diferenciação de rendimentos entre os trabalhadores domésticos da RMS. A diferenciação de rendimentos do trabalho parece ser mais forte entre os sexos que entre as cores. O rendimento médio do trabalho foi estimado em R\$ 221 para os homens e em R\$ 166 para as mulheres; enquanto que, por cor, esse rendimento foi calculado em R\$ 187

Tabela 1
Composição relativa dos trabalhadores domésticos - RMS, 2002 - 2003

Atributo	Ocupados		Desempregados	
	Domésticos	RMS	Domésticos	RMS
Sexo				
Homem	7,0	53,9	4,1	47,3
Mulher	93,0	46,1	95,9	52,7
Cor				
Branco	5,2	14,3	2,6	9,2
Negro	94,8	85,7	97,4	90,8
Condição legal				
Com carteira profissional	30,9	39,6		
Sem carteira	69,1	60,4		
Condição de moradia				
Mora no domicílio que trabalha	28,3	2,9		
Mora na própria residência	71,7	97,1		

Fonte: Cálculos realizados com base nos dados da PED-RMS

A Tabela 1 permite observar outro aspecto importante sobre a condição de moradia dos trabalhadores domésticos. Quando 28,3% deles moram no próprio domicílio em que trabalham, dá para perceber que a senzala ainda encontra sua casa grande nas residên-

¹ Melo (1998) aponta que a profissionalização do trabalho doméstico tem favorecido o crescimento das diaristas e, por conseguinte, o desaparecimento das domésticas que residem na casa da patroa. Consideramos que essa constatação é perfeitamente válida enquanto tendência, mas o percentual de domésticos que habitam na residência dos patrões ainda é muito elevado, pelo menos na RMS.

para os brancos e em R\$ 169 para os negros. As estatísticas t garantem que efetivamente esses rendimentos são diferentes entre homens e mulheres, enquanto que a diferença entre brancos e negros se faz a 4,5% de confiabilidade estatística.

Quanto aos rendimentos não provenientes do trabalho, percebem-se médias muito baixas. Isso pode ser verificado tanto para homens e mulheres, quanto para brancos e negros. Ademais, esses rendimentos não são estatisticamente diferenciados nem por sexo nem por cor, além de apresentarem uma variabilidade muito elevada, fazendo crer que um percentual muito pequeno de trabalhadores domésticos auferem verdadeiramente esses rendimentos.

A escolaridade média dos homens é significativamente inferior à das mulheres. Assim, enquanto os homens com trabalho doméstico detêm, em média, 4,5 anos de escolaridade, as mulheres nessa mesma condição possuem 5,5 anos. A estabilidade dos homens, medida pelo tempo que o indivíduo se encontra na ocupação, se mostrou menor que a das mulheres, embora com um grau de significância muito elevado (10,8%).

A experiência e a idade não apresentam diferenças significativas entre homens e mulheres. Os homens possuem, em média, 22 anos de experiência, com desvio padrão de 13 anos; as mulheres têm 21 anos, com desvio em torno da média de 12 anos. Os homens têm uma idade média de 33 anos, cujo desvio padrão foi de 12 anos; a idade média das mulheres é de 32 anos, com desvio padrão de 11 anos. Isso significa dizer que idade e experiência se confundem, tanto para homens quanto para mulheres, confirmando, portanto, o baixo grau de escolaridade dessas pessoas.

Quanto às horas mensais de trabalho, percebe-se uma diferença importante entre homens e mulheres: enquanto os homens enfrentam, em média, 214 horas de trabalho no mês, as mulheres detêm uma média de 183 horas/mês de trabalho. Considerando uma média legal de trabalho de 198 horas por mês, pode-se argüir que os homens do trabalho doméstico enfrentam, em média, uma jornada de trabalho superior à legal, enquanto que as mulheres o fazem em uma média menor que ao exigido por lei.

Tabela 2
Médias de alguns atributos pessoais por sexo - RMS, 2002 - 2003

Atributo	Homem		Mulher		Teste das médias	
	Média	DP	Média	DP	Estatística t	Sig t
Renda total do trabalho	221,18	105,47	166,65	69,48	7,284	0,000
Outras rendas	3,56	25,20	4,29	31,12	-0,228	0,819
Escola	4,51	3,26	5,45	3,18	-2,849	0,004
Estabilidade	4,67	6,07	3,68	5,98	1,610	0,108
Experiência	22,86	13,50	21,48	12,77	1,046	0,296
Idade	33,38	12,51	32,92	11,38	0,384	0,701
Horas mensais de trabalho	214,12	71,86	183,97	80,33	3,663	0,000

Fonte: Cálculos realizados com base nos dados da PED-RMS

Tabela 3
Médias de alguns atributos pessoais por raça - RMS, 2002 - 2003

Atributo	Branco		Negro		Teste das médias	
	Média	DP	Média	DP	Estatística t	Sig t
Renda total do trabalho	187,00	87,31	169,55	72,96	2,007	0,045
Outras rendas	2,63	22,94	4,33	31,11	-0,468	0,640
Escola	5,07	3,15	5,40	3,20	-0,898	0,369
Estabilidade	3,99	6,82	3,73	5,95	0,362	0,718
Experiência	22,83	14,86	21,50	12,70	0,877	0,318
Idade	33,89	13,40	32,90	11,34	0,736	0,462
Horas mensais de trabalho	196,64	86,36	185,49	79,75	1,181	0,238

Fonte: Cálculos realizados com base nos dados da PED-RMS

A escolaridade média dos trabalhadores domésticos brancos foi calculada em 5 anos, enquanto que, para os negros, essa média é de 3 anos. Entretanto, como a significância estatística só se verifica a um grau de confiança de 36,9%, pode-se afirmar que essas médias são praticamente as mesmas para brancos e negros. O mesmo acontece para as estabilidades na ocupação dos brancos e negros. Assim, apesar de uma média inferior para os brancos (4 contra 6 anos), a significância estatística foi muito fraca (71,8%).

Experiência e idade médias não se mostraram significativamente diferenciadas entre brancos e negros do trabalho doméstico. A experiência média dos brancos foi estimada em 22 anos, enquanto, a dos negros, foi de 21 anos. A idade média dos brancos foi de 33 anos e, a dos negros, foi de 32 anos.

Uma avaliação das horas mensais de trabalho permite observar que os brancos trabalham uma média de 196 horas mensais, praticamente o número de horas exigido por lei, enquanto os negros apresentaram uma média mensal de trabalho em torno de 185 horas, ou seja, um pouco inferior à jornada média legal. Entretanto, como a significância dessas médias é muito fraca, pode-se afirmar que, estatisticamente, elas são basicamente as mesmas.

Os rendimentos médios das principais ocupações do segmento de mercado de trabalho dos domésticos, na RMS, podem ser visualizados por sexo (Tabela 4). Nessas ocupações, a média do rendimento do trabalho do homem (R\$ 214) é superior à média da mulher

(R\$ 163). Entre os homens, em média, as ocupações melhor remuneradas são: motorista (R\$ 344) e caseiro (R\$ 188); as menos remuneradas são: faxineiro (R\$ 75) e acompanhante de idosos (R\$ 120). Entre as mulheres, destacam-se as cozinheiras (R\$ 198) e as acompanhantes de idosos (R\$ 185); enquanto as lavadeiras e passadeiras (R\$ 72) e as babás (R\$ 117) são as ocupações pior remuneradas.

Os rendimentos das principais ocupações do trabalho doméstico da RMS ainda podem ser observados por cor (Tabela 5). Uma análise dessa tabela permite afirmar que os rendimentos médios dos trabalhadores domésticos brancos (R\$ 186) são mais elevados que os dos negros (R\$ 165). Entre os brancos, podem-se destacar as melhores remunerações para os acompanhantes de idosos (R\$ 196) e os empregados domésticos (R\$ 181); enquanto as lavadeiras e passadeiras (R\$ 90) e os faxineiros (R\$ 130) são as ocupações que pagam menos. Entre os negros, têm-se os motoristas (R\$ 336) e os cozinheiros (R\$ 191) como os melhor remunerados; ficando as lavadeiras e passadeiras (R\$ 71) e as babás (R\$ 113) como as ocupações de menor rendimento médio.

Uma avaliação econométrica dos rendimentos

Para entender melhor os diferenciais de rendimentos, independente daquilo que é perfeitamente justificado por diferentes características do trabalho e distintas

Tabela 4
Rendimento nas principais ocupações por sexo - RMS, 2002 - 2003

Ocupações	Homem		Mulher	
	Média	DP	Média	DP
Cozinheiro	158	51	198	56
Empregado doméstico	177	31	170	59
Babá	sr	sr	117	72
Acompanhante de idosos	120	84	185	81
Caseiro	188	49	180	118
Faxineiro	75	67	129	87
Lavadeira e passadeira	sr	sr	72	46
Jardineiro	142	82	sr	sr
Motorista	344	102	sr	sr
Total	214	102	163	66

Fonte: Cálculos realizados com base nos dados da PED-RMS
sr - sem representatividade

Tabela 5
Rendimento nas principais ocupações por cor - RMS, 2002 - 2003

Ocupações	Branco		Negro	
	Média	DP	Média	DP
Cozinheiro	sr	sr	191	55
Empregado doméstico	181	72	169	58
Babá	142	65	113	73
Acompanhante de idosos	196	85	178	82
Caseiro	180	42	188	58
Faxineiro	130	70	127	87
Lavadeira e passadeira	90	43	71	47
Jardineiro	sr	sr	142	82
Motorista	sr	sr	336	99
Total	186	86	165	69

Fonte: Cálculos realizados com base nos dados da PED-RMS
sr - sem representatividade

distribuições de atributos dos trabalhadores, procedeu-se uma avaliação seletiva, a partir da amostra retirada das bases PED-RMS. Deve-se ressaltar, entretanto, que as observações consideradas nas regressões dos rendimentos do trabalho mostram-se ainda menores, tendo em vista que apenas os ocupados com rendimentos positivos são considerados, não se incorporando, portanto, os desempregados e os inativos. Essa consideração reduziu a amostra para 1.203 pessoas ocupadas.

Para o cálculo das equações de participação das pessoas no mercado de trabalho foram consideradas as seguintes variáveis:

1. Escolaridade (escola) – medida em anos;
2. Experiência (exper) – medida em anos, calculada pela fórmula padrão (idade – escolaridade) – 6 anos;
3. Experiência ao quadrado (expqua);
4. Existência de filhos (dumfilho) – tem filho = 1; caso contrário = 0;
5. Existência de filho com até 2 anos (dumfilh2) – tem filho = 1; caso contrário = 0;
6. Existência de filho entre 3 e 6 anos (dumfilh6) – tem filho = 1; caso contrário = 0;
7. Rendimentos não provenientes do trabalho (ourend) – medida em reais;
8. Cor do indivíduo (cor) – branco = 1; negro = 0;

9. Sexo do indivíduo (sexo) – homem = 1; mulher = 0;

10. Condição de migrante (migra) – migrante = 1; não-migrante = 0;

11. Condição de novo migrante (novmigr) – com até 3 anos = 1; demais migrantes = 0.

Para a estimativa das equações de rendimentos do trabalho das pessoas ocupadas foram adotadas, além da variável dependente “logaritmo neperiano do rendimento total do trabalho” (rendimento do trabalho principal mais rendimento do trabalho secundário, quando for o caso), as seguintes variáveis independentes:

1. Logaritmo natural da escolaridade (lnescola) – medida em anos;
2. Logaritmo natural da idade (lnidade) – medida em anos;
3. Logaritmo natural da estabilidade na ocupação (lnestab) – medida em anos: representa o tempo que o indivíduo encontra-se na mesma ocupação;
4. Condição de doméstico na família (posfam) – doméstico = 1; caso contrário = 0;
5. Sexo do indivíduo (sexo) – homem = 1; mulher = 0;
6. Condição de cônjuge na família (conjfam) – cônjuge = 1; caso contrário = 0;
7. Condição de chefe na família (cheffam) – chefe = 1;

caso contrário = 0;

8. Condição de migrante (migra) – migrante = 1; não-migrante = 0;

9. Condição de possuir carteira de trabalho (carteir) – com carteira = 1; caso contrário = 0;

10. Condição de ser assalariado mensalista ou diarista (mensdia) – assalariado mensalista ou diarista = 1; caso contrário = 0.

Resultados da equação de participação

A equação de participação estima os determinantes que levam uma pessoa à condição de doméstica. Uma inspeção da Tabela 6 permite observar que, com exceção da variável dummy filhos com idade entre 3 e 6 anos, todos os parâmetros estimados foram estatisticamente significativos e diferentes de zero, resultado esse garantido pela estatística Wald. Na seqüência, apresentam-se os principais resultados obtidos nas equações de participação, os quais seguem a ordem de visualização nas tabelas. As respectivas significâncias dos resultados podem ser avaliadas na última coluna da tabela.

Os resultados revelam que níveis mais elevados de escolaridade encontram-se associados a menor presença da pessoa na condição de emprego doméstico. Essa relação pode estar refletindo o grau de precariedade desse segmento de mercado de trabalho,

cujas condições para uma inserção são mínimas, em termos de escolaridade formal.

A existência de filhos com idade entre 3 e 6 anos aumenta as responsabilidades relativas à sobrevivência

Por outro lado, a maior experiência mantém o indivíduo nessa mesma condição, de maneira que se estabelece uma relação direta entre o nível de experiência e a probabilidade de se encontrar no segmento dos domésticos no mercado de trabalho. Entretanto, essa relação se torna inversa, à medida que a experiência vai sendo aumentada ao longo do tempo, como atesta o sinal negativo do coeficiente da experiência ao quadrado, ou seja, a experiência induz as pessoas a participar desse segmento de mercado de trabalho, muito embora isso aconteça a taxas decrescentes.

A existência de filhos aumenta a probabilidade da pessoa sair do segmento de domésticos no mercado de trabalho, da mesma forma que a existência de filhos com até 2 anos de idade. Já a presença de filhos entre 3 e 6 anos de idade aumenta a probabilidade da pessoa se manter nesse segmento de mercado de trabalho. Provavelmente esses sinais tenham explicações bem diferenciadas. Por exemplo, a presença de

Tabela 6
Equações de participação

Variáveis	B	DP	Wald	Sig
Constante	-	0,071	26,144	0,000
Escolaridade	-0,1600	0,004	1273,264	0,000
Experiência	0,0190	0,004	24,019	0,000
Experiência2	0,0008	0,000	127,530	0,000
Filho	-0,1760	0,037	22,617	0,000
Filho até 2 anos	-0,1810	0,056	10,456	0,001
Filho entre 3 e 6 anos	0,0508	0,042	1,4900	0,222
Outros rendimentos	-0,0014	0,000	30,729	0,000
Cor	-0,4700	0,057	68,966	0,000
Sexo	-1,4920	0,041	1309,777	0,000
Migrante	0,1730	0,030	32,894	0,000
Novo migrante (até 3 anos)	0,2600	0,053	24,353	0,000
Teste da RV 7.152,528		Pseudo R² Nagelkerke = 0,338		No. Obs. 11.285

Fonte: Cálculos realizados com base nos dados da PED-RMS

filhos, independentemente da idade, induz a pessoa a procurar novos horizontes em termos de ocupação, mas isso só é possível quando se trata de filhos com idade maior que 6 anos, e principalmente se são adultos, liberando as pessoas das responsabilidades mais imediatas e permitindo que as mesmas passem a procurar melhores condições de trabalho e remunerações mais elevadas. Enquanto que, o período em que os filhos têm até 2 anos de idade, faz com que as pessoas se retirem desse segmento de mercado de trabalho, dessa vez para cuidar do(s) filho(s) menor(es). A existência de filhos com idade entre 3 e 6 anos aumenta as responsabilidades relativas à sobrevivência, de maneira que a presença, nesse segmento de mercado de trabalho, fica realçada.

O controle através da variável outras rendas (a qual incorpora outras rendas pessoais, tais como aposentadoria, pensão, seguro-desemprego, entre outras) mostrou-se estatisticamente significativo e negativamente correlacionado com a possibilidade do indivíduo estar vinculado a esse segmento de mercado de trabalho. Isso significa que quanto maior for o nível dessas rendas, menor será a probabilidade da pessoa estar de alguma forma ocupada ou desempregada nesse segmento. Esse resultado revela que esse tipo de rendimento (exógeno ao mercado de trabalho) muito provavelmente estará negativamente correlacionado com o rendimento cuja fonte é o trabalho (renda endógena).

Ainda baseado nos resultados presentes na Tabela 6, pode-se observar que os indivíduos negros e as

mulheres são, probabilisticamente, mais presentes nesse mercado de trabalho de domésticos. O mesmo resultado é observado para as pessoas originárias de outras localidades que não aquelas pertencentes à Região Metropolitana de Salvador. Vale ressaltar que a condição de recém-chegado (até 3 anos de migração) não alterou essa condição de pertencimento a esse segmento de mercado de trabalho.

Resultados da equação de rendimentos

A equação de rendimentos busca avaliar quais os principais determinantes dos rendimentos dos trabalhadores domésticos. Os resultados contidos na Tabela 7 permitem afirmar que, para análises com dados em painel, o poder de explicação das regressões mostrou-se razoável, na medida que o R^2 foi de 0,24. O teste F também foi satisfatório (35,973). Todas as variáveis apresentaram baixos níveis de significância, mesmo que diferenciados, como pode ser visualizado na referida tabela. Cabe ainda a informação de que a variável cor foi retirada das regressões de rendimentos, tendo em vista sua fraca significância estatística, equivalendo dizer que os rendimentos dos trabalhadores domésticos da RMS, de certa forma, independem da condição de cor das pessoas envolvidas.

A escolaridade apresentou sinal positivo e significativo, ao nível de 3,2%. Assim, quanto maior for o nível de escolaridade alcançado pelo indivíduo, maior também será a possibilidade dele auferir rendimentos mais ele-

Tabela 7
Equações de rendimentos com correção

Variáveis	B	DP	t	Sig t
Constante	-0,732	0,270	-2,712	0,007
LnEscaridade	0,077	0,036	2,153	0,032
LnIdade	0,218	0,061	3,598	0,000
LnEstabilidade	0,026	0,009	2,807	0,005
Posição na Família	0,082	0,040	2,060	0,040
Sexo	0,180	0,068	2,640	0,008
Cônjuge na Família	0,167	0,039	4,309	0,000
Chefe na Família	0,145	0,043	3,392	0,001
Migrante	0,078	0,029	2,689	0,007
Carteira de trabalho	0,169	0,030	5,580	0,000
Mensalista e diarista	-0,554	0,040	-13,680	0,000
LAMBDA	0,032	0,104	0,311	0,756
R^2 ajustado = 0,242 Teste F = 35,973 Sig F = 0,000 N = 1.203				

Fonte: Cálculos realizados com base nos dados da PED-RMS

vados nesse segmento de mercado de trabalho. Apesar dos questionamentos quanto à representatividade dessa variável, ela pode ser tomada como medida indicativa dos diferenciais de produtividade. Entretanto, apesar da relação positiva com os rendimentos, pode-se afirmar que o nível de escolaridade dessas pessoas é muito incipiente; a relação direta apenas demonstra que esse mercado é sensível às modificações das condições de escolaridade das pessoas.

A estabilidade ocupacional também apresentou uma relação positiva com os rendimentos, ou seja, quanto mais tempo a pessoa se mantém na ocupação doméstica, mais ela consegue auferir rendimentos mais elevados. Assim, como os resultados apontam, a estabilidade, que representa o tempo que o indivíduo se encontra na ocupação atual, mostrou-se positiva na regressão de rendimentos, sendo, portanto, um importante elemento garantidor dos rendimentos dos trabalhadores domésticos.

A posição de doméstico na família retrata a condição do trabalhador morar na residência em que trabalha. Essa condição garante uma melhoria no rendimento auferido, como pode ser observado pelo sinal positivo dessa variável. Esse resultado se mostrou inesperado, dado que se imaginou inicialmente que o doméstico que não habita na residência em que trabalha poderia configurar uma situação de trabalho eventual que por si mesmo garantiria rendimentos mais elevados, como atesta o resultado referente à condição de mensalista e diarista. Dessa forma, o fato de morar na residência onde trabalha, permite ganhos por hora menos eleva-

dos, em relação ao trabalho doméstico avulso, muito embora os rendimentos absolutos médios mostrem-se mais elevados para os mensalistas e diaristas.

Apesar da pequena participação relativa dos homens nesse segmento, constatou-se que eles tendem a ganhar relativamente mais que as mulheres. Isso porque o sinal da variável sexo se mostrou positivo, garantindo, portanto, que os homens recebem rendimentos mais elevados que aqueles auferidos pelas mulheres.

O migrante garante rendimentos mais elevados em relação ao não-migrante. Isso é previsto pelos teóricos do capital humano

Interessante notar que tanto a condição de cônjuge quanto a condição de chefe de família proporcionam uma relação direta com os rendimentos. Isso pode decorrer da própria condição precária desse segmento de mercado de trabalho, em que tanto o cônjuge como o chefe de família, diante de suas responsabilidades familiares (filhos e a própria sobrevivência), lança-se com maior afinho no mercado de trabalho, garantindo, dessa forma, rendimentos mais significativos.

O migrante garante rendimentos mais elevados em relação ao não-migrante. Isso é previsto pelos teóricos do capital humano, dado que a condição de mi-

Tabela 8
Equação de rendimentos sem correção

Variáveis	B	DP	t	Sig t
Constante	0,672	0,188	-3,569	0,000
LnEscolaridade	0,068	0,021	3,188	0,001
LnIdade	0,208	0,051	4,054	0,000
LnEstabilidade	0,026	0,009	2,791	0,005
Posição na Família	0,084	0,039	2,133	0,033
Sexo	0,166	0,053	3,133	0,002
Cônjuge na Família	0,169	0,038	4,406	0,000
Chefe na Família	0,146	0,043	3,418	0,001
Migrante	0,081	0,028	2,947	0,003
Carteira de trabalho	0,169	0,030	5,602	0,000
Mensalista e diarista	-0,554	0,040	-13,683	0,000
R² ajustado = 0,243 Teste F = 39,591 Sig F = 0,000 N = 1.203				

Fonte: Cálculos realizados com base nos dados da PED-RMS

grante pode perfeitamente ser considerada como um elemento constitutivo do capital humano. Dessa forma, e por esse ângulo, o migrante possui mais capital humano que o não-migrante nas mesmas condições relativas aos outros atributos. Como era de se esperar, o fato do trabalhador doméstico possuir um registro em carteira profissional, garantindo uma formalização maior de seu emprego, permite a ele um rendimento maior, em relação aos trabalhadores sem carteira de trabalho assinada.

Por fim, percebe-se que a variável lambda (inversa de Mills), responsável pela identificação e correção de um eventual viés de seleção da amostra, se mostrou não significativa, indicando que não existe viés de seleção nesse segmento de mercado de trabalho, motivo pelo qual calculou-se uma regressão sem essa variável, tentando, com isso, se aproximar dos “verdadeiros” valores dos coeficientes das variáveis consideradas. É dessa regressão que se passa a analisar em seguida.

Como era de se esperar, os coeficientes das variáveis não se alteram significativamente quando se retira a variável lambda, ainda que os níveis de significância se apresentem um pouco melhores. Isso pode ser observado na comparação das últimas colunas das Tabelas 7 e 8. Considerando que os coeficientes estimados se mantêm na mesma ordem de importância e de valores, passa-se a apresentar, com base na Tabela 8, outra interpretação dos mesmos. Assim, pode-se dizer que, para aumento de 10% da escolaridade, os rendimentos por hora dos trabalhadores domésticos são acrescidos apenas em 0,68%. O mesmo raciocínio pode ser feito para as demais variáveis contínuas, ou seja, para cada elevação em 10% da idade, os rendimentos por hora crescem em 2,08%. Enquanto que para cada aumento de 10% na estabilidade, os rendimentos por hora se elevam tão somente de 0,26%.

Por outro lado, os trabalhadores domésticos que habitam nos domicílios em que trabalham auferem, em média, uma remuneração, por hora de trabalho, 8,4% superior aos que não moram na residência que trabalham; os homens ganham, por hora de trabalho, em média, 16,9% a mais que as mulheres; os cônjuges recebem 16,9% a mais, em relação aos não-cônjuges; os chefes de família ganham 14,6% a mais que os não-chefes; os migrantes auferem rendimentos, por hora, 8,1% superiores em relação aos não-migrantes; os trabalhadores domésticos que possuem registro em carteira profissional ganham 16,9% mais que os sem

carteira de trabalho assinada; e, finalmente, os mensalistas e diaristas recebem 55,4% a menos por hora de trabalho em relação aos trabalhadores domésticos avulsos, significando dizer que o trabalho esporádico de doméstico é relativamente mais caro para as famílias que os contratam.

Considerações adicionais e conclusões

Fazendo uso da base de dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) da Região Metropolitana de Salvador (RMS), este trabalho buscou estimar e comparar os determinantes dos rendimentos dos trabalhadores domésticos.

Aplicando um modelo binomial probit, foram estimadas, pelo método de máxima verossimilhança, equações de participação desses trabalhadores. Objetivando corrigir os possíveis vieses de seleção, aplicou-se, com base nos coeficientes estimados nas equações de participação, o procedimento de Heckman (1979). Esse procedimento permitiu construir a variável lambda, ou razão inversa de Mills, com a qual ajustou-se a equação de rendimentos para o segmento analisado de trabalhadores. Com isso, alcançam-se estimativas dos parâmetros consistentes e não enviesadas quanto à seletividade da amostra, em decorrência do fato de apenas as pessoas ocupadas e com rendimentos positivos estarem presentes nos cálculos dos determinantes dos rendimentos.

Observa-se que os trabalhadores domésticos da Região Metropolitana de Salvador recebem mais quando possuem dotações mais elevadas de atributos de inserção ocupacional. Isso demonstra que existe uma flexibilidade relativamente forte desse segmento de mercado de trabalho, na medida em que os atributos econômicos e não econômicos agem sobre a deter-

Trabalhadores domésticos da Região Metropolitana de Salvador recebem mais quando possuem dotações mais elevadas de atributos de inserção ocupacional

minação dos rendimentos dessas pessoas. Dessa forma, o mercado de trabalho tem agraciado esses atributos, como escolaridade, estabilidade, registro em carteira profissional e condição de migrante, mas, ao mesmo tempo, aponta algumas diferenciações em torno de atributos não econômicos. Assim, as mulheres recebem menos que os homens, enquanto que o fato de morar no domicílio que trabalha permite um diferencial positivo de rendimento. De outra parte, o fato de ser chefe ou cônjuge na família exige que essas pessoas se lancem de maneira mais “agressiva” no mercado de trabalho dos domésticos, de maneira que o retorno dessa “agressividade” aparece na forma de rendimentos mais elevados.

Diante dessas constatações, pode-se dizer que as políticas públicas voltadas para uma melhoria das condições de trabalho, bem como para os rendimentos dos trabalhadores, podem levar em consideração estudos dessa natureza, tendo em vista uma maior focalização das mesmas. Para uma melhoria de importantes

aspectos do mercado de trabalho, as políticas sociais devem, portanto, objetivar um melhor conhecimento das especificidades dos diferentes agrupamentos de trabalhadores para que a efetividade das políticas tenha direcionamento focado e alcance significativo.

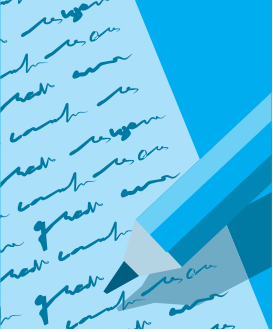
Referências

HECKMAN, J. Sample Selection Bias as a Specification Error. *Econometrica*, v. 47, n. 1, p. 153-161, 1979.

HILL, C; GRIFFITHS, W; JUDGE, G. *Econometria*. São Paulo: Saraiva, 1999.

MELO, H. O serviço doméstico remunerado no Brasil: de criadas a trabalhadores. Rio de Janeiro: IPEA, 1998. (Texto para discussão, 565).

_____. PESSANHA, M; PARREIRAS. Da cozinha para o mercado: a evolução dos rendimentos dos trabalhadores domésticos nos anos 90. *Revista Gênero*, Niterói: NUTEG/UFF, v. 2, n. 2, 2002. ■



Responsabilidade social e as metas do milênio

Arlete M. Cordeiro*

Para melhor entender o conceito de responsabilidade social, é preciso compreender os principais pilares sobre os quais se assenta:

- A necessidade de promover desenvolvimento sustentável, em nível global, ou seja, o uso dos recursos naturais pela nossa geração de maneira a que todas as futuras gerações possam usufruir, no mínimo, dos mesmos recursos;
- A ampliação dos públicos com os quais a empresa deve se preocupar em suas decisões, que passam a incluir todos aqueles que influenciam ou são influenciados pelos negócios da empresa (partes interessadas ou, em inglês, “stakeholders”);
- A verdadeira inclusão social e o amplo e universal respeito aos direitos humanos fundamentais, como o direito à alimentação adequada, à liberdade, à educação básica e à vida com dignidade, entre outros;
- A eliminação de qualquer tipo de discriminação de gênero, de raça, ideológica, étnica, cultural etc.;
- A vontade política de implantá-la na gestão da empresa, pois a verdadeira responsabilidade social empresarial independe de investimentos.

Numa tentativa de resumir todos esses aspectos, o Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social elaborou uma definição, que nós também adotamos:

“Responsabilidade Social Empresarial é a forma de gestão que se define pela relação ética e transparente da empresa com todos os públicos com os quais ela se relaciona e pelo estabelecimento de metas empresariais compatíveis com o desenvolvimento sustentável da sociedade, preservando recursos ambientais e culturais para gerações futuras, respeitando a diversidade e promovendo a redução das desigualdades sociais”.

É fundamental que se compreenda, também, que responsabilidade social empresarial transcende a mera

É fundamental que se compreenda, também, que responsabilidade social empresarial transcende a mera ação social ou assistencialismo

ação social ou assistencialismo, internamente definidos como:

Projetos comunitários pontuais, geralmente de caráter filantrópico, destinados a mitigar mazelas sociais. Tais ações, normalmente, requerem investimentos.

É importante salientar, ainda, o papel individual de cada empregado nesse processo. É na decisão cotidiana de cada um de nós que se fará a efetiva responsabilidade social de nossa empresa como um todo. Quando, por exemplo, consumimos com consciência, compramos sabendo que estamos comprando de uma empresa ética, quando nos relacionamos sem qualquer espécie de discriminação ou preconceito para com nossos colegas, subordinados ou superiores, estamos sendo e ajudando a empresa a ser socialmente responsável.

O papel das grandes empresas

A pesquisa realizada pelo Instituto Ethos, Percepção do consumidor brasileiro, verificou que, em 2004, 44% dos entrevistados responderam que as empresas, para realizar plenamente seu papel na sociedade, devem ir além do que é determinado pela lei, estabelecendo padrões éticos mais elevados. No primeiro ano do monitoramento, apenas 35% da amostra tinha essa opinião, enquanto que, para 41%, as empresas

* Representante do Comitê de Gestão Social da Intelig Telecom e Estudante do Curso Sequencial de Gestão de Projetos e Organizações Sociais da UNIFACS.

deveriam cumprir seu papel básico (concentrar-se em gerar lucro e empregos, pagar impostos e cumprir todas as leis)¹.

Empresas socialmente responsáveis e os funcionários

Todos os entrevistados que trabalham em organizações com mais de mil funcionários (74 casos) declararam sentir-se mais motivados e leais quanto mais socialmente responsável for a empresa.

Para 90% desse grupo, a empresa precisa se preocupar mais em ser socialmente responsável. Mesmo assim, 70% diz que a companhia na qual está faz um bom trabalho de informação e divulgação do seu comprometimento com a responsabilidade social.

Entre os que acham que a organização deve informar os funcionários sobre as atividades corporativas, 24% tem interesse em saber de que forma ela protege os direitos humanos e 22% gostaria de ser informado sobre como ela trata os problemas sociais.

O compromisso das empresas com as Metas do Milênio

“Em setembro de 2000, a ONU — Organização das Nações Unidas, reuniu 147 chefes de Estado e de governo em Nova Iorque, na Cúpula do Milênio. Foi o maior encontro de dirigentes mundiais já realizado e teve como resultado a aprovação da Declaração do Milênio das Nações Unidas. Esse documento, referendado por todos os 189 países-membros, reflete a crescente preocupação com a sustentabilidade do planeta e com os graves problemas que afetam a humanidade”.

A dimensão global das principais questões econômicas, sociais e ambientais que atingem, direta ou indiretamente, todos os povos do mundo, reforça o papel que cabe à ONU neste início do século 21.

No entanto, os governantes que reafirmaram, na Declaração do Milênio, a intenção de “criar um clima — tanto em nível nacional como mundial — que conduza ao desenvolvimento e à eliminação da pobreza” têm encontrado em seus países obstáculos e limites

para alcançarem os objetivos estabelecidos no âmbito das Nações Unidas.

A complexidade e a amplitude dos problemas têm se mostrado maior que a capacidade e a disposição expressas pelos governos para enfrentá-los. É extremamente necessária a participação das sociedades, por meio de parcerias entre os diversos atores sociais e as diferentes esferas de governo, para dar efetividade e abrangência às soluções.

Desde 1999, o secretário-geral da ONU, Kofi Annan, tem liderado o programa Pacto Global, dirigido à comunidade empresarial internacional e que visa promover seu compromisso com valores fundamentais nas áreas de direitos humanos, relações de trabalho e meio ambiente. O programa propõe como parâmetros para atuação das empresas nove princípios básicos, inspirados em declarações e acordos internacionais estabelecidos no âmbito da ONU.

No Brasil, o Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social vem, desde 1998, atuando para promover a gestão empresarial socialmente responsável fundamentada em princípios éticos e nos valores da solidariedade e da transparência. Nesse trabalho têm sido utilizados, como ferramenta de monitoramento e planejamento de gestão, os Indicadores Ethos de Responsabilidade Social. Ao buscarmos estabelecer uma correlação entre esses indicadores de práticas empresariais no Brasil, os princípios do Pacto Global e os objetivos propostos pelas Metas do Milênio, procuramos construir uma sinergia entre os movimentos que as animam.

Acreditamos que esse é mais um exercício relevante para, no plano da consciência empresarial, estabelecermos compromissos com a consecução das Metas do Milênio. Nosso propósito é catalisar o engajamento das empresas em ações que representem a con-

Nosso propósito é catalisar o engajamento das empresas em ações que representem a concretização dos objetivos da ONU

¹ Outras informações poderão ser encontradas em: http://www.uniethos.org.br/_Uniethos/Documents/pesq_consum2004.pdf

cretização dos objetivos da ONU. A participação das empresas e organizações empresariais é fundamental para traduzir para a realidade específica do Brasil o horizonte delineado pelas Metas do Milênio.

“É com essa perspectiva que buscamos contribuir”.

(Oded Grajew - Presidente do Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social).

Para ajudar as empresas a compreender como ser responsável socialmente, o Instituto Ethos utiliza os Indicadores de Responsabilidade Social Empresarial como uma ferramenta de aprendizado e avaliação da gestão da empresa. Além desses indicadores, existe outro mecanismo de avaliação da RSE, como o Global Compact (programa desenvolvido pela ONU que busca mobilizar a comunidade empresarial internacional em torno dos valores fundamentais na área de direitos humanos e meio ambiente); as normas de certificação AS8000 e AA1000 e o Balanço Social.

O Instituto Ethos apresentou no XI Seção da UNCTAD (Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e o Desenvolvimento) a publicação Compromissos das Empresas com as Metas do Milênio. A publicação apresenta ações empresariais para o avanço do Brasil no alcance das metas do milênio².

De acordo com Oded Grajew, presidente do Instituto Ethos, as empresas brasileiras podem envolver outros segmentos da sociedade na tarefa de definir os alvos que o país pretende atingir até 2015, em questões como acesso à educação de qualidade para todos os brasileiros, garantia de trabalho decente e enfrentamento das desigualdades de gênero e raça.

Definir papéis e garantir que cada um seja responsável socialmente pelas suas ações, baseado numa postura ética para a construção conjunta de projetos concretos, é a chave para a conquista efetiva da interlocução política entre os três setores (governo, mercado e ONGs).

Metas do milênio

A Declaração do Milênio foi aprovada pelas Nações Unidas em setembro de 2000. O Brasil, em conjunto com os países-membros da ONU, assinou o pacto e estabeleceu um compromisso compartilhado com a sustentabilidade do planeta.

Os Objetivos do Milênio são um conjunto de 8 macro-objetivos, a serem atingidos pelos países até o ano de 2015, por meio de ações concretas dos governos e da sociedade.

É a agenda do Planeta, a agenda da Humanidade. É a agenda do Brasil. A agenda de cada um de nós.

Meta 01:

Acabar com a fome e a miséria

Um bilhão e duzentos milhões de pessoas sobrevivem com menos do que o equivalente a US\$ 1,00 (PPC — paridade do poder de compra, que elimina a diferença de preços entre os países) por dia. Mas tal situação já começou a mudar em pelo menos 43 países, cujos povos somam 60% da população mundial: nesses lugares há avanços rumo à meta de, até 2015, reduzir pela metade o número de pessoas que ganham quase nada e que — por falta de emprego e de renda — não consomem e passam fome.

Exemplos de possíveis ações empresariais e associativas com o poder público, ONGs, grupos representativos locais e fornecedores:

- Estímulo à agricultura familiar e comunitária de subsistência;
- Combate à fome em regiões metropolitanas e rurais, através de iniciativas de voluntariado, distribuição e capacitação de mão-de-obra na elaboração de alimentos básicos;
- Programas de apoio à merenda escolar; apoio a programas de educação, capacitação e inclusão digital de crianças e jovens para futura inserção no mercado de trabalho;
- Programas de redução do analfabetismo funcional, familiar e da comunidade de interferência; apoio à ge-

Um bilhão e duzentos milhões de pessoas sobrevivem com menos do que o equivalente a US\$ 1,00 por dia

² Esta publicação está disponível em:

http://www.uniethos.org.br/_Uniethos/Documents/metasp_do_milenio.pdf

ração alternativa de renda, através de estruturação de cooperativas e aproveitamento da produção em suas atividades e suporte na comercialização de excedente;

- Implementação de políticas de diversidade, com inclusão de minorias étnicas, portadores de deficiência, outros grupos discriminados etc.

Meta 02:

Atingir o ensino básico fundamental

Cento e treze milhões de crianças estão fora da escola no mundo. Mas há exemplos viáveis de que é possível diminuir o problema — como na Índia, que se comprometeu a ter 95% das crianças freqüentando a escola já em 2005. A partir da matrícula dessas crianças ainda poderá levar algum tempo para aumentar o número de alunos que completam o ciclo básico, mas o resultado serão adultos alfabetizados e capazes de contribuir para a sociedade como cidadãos e profissionais.

Exemplos de possíveis ações empresariais e associativas com o poder público, ONGs, grupos representativos locais e fornecedores:

- Apoio a programas de criação de oportunidades e estímulo no acesso ao ensino fundamental, ou melhoria da qualidade;
- Envolvimento direto/indireto em ações de prevenção e erradicação do trabalho infantil, tanto em regiões metropolitanas, como rurais;
- Contribuição para a melhoria dos equipamentos das escolas básicas e fornecimento de material didático e de leitura;
- Programas de reciclagem e capacitação de professores do ensino fundamental;
- Programas de implantação de projetos educacionais complementares, com envolvimento familiar, visando estimular a permanência do aluno na escola.

Cento e treze milhões de crianças estão fora da escola no mundo

Meta 3

Promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres

Dois terços dos analfabetos do mundo são mulheres e 80% dos refugiados são mulheres e crianças. Superar as disparidades gritantes entre meninos e meninas no acesso à escolarização formal será um alicerce fundamental (entre outros) para capacitar as mulheres a ocuparem papéis cada vez mais ativos, tanto no mundo econômico quanto na atividade política em seus países.

Dois terços dos analfabetos do mundo são mulheres e 80% dos refugiados são mulheres e crianças

Exemplos de possíveis ações empresariais e associativas com o poder público, ONGs, grupos representativos locais e fornecedores:

- Implantação de programas de capacitação e melhoria na qualificação das mulheres;
- Criação de oportunidades de inserção da mão-de-obra feminina, em atividades alternativas consideradas masculinas;
- Incluir a valorização do trabalho da mulher em programas de diversidade;
- Valorização de ações comunitárias que envolvam o trabalho feminino, apoiando iniciativas que promovam o cooperativismo e a auto-sustentação.

Meta 04

Reduzir a mortalidade infantil

Todos os anos, 11 milhões de bebês morrem de causas diversas. É um número escandaloso, mas que vem caindo desde 1980, quando as mortes somavam 15 milhões. Os indicadores de mortalidade infantil falam por si, mas o caminho para se atingir o objetivo dependerá de muitos e variados meios, recursos, políticas e programas — dirigidos não só às crianças, mas às suas famílias e comunidades também.

O caminho para se atingir o objetivo dependerá de muitos e variados meios, recursos, políticas e programas

Exemplos de possíveis ações empresariais e associativas com o poder público, ONGs, grupos representativos locais e fornecedores:

- Apoio a programas de acesso à água potável para populações carentes, principal causador das doenças infecciosas infantis;
- Promoção de campanhas de conscientização no combate a Aids, visando a prevenção de crianças portadoras do vírus;
- Suporte a programas de acesso, das crianças portadoras do HIV e outras doenças infecciosas, a medicamentos específicos;
- Programas educacionais, em comunidades carentes, de esclarecimento sobre higiene pessoal e sanitária, aleitamento materno e nutrição infantil.

Meta 05

Melhorar a saúde materna

Nos países pobres e em desenvolvimento, as carências no campo da saúde reprodutiva levam a que, a cada 48 partos, uma mãe morra. A redução dramática da mortalidade materna é um objetivo que não será alcançado a não ser no contexto da promoção integral da saúde das mulheres em idade reprodutiva. A presença de pessoal qualificado na hora do parto será, portanto, o reflexo do desenvolvimento de sistemas integrados de saúde pública.

Exemplos de possíveis ações empresariais e associativas com o poder público, ONGs, grupos representativos locais e fornecedores:

- Apoio a iniciativas comunitárias de atendimento à gestante (pré e pós-parto) e melhoria da saúde materna, fixas e ambulantes;
- Programas de apoio à saúde da mulher, facilitando acesso a informações sobre planejamento familiar,

DST, prevenção do câncer de mama, gestação de risco, nutrição da mulher e do bebê.

Meta 06

Combater o HIV/AIDS, a malária e outras doenças

Em muitas regiões do mundo, epidemias mortais vêm destruindo gerações e cerceando qualquer possibilidade de desenvolvimento. Ao mesmo tempo, a experiência de países como o Brasil, Senegal, Tailândia e Uganda, vem mostrando que podemos deter a expansão do HIV. Seja no caso da Aids, seja no caso de outras doenças, como a tuberculose e a malária, que ameaçam acima de tudo as populações mais pobres e vulneráveis, parar sua expansão e depois reduzir sua incidência dependerá, fundamentalmente, do acesso da população à informação, aos meios de prevenção e aos meios de tratamento, sem descuidar da criação de condições ambientais e nutritivas que estanquem os ciclos de reprodução das doenças.

A experiência de países como o Brasil, Senegal, Tailândia e Uganda, vem mostrando que podemos deter a expansão do HIV

Exemplos de possíveis ações empresariais e associativas com o poder público, ONGs, grupos representativos locais e fornecedores:

- Programas de mobilização e informação no combate à Aids e outras doenças epidêmicas como malária, tuberculose, dengue, febre-amarela (nas empresas e comunidade), tanto nos grandes centros, quanto no interior do país;
- Programas que facilitem o acesso aos medicamentos necessários aos portadores de HIV e à prevenção (vacinas) das demais doenças; Programas de doações e distribuição de remédios às populações de risco e baixa renda;
- Programas de prevenção na disseminação de informação sobre saúde sexual e reprodutiva para jovens e adultos, através de ações de voluntariado.

Meta 07

Garantir a sustentabilidade ambiental

Um bilhão de pessoas ainda não tem acesso a água potável. Ao longo dos anos 90, no entanto, quase o mesmo número de pessoas ganhou acesso a água, bem como ao saneamento básico. A água e o saneamento são dois fatores ambientais-chave para a qualidade da vida humana. Ambos fazem parte de um amplo leque de recursos naturais que compõe o nosso meio ambiente — florestas, fontes energéticas, o ar e a biodiversidade — e de cuja proteção dependemos nós e muitas outras criaturas neste planeta. Os indicadores identificados para esta meta são justamente “indicativos” da adoção de atitudes sérias na esfera pública. Sem a adoção de políticas e programas ambientais, nada se conserva em grande escala, assim como, sem a posse segura de suas terras e habitações, poucos se dedicarão à conquista de condições mais limpas e saudáveis para seu próprio entorno.

Exemplos de possíveis ações empresariais e associativas com o poder público, ONGs, grupos representativos locais e fornecedores:

- Apoio a iniciativas na implementação de práticas ambientais sustentáveis e responsáveis, através da conscientização e disseminação das informações nas escolas, comunidades, empresas;
- Programas de mobilização coletiva para estímulo à reciclagem e reutilização de materiais;
- Ações de voluntariado na comunidade com vistas à educação e sensibilização da população, com interferência direta nas associações e órgão representativos, escolas, parques, reservas etc.;
- Suporte a projetos de pesquisa e formação na área ambiental;
- Promoção de concursos internos ou locais que estimulem o debate e a conscientização individual sobre o meio ambiente e a importância da colaboração de cada um;

Sem a adoção de políticas e programas ambientais, nada se conserva em grande escala

- Desenvolvimento de programas parceiros no tratamento de resíduos procurando reverter o resultado em benefício de comunidades carentes.

Meta 8

Estabelecer parceria mundial para o desenvolvimento

Hoje, Responsabilidade Social Empresarial não é mais custo, gasto, generosidade ou filantropia. É investimento

Muitos países pobres gastam mais com os juros de suas dívidas do que para superar seus problemas sociais. Já se abrem perspectivas, no entanto, para a redução da dívida externa dos Países Pobres Muito Endividados (PPME). Os objetivos levantados para atingir esta meta levam em conta uma série de fatores estruturais que limitam o potencial para o desenvolvimento — em qualquer sentido que seja — da imensa maioria dos países do sul do planeta. Entre os indicadores escolhidos está a ajuda oficial para a capacitação dos profissionais que pensarão e negociarão as novas formas para conquistar acesso a mercados e a tecnologias, abrindo o sistema comercial e financeiro não apenas para grandes países e empresas, mas para a concorrência verdadeiramente livre de todos.

Exemplos de possíveis ações empresariais e associativas com o poder público, ONGs, grupos representativos locais e fornecedores:

- Programas de apoio à formação e capacitação técnica profissional dos jovens menos favorecidos, visando a sua inclusão no mercado de trabalho, que podem ser desenvolvidos nas empresas, associações e comunidade;
- Mobilização de voluntários para criarem situações de aprendizagem e gestão em suas áreas de formação; apoio a programas de geração de novas oportunidades de absorção e recrutamento de jovens nas pequenas e médias empresas;
- Apoio a programas de parcerias para a inclusão digital da população menos favorecida; programas de

formação e disseminação das novas tecnologias, em especial da informação, que promovam também a inclusão de portadores de deficiência;

- Doações de equipamentos novos ou usados a escolas, bibliotecas, instituições voltadas ao atendimento a menores e jovens carentes; estímulo a programas que contemplem o empreendedorismo e auto-sustentação;
- Ações que promovam a inserção das comunidades carentes na cadeia produtiva, através de financiamento direto de suas atividades, com a disponibilização alternativa da política de microcrédito.

As “8 Metas” serão os parâmetros para que cada brasileiro faça algo na sua comunidade, no seu espaço de atuação e de vivência, doando-se um pouco mais num projeto nacional de solidariedade e ajudando a transformar a sociedade em que vive e melhorar a qualidade de vida de sua região.

O exercício transparente da responsabilidade social não é mais apenas um bom negócio, mas, neste mundo globalizado, fundamental ao sucesso do próprio negócio e à sobrevivência empresarial.

Nas pesquisas mundiais, nos EUA e na Europa, a responsabilidade social é uma questão consolidada e global. No Brasil, trata-se de uma clara tendência ascendente, onde está se firmando uma postura social e ambientalmente responsável, como funda-

mento necessário ao sucesso e sobrevivência das empresas visionárias.

Assim, pode-se observar com clareza que, hoje, Responsabilidade Social Empresarial não é mais custo, gasto, generosidade ou filantropia. É investimento. É investimento estratégico, seja por ideologia, convicção empresarial ou sobrevivência estratégica: a sua duração através dos tempos.

Dessa forma, a empresa que assim age ganha em competitividade, em imagem favorável junto à sociedade e o lucro passa a ser uma consequência inevitável de sua atuação responsável.

É, portanto, bem sucedida aquela empresa que se apresenta de forma clara e transparente, com uma boa relação com o cliente, com seus empregados, com as comunidades onde atua, com o meio ambiente e com os poderes constituídos, repassando tudo isso para seus clientes, fornecedores e até concorrentes.

Com certeza um bom negócio para todos.

Outras informações sobre as metas do Milênio poderão ser obtidas nos sites:

<http://www.nospodemos.org.br/sugest.htm>

<http://www.ethos.org.br>

<http://www.facaparte.org.br> ■



Investimentos industriais previstos alcançaram 23 bilhões

Os investimentos industriais anunciados para o estado da Bahia, a serem realizados no período referente a 2005-2009, totalizaram um volume da ordem de R\$ 23,2 bilhões agregando 293 projetos. Os investimentos estão subdivididos em treze eixos de desenvolvimento e em nove complexos de atividade econômica.

Em relação ao complexo de atividade econômica verificou-se que 76% encontra-se alocado nos complexos Madeireiro (50%) e Químico-Petroquímico (16%), representando um volume de R\$ 15,4 bilhões em 67 projetos. Os demais complexos agregam um volume na ordem de R\$ 7,9 bilhões alocados em 226 projetos, com destaque para os complexos de Transformação Petroquímica (15%) e Metal-mecânico (5%) agregando 87 projetos.

Analisando os investimentos quanto à localização, indicado pelos eixos de desenvolvimento, os eixos Metropolitano (48%) e Extremo Sul (41%) e concentrando cerca de 89% dos investimentos, o que corresponde a um volume de 20,8 bilhões em 175 projetos. Os demais eixos agregam um volume de investimentos de cerca de R\$ 2,5 bilhões, representando 11% do total de investimentos e 40% dos projetos, com destaque para o eixo Grande Recôncavo que detém 7% dos investimentos em 56 projetos.

No que se refere à situação destes investimentos, 56,0 % estão em implantações de novas unidades industriais, representando um volume na ordem de R\$ 12,9 bilhões em 248 projetos. Enquanto que 43% estão alocados em ampliações e 0,1% em reativações, somando recursos na ordem de R\$ 10,2 bilhões e 45 projetos.

Os empreendimentos industriais irão gerar cerca de 73.649 postos de trabalho, sendo que os complexos Calçados/Têxtil/Confecções (25%), agroalimentar (15%) e transformação petroquímica (15%) concentram 55% do total dos empregos diretos, totalizando 39.983 novos postos de trabalho. Os demais complexos são responsáveis por cerca de 45% dos empregos, destacando-se os complexos metal-mecânico, que é responsável por 13% dos empregos e madeireiro que responde por cerca de 9% destes.

A política de atração de investimentos industriais, promovida pelo governo do estado da Bahia, tem contribuído significativamente para a diversificação do parque industrial. Este fato vem ocorrendo desde 1991 com a implantação de programas de incentivos fiscais, como o Probahia. Estes programas se intensificaram, destacando-se: em 1995, com os incentivos especiais para o setor de informática; em 1997, com o Procomex, para o setor de calçados e seus componentes; em 1998 com o Bahiaplast, para o setor de transformação plástica; além do Procobre e Profibra. A partir de 2002, o programa Desenvolve substituiu os demais programas implantados anteriormente. Dentre as principais indústrias que estão se instalando e ampliando a sua capacidade em 2004, encontra-se a SDC.

Tabela 1
Investimentos industriais previstos para a Bahia
Volume de investimento e número de empresas por complexo de atividade 2005/2009

Complexo	Volume (R\$ 1.000)	Nº de projetos
Agroalimentar	665.924	45
Atividade mineral e beneficiamento	213.004	12
Calçados/Têxtil/Confecções	1.090.549	40
Complexo madeireiro	11.530.622	14
Eletroeletrônico	395.650	29
Metal-mecânico	1.479.907	39
Químico-petroquímico	3.830.324	53
Reciclagem	4.628	3
Transformação petroquímica	3.384.748	47
Outros	626.948	11
Total	23.222.305	293

Fonte: SICM / Jornais Diversos

Elaboração: GEAC/SEI

Nota: Dados preliminares, sujeito a alterações. Coletados até 30/01/05

Tabela 2
Investimentos industriais previstos para a Bahia
Volume de investimento e número de empresas por eixo de desenvolvimento 2005/2009

Eixo	Volume (R\$ 1.000)	Nº de projetos
Baixo Médio São Francisco	10.041	2
Chapada Norte	59.799	9
Chapada Sul	4.778	2
Extremo Sul	9.570.460	9
Grande Recôncavo	1.658.542	56
Mata Atlântica	282.041	26
Médio São Francisco	11.196.583	166
Metropolitano	24.187	3
Nordeste	192.500	3
Oeste do São Francisco	137.000	2
Planalto Sudoeste	82.884	13
A Definir	3.490	2
Total	23.222.305	293

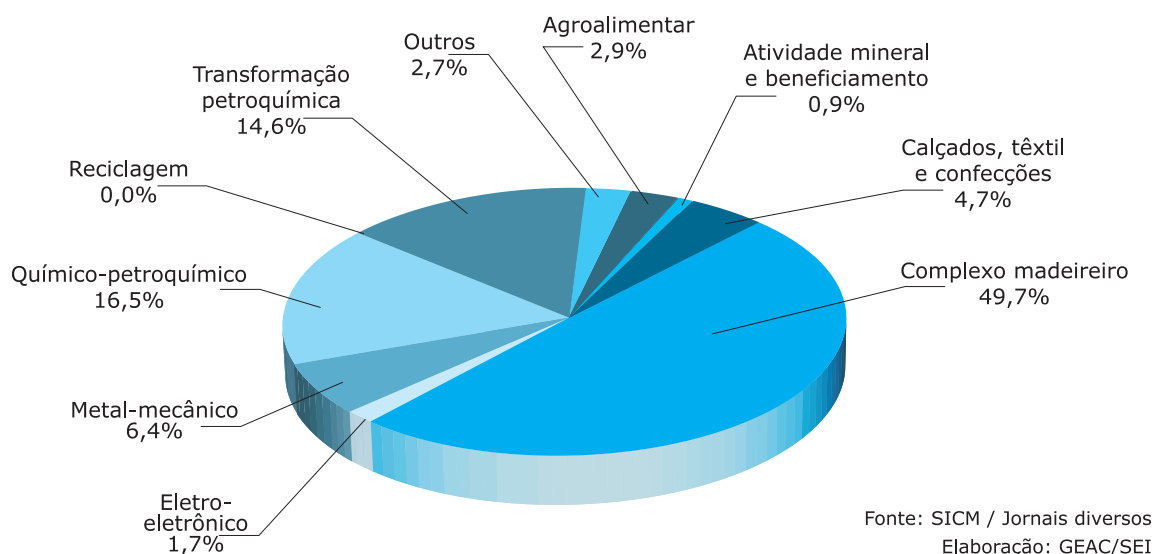
Fonte: SICM / Jornais Diversos

Elaboração: GEAC/SEI

Nota: Dados preliminares, sujeito a alterações. Coletados até 30/01/05

Investimentos industriais previstos para a Bahia - 2005/2009

Participação por Complexo de Atividade

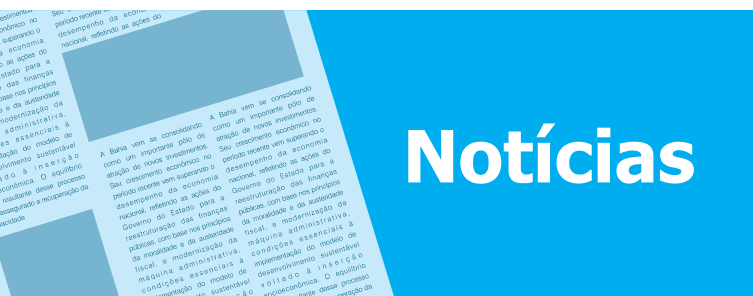


Metodologia da pesquisa de investimentos industriais previstos no estado da Bahia

A metodologia utilizada pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI para levantar as intenções de investimentos industriais previstos para os próximos quatro anos no estado da Bahia, desenvolvida inicialmente pela Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia - SEPLAN, consiste em coletar diariamente as informações primárias dos prováveis investimentos a serem implantados no estado, divulgadas pelos principais meios de comunicação, e obter sua confirmação junto às respectivas empresas. Essas informações são coletadas nas seguintes publicações: Gazeta Mercantil, Valor Econômico, A Tarde, Correio da Bahia e Diário Oficial do Estado da Bahia. O levantamento desses dados também é obtido junto à Secretaria de Indústria, Comércio e Mineração do Estado da Bahia – SICM através dos protocolos de intenção e projetos econômico-financeiros entregues à Secretaria para o requerimento de incentivos dos programas PROBAHIA, BAHIAPLAST e do atual DESENVOLVE.

Após a verificação dos dados coletados e a confirmação das empresas a serem implantadas no Estado, identifica-se a existência de dupla contagem dos dados. Depois de consistidos, os dados serão apresentados sob a forma de tabelas e gráficos contendo o volume e participação dos investimentos industriais por complexo de atividade, por eixo de desenvolvimento e o número de projetos. Os valores dos investimentos anunciados estão expressos em reais.

Os dados mais desagregados estão sendo disponibilizados e atualizados mensalmente no *site* dessa instituição, com dados a partir de 1997, apresentando valores acumulados.



Notícias

Negócios

Governador assina protocolo para instalação de 14 novos empreendimentos

A Bahia iniciou o ano com a assinatura de um pacote de protocolos de intenção para a implantação de 14 novos empreendimentos no estado. Os investimentos somam R\$ 618 milhões, distribuídos em setores como de autopeças, alimentos, plásticos, químico-petroquímico e eletro-eletrônicos. Só estes empreendimentos, que já começam a ser implantados neste trimestre, devem gerar 3.600 empregos diretos.

Entre esses empreendimentos, o de maior porte é o do grupo paulista Oxiteno, que vai implantar, no Pólo Petroquímico de Camaçari, uma fábrica de álcoois, ácidos graxos e glicerina. Serão R\$ 250 milhões investidos só na primeira fase do projeto. Além da Oleoquímica, Camaçari abrigará mais dois projetos: Europack Nordeste e a ampliação da In-vista Polímeros.

Para Simões Filho irá a Bojuy Indústria e Comércio de Poliuretanos. Já a Artespumas Indústria e Comércio vai se instalar em Dias D'Ávila e a Pinheiro Mayer Embalagens do Nordeste ficará em Lauro de Freitas.

Fora da Região Metropolitana de Salvador ainda serão implantadas as fábricas das Indústrias Alimentícias Maratá (Vitória da Conquista), a IQV – Indústria Química do Vale (Juazeiro), e a Ormazabal Brasil Equipamentos de Distribuição de Energia Elétrica (Feira de Santana).

Protocolos confirmam para a Bahia mais 14 empreendimentos produtivos. Diário Oficial, 12/01/2005.

Indicadores

Com investimentos, cresce o número de turistas visitando a Bahia

Neste verão, o fluxo de turistas da Bahia deve superar em 6% o número do período 2003/2004. A Bahiatursa, da Secretaria da Cultura e Turismo, prevê que, na temporada 2004/2005, 1.900.930 pessoas visitem o estado. Esse crescimento tem reflexo direto sobre a receita gerada pelo setor que, segundo as estimativas do órgão, deve ter um crescimento de 8% nesse período, chegando a US\$ 319.348.223.

Salvador é o destino mais procurado do estado e o terceiro do país. Os turistas estrangeiros lotaram os hotéis de grande porte da cidade que, até fevereiro, mantiveram a taxa de ocupação em 100%, de acordo com a Associação Brasileira da Indústria de Hotéis (ABIH). Outros destinos muito procurados são Porto Seguro, Praia do Forte e Itacaré, que também tiveram a ocupação nesse nível.

A Bahia permanece como a terceira principal porta de entrada para o turismo internacional no Brasil, superada apenas por São Paulo e Rio de Janeiro. No ano passado, o estado recebeu 560 mil turistas estrangeiros. A expectativa é de que, neste ano, o fluxo apresente uma elevação de 8%.

Em dezembro de 2004, a Bahia ganhou mais oito vôos semanais ligando a capital à Europa, à América do Sul e à América do Norte. Hoje, o estado conta com 42 vôos semanais internacionais. Em dezembro de 2003, a Bahia dispunha de apenas 12 vôos semanais, tendo alcançado um aumento de 250% nesse período.

Fluxo neste verão deve crescer 6%. Diário Oficial, 09/01/2005.

Porto de Salvador tem expansão de 12,8% em 2004

Em 2004, o porto de Salvador movimentou 2,9 milhões de toneladas em produtos, contra os 2,6 milhões de 2003, uma expansão de 12,8%. Isso significa 28% da movimentação geral da Codeba. Segundo a empresa, o bom resultado foi reflexo do crescimento nas importações de trigo em grão, químicos e equipamentos, além da exportação de produtos siderúrgicos, celulose, petroquímicos, sisal e, particularmente, os veículos da Ford (80 mil unidades).

De acordo com a Codeba, outro grande destaque no porto de Salvador foi a movimentação crescente de contêineres que, no ano passado, alcançou sua melhor marca: 192 mil TEUs (unidade equivalente a contêiner de 20 pés). Foi um crescimento de 13,4% em relação a 2003, o que coloca o porto de Salvador como o mais importante terminal portuário, acima do estado do Rio de Janeiro nesse tipo de carga. O porto de Salvador é, também, o segundo maior do Brasil no volume de exportação de frutas.

Expansão foi de 12,8% no ano passado. A Tarde, 31/01/2005.

Bahia confirma segunda colocação na produção nacional de algodão

Na contramão dos demais agricultores brasileiros, a Bahia segue aumentando a área cultivada com algodão. Enquanto no Mato Grosso - maior produtor brasileiro - a safra deve encolher quase 3%, na Bahia as lavouras vão se expandir em 16,9%, consolidando o estado como o segundo maior produtor da pluma, à frente de Goiás. O crescimento baiano será três vezes maior que a média brasileira, projetada em 5% para a safra 2004/05.

Exceto em MT, os demais cotonicultores frearam a produção devido aos baixos preços pagos pelo produto. Os baianos, no entanto, expandem, porque estão mais próximos do pólo industrial do Nordeste. E, para ganhar mais mercado, pretendem passar a exportar pelo porto de Salvador: hoje, 30% da safra baiana é exportada, mas pelo porto de Santos (SP). O primeiro embarque a sair de Salvador é um lote de 500 toneladas.

Segundo Walter Horita, presidente da Associação Baiana de Produtores de Algodão (Abapa), apesar do preço baixo internacional, o baiano não perde tanto quanto o produtor de Mato Grosso com o frete, pois está mais próximo do mercado consumidor. Com isso, ao contrário da média nacional, o cotonicultor da Bahia já comercializou 35% da safra 2004/05, porcentagem superior à média nacional, que varia de 20% a 30%, segundo estimativa da Safras & Mercado.

Apesar disso, o aumento verificado na produção é menor do que na safra passada, quando cresceu 130%. Isso porque o preço do produto caiu significativamente. Em maio/ 2004, o preço estava em

R\$ 1,99 a libra-peso. Hoje, a cotação é 38% menor, com o produto cotado a R\$ 1,24 a libra-peso, informa o Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Cepea).

Bahia amplia área de algodão em 17% na safra 2004/05. Gazeta Mercantil, 26/01/2005.

Investimentos da Petrobras aumentam produção de petróleo na Bahia

A Petrobras registrou um crescimento de 2,4% na produção de petróleo na Bahia, em 2004. De acordo com a Unidade de Negócio de Exploração e Produção do estado (UN-BA), a empresa registrou uma média de 90.134 barris diários de óleo equivalente, que é a soma de óleo, gás e líquido de gás natural. Nos últimos três anos, a estatal vem revertendo a curva de declínio no volume produzido.

De acordo com o gerente geral da unidade, Antônio Rivas, as perspectivas para 2005 também são otimistas, diante da carteira de projetos prevista para o ano. Ele explicou que, além dos resultados positivos na produção, outros fatores contribuíram para o êxito da unidade no ano passado, como a descoberta do campo de óleo no município de Esplanada e a ampliação da área exploratória com a aquisição de novos blocos. Ele lembrou ainda da certificação do Sistema de Integrado da Unidade (SGI), pelas normas ISO 9000, ISO 14000 e ISO 18001, e a construção da Unidade de Recuperação de Gás Natural URG-3, que aumentou a capacidade de processamento.

Rivas disse, ainda, que em janeiro de 2006 deve entrar em operação o Projeto Manati, primeiro campo produtor de gás natural off-shore (no mar) da Bahia. Com isso, a produção de gás, hoje em 6,1 milhões de metros cúbicos diários, pode dobrar a partir do próximo ano.

Em 2004, somente a produção líquida atingiu a média de 51.364 barris diários, registrando um crescimento de 1,3% em relação ao ano anterior. Antônio Rivas acredita que esse volume pode chegar a 53 mil este ano.

Produção de petróleo na Bahia cresce 2,4%. Correio da Bahia, 25/01/2005.

Ação Governamental

Governo do estado leva projeto saúde a 15 municípios baianos

Já implantado em 15 municípios, o Projeto Saúde Bahia contemplará mais 18 locais com baixos índices de desenvolvimento humano. A iniciativa da Secretaria da Saúde do Estado da Bahia (Sesab) foi oficializada através da assinatura do governador Paulo Souto, no município de Coronel João Sá, nordeste da Bahia. A expansão do projeto, feito em parceria com o Banco Mundial e orçado em R\$ 100 milhões, pretende equipar, construir e reformar os postos de saúde desses municípios carentes, estendendo-se, em breve, para todo o estado. A estimativa da Sesab é de que, até o fim de 2007, 88 municípios sejam contemplados, beneficiando cerca de 800 famílias, com a criação de cada um dos 150 postos previstos no programa.

De grande alcance social, o Saúde Bahia deverá dar uma boa infra-estrutura aos municípios carentes, incentivando-os a aderirem ao Programa Saúde da Família (PSF), do governo federal.

Para reorganizar o sistema de saúde, a Sesab dividiu o estado em regiões geográficas, segundo critérios definidos pelo governo federal. Nelas, serão implantadas 32 microrregiões de saúde, visando reordenar o fluxo de atendimento nos municípios. Entre os 18 beneficiados, estão as cidades de Coronel João Sá, Fátima, Heliópolis, Manoel Vitorino, Monte Santo e Ribeira do Amparo, entre outros. Neles, os postos estarão oferecendo serviços de atenção básica, e serão equipados, pelo governo do estado, com macas, móveis, balanças e todo o tipo de infra-estrutura.

Além da construção dos postos, a Sesab está treinando e qualificando as equipes de saúde desses municípios e, cada uma delas, recebe do estado a contribuição mensal de R\$ 1.114, além de recursos federais. Enquanto isso, as equipes são monitoradas e reguladas pela secretaria, assegurando que a cobertura de saúde esteja atingindo 70% da população desses locais carentes.

Projeto Saúde Bahia é ampliado para mais 18 cidades do estado. Correio da Bahia, 17/01/2005.

Estado planeja investir mais em projetos de pesquisa em 2005

Depois de fechar o ano de 2004 com R\$ 48 milhões aplicados em pesquisas, a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (Fapesb) projeta um investimento de R\$ 50 milhões este ano. A última liberação no ano passado - R\$ 7.250 milhões -, foi feita no início de dezembro, durante a assinatura do termo de concessão e aceitação de apoio financeiro a projetos contemplados pelos editais temáticos. O montante será aplicado em 82 projetos de pesquisa, voltados para áreas tidas como prioritárias para o estado, como saneamento básico, sistema de saúde, segurança e agricultura.

Dos R\$ 48 milhões direcionados para a pesquisa, no estado, este ano, R\$ 26 milhões foram da Fapesp e R\$ 22 milhões investidos por empresas e agentes do governo federal, como o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Cnpq) e a Financiadora de Estudos e Projetos do Ministério da Ciência e Tecnologia (Finep). Segundo Lucchesi, as áreas prioritárias para aplicação dos recursos para pesquisa este ano já estão sendo definidas pela política estadual de ciência, tecnologia e inovação. "Agro-negócio, saúde, biotecnologia, energia e tecnologia de informação (TI) certamente estão entre as áreas que receberão investimentos. São pesquisas importantes que se reverterão de forma prática para a população", informou o secretário, ressaltando que a Secti e a Fapesb estão atuando em conjunto com as secretarias do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, Saúde, Desenvolvimento Urbano, Segurança Pública, Agricultura e Combate à Pobreza, no sentido de estabelecer as áreas prioritárias para as pesquisas a serem desenvolvidas. "As secretarias investiram recursos nos projetos, possibilitando a ampliação do orçamento para a ciência e tecnologia e a execução dos editais temáticos", acrescentou.

Fapesb deve investir R\$ 50 milhões este ano. Correio da Bahia, 17/01/2005.

Segurança da Bahia é reforçada com entrega de novas viaturas

O governador Paulo Souto entregou, junto com o secretário da Segurança Pública, general Edson Sá Rocha, 319 novas viaturas destinadas às polícias Militar e civil, ao Departamento de Polícia Técnica e ao Detran.

O Governo do Estado comprou 319 novas viaturas, num investimento de R\$ 32 milhões. Os modelos dos carros entregues pelo governador são diversos, para atender as necessidades de cada departamento: Ranger, EcoSport, Fiesta, Parati, Gol e S10, além de microônibus, reboque, ambulância, caminhão-baú e rabeção. Souto vai disponibilizar 165 viaturas para a Polícia Militar, 115 para a Polícia Civil, 24 para o Departamento de Polícia Técnica e o 15 para o Detran.

A distribuição de novas viaturas tem possibilitado maior mobilidade aos profissionais de polícia, contribuindo, conseqüentemente, para a intensificação das ações de combate à criminalidade. O programa de renovação da frota policial baiana teve início em julho de 2004.

Governador Paulo Souto entrega viaturas para órgãos de segurança. Diário Oficial, 15/01/2005.



Atos do poder executivo

Decretos

Decreto nº 5.336, de 12 de janeiro de 2005 – Dispõe sobre a execução da Ata de Retificação do trigésimo protocolo adicional ao Acordo de Complementação Econômica nº 35, entre os governos da República Federativa do Brasil, da República da Argentina, da República do Paraguai e da República Oriental do Uruguai, na condição de Estados-partes do MERCOSUL, e da República do Chile, de 10 de junho de 2004, para correção de erro de concordância, na versão em português, na preferência outorgada pelo Brasil no item NALADI/SH 2204.21.10.

Decreto nº 5.345, de 18 de janeiro de 2005 – Dispõe sobre contratos do Programa de Subsídio à Habitação de interesse social – PSH.

Decreto nº 5.346, de 19 de janeiro de 2005 – Promulga o Acordo Básico de Cooperação Técnica entre

a República Federativa do Brasil e a República Democrática de Timor-Leste, celebrado em Díli, em 20 de maio de 2002.

Decreto nº 5.349, de 20 de janeiro de 2005 – Altera dispositivos do decreto nº 2.153, de 20 de fevereiro de 1997, que estabelece e organiza as Forças Navais, Aeronavais e de Fuzileiros Navais da Marinha, dispõe sobre as áreas de jurisdição dos Comandos de Distritos Navais e dá outras providências.

Atos do poder legislativo

Leis

Lei nº 11.092, de 12 de janeiro de 2005 – Estabelece normas para o plantio e comercialização da produção de soja geneticamente modificada da safra de 2005, altera a lei nº 10.814, de 15 de dezembro de 2003, e dá outras providências.

Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005 – Institui o Programa Universidade para Todos – PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior; altera a lei nº 10.891, de 09 de julho de 2004, e dá outras providências.

Lei nº 11.098 de 13 de janeiro de 2005 – Atribui ao Ministério da Previdência Social competências relativas à arrecadação, fiscalização, lançamento e normatização de receitas previdenciárias, autoriza a criação da Secretaria da Receita Previdenciária no âmbito do referido ministério; altera as leis nº 8.212, de 24 de julho de 1991, 10.480, de 02 de julho de 2002, 10.683, de 28 de maio de 2003; e dá outras providências.

Lei nº 11.099, de 14 de janeiro de 2005 – Altera os programas Energia Cidadã e Energia na Região Nordeste e inclui o Programa Corredor Atlântico-Pacífico no plano plurianual para o período 2004-2007.

Secretaria da Receita Federal

Atos declaratórios

Ato declaratório executivo nº 06, de 14 de janeiro de 2005 – Dispõe sobre o preenchimento da Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa

Jurídica (DIPJ), referente ao exercício de 2004, no tocante ao Imposto sobre Produtos Industrializados.

Instruções normativas

Instrução normativa nº 489, de 07 de janeiro de 2005 – Altera a instrução normativa nº 487, de 30 de dezembro de 2004, que dispõe sobre o Imposto de Renda incidente sobre os rendimentos e ganhos líquidos auferidos em operações de renda fixa e de renda variável e em fundos de investimentos.

Instrução normativa nº 490, de 10 de janeiro de 2005 – Estabelece normas para emissão de comprovantes de rendimentos pagos ou creditados a pessoas físicas e jurídicas decorrentes de aplicações financeiras, aprova modelo de informe de rendimentos financeiros e dá outras providências.

Instrução normativa nº 491, de 12 de janeiro de 2005 – Dispõe sobre a incidência do Imposto de Renda sobre os rendimentos pagos em cumprimentos de decisões da Justiça Federal e da Justiça do Trabalho, de que tratam os arts. 27 e 28 da lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, e dá outras providências.

Instrução normativa nº 493, de 13 de janeiro de 2005 – Dispõe sobre a declaração do Imposto de Renda Retido na Fonte (Dirf) e dá outras providências.

Instrução normativa nº 494, de 14 de janeiro de 2005 – Altera a instrução normativa SRF nº 409, de 19 de março de 2004, que dispõe sobre o regime aduaneiro especial de depósito afiançado operado por empresa de transporte aéreo internacional.

Instrução normativa nº 496, de 19 de janeiro de 2005 – Altera a instrução normativa SRF nº 442, de 12 de agosto de 2004, que disciplina a aquisição de automóveis com isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados, por pessoas portadoras de deficiência física, visual, mental, severa ou profunda, ou autistas.

Banco Central do Brasil

Circulares

Circular nº 3.157, de 12 de janeiro de 2005 (Diretoria de Fiscalização – Departamento de Combate a Ilícitos Cambiais e Financeiros) – Divulga recomenda-

ção referente a operações ou propostas envolvendo países não cooperantes quanto à prevenção e repressão à lavagem de dinheiro.

Circular nº 3.158, de 12 de janeiro de 2005 (Diretoria de Política Monetária – Departamento de Operações do Mercado Aberto) – Divulga a metodologia de cálculo e os procedimentos para a cobrança dos valores devidos pelos participantes do Sistema Especial de Liquidação e Custódia (Selic), relativos à custódia de títulos a partir de 1º de fevereiro de 2005.

Circular nº 3.273, de 13 de janeiro de 2005 – Divulga alterações no regulamento sobre contrato de câmbio e classificação de operações do mercado de câmbio de taxas livres e o regulamento do mercado de câmbio de taxas flutuantes – criação de código de grupo – devolução de valores.

Estado

Atos do poder executivo

Decretos

Decreto nº 9.297 de 04 de janeiro de 2005 – Reconhece o Curso de Licenciatura Plena em Química, da Universidade do Estado da Bahia – UNEB, na forma que indica.

Decreto nº 9.308 de 13 de janeiro de 2005 – Altera dispositivo do Decreto nº 7.907, de 13 de fevereiro de 2001, que regulamentou o Prêmio por Desempenho Fazendário.

Decreto nº 9.312 de 20 de janeiro de 2005 – Altera o Decreto nº 3.634, de 01 de novembro de 1994, que regulamenta o Capítulo III do Título III, artigos 93 a 97, da Lei nº 6.677, de 26 de setembro de 1994, e regulamenta a indenização de férias não-gozadas, por necessidade imperiosa de serviço, prevista no artigo 7º, § 1º, da Lei nº 6.932, de 19 de janeiro de 1996.

Decreto nº 9.314 de 20 de janeiro de 2005 – Institui Grupo de Trabalho, no âmbito do Governo Estadual, visando à integração das ações voltadas para o Combate à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes.

Decreto nº 9.315 de 24 de janeiro de 2005 – Dispõe sobre prazo especial para recolhimento do ICMS

devido pelos contribuintes vinculados à campanha de promoção de vendas denominada “Liquida Salvador -2005”.

LEIS

Lei nº 9.292 de 03 de janeiro de 2005 – Reajusta os vencimentos dos Magistrados do Estado da Bahia.

Secretaria da Fazenda

Portarias

Portaria nº 007 de 6 de janeiro de 2005 – Altera, para o exercício de 2004, o Orçamento Analítico dos Encargos Gerais do Estado - EGERAIS, na forma que indica, e dá outras providências.

Portaria nº 052 de 19 de janeiro de 2005 – Faz saber o resultado da 5ª Etapa da 2ª Fase da Campanha “SUA NOTA É UM SHOW DE SOLIDARIEDADE”, e dá outras providências.

Portaria nº 053 de 20 de janeiro de 2005 – Dispõe sobre normas e procedimentos relativos ao cadastro de Programa Aplicativo e do credenciamento de órgãos técnicos para análise do mesmo. ■

Indicadores Conjunturais

Indicadores Econômicos

Índices de Preços

Índice de Preços ao Consumidor - IPC ¹ - Salvador: Jan/2005						
Grandes grupos	Variações do mês %		Variações acumuladas %		Índice acumulado	
	Jan/04	Jan/05	No ano ²	Últimos 12 meses ³	Abr/92=100	Jun/94=100
Alimentos e bebidas	1,03	0,91	0,91	3,98	338513,0	226,93
Habituação e encargos	0,16	0,05	0,05	9,50	578382,7	462,51
Artigos de residência	0,18	0,91	0,91	4,77	280896,6	234,77
Vestuário	0,55	0,19	0,19	6,06	303276,8	177,98
Transporte e comunicação	-0,02	0,20	0,20	14,23	563140,7	609,45
Saúde e cuidados pessoais	2,73	-0,12	-0,12	8,47	564422,1	300,71
Despesas pessoais	2,07	2,79	2,79	7,63	629184,5	360,78
Geral	0,90	0,79	0,79	7,34	434269,6	302,61

Fonte: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia - SEI

¹ O IPC de Salvador representa a média de 27.000 cotações de uma cesta de consumo de 308 bens e serviços pesquisados em 270 estabelecimentos e 600 domicílios, para famílias com rendimento de 1 - 40 salários mínimos

² Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior

³ Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores

Pesquisa Nacional da Cesta Básica Custo e variação da cesta básica - capitais brasileiras: Jan/2005				
Capitais	Valor da cesta (R\$)	Variação no mês ¹ (%)	Variação acumulada no ano ² %	Porcentagem do salário mínimo
Aracaju	130,45	-0,65	-11,06	54,33
Belém	152,20	1,67	2,97	63,39
Belo Horizonte	150,56	-1,12	-5,26	62,70
Brasília	170,62	1,12	2,54	71,06
Curitiba	160,10	2,69	-0,29	66,68
Florianópolis	157,47	0,03	2,33	65,58
Fortaleza	125,20	0,38	-7,80	52,14
Goiânia	151,78	1,94	3,48	63,21
João Pessoa	133,60	5,92	-2,12	55,64
Natal	137,09	4,01	-3,60	57,09
Porto Alegre	168,80	-3,40	-1,89	70,30
Recife	132,31	7,58	-3,01	55,10
Rio de Janeiro	164,81	-0,34	-1,24	68,64
Salvador	127,85	1,60	-10,96	53,25
São Paulo	172,87	0,39	1,08	72,00
Vitória	157,96	3,66	6,64	65,79

Fonte: DIEESE

¹ Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior

² Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior

³ Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores

Agricultura

Área plantada, área colhida e área perdida dos principais produtos - Bahia: 2003/2004								
Produtos do LSPA ¹	Área plantada (ha)			Área colhida (ha)			Área perdida (ha) ⁴	
	2003 ²	2004 ³	Variação (%)	2003 ²	2004 ³	Variação (%)	2003 ²	2004 ³
Lavouras Temporárias								
Abacaxi	4.674	4.916	5,2	4.674	4.916	5,2	0	0
Algodão herbáceo	86.353	203.194	135,3	85.794	203.194	136,8	559	0
Alho	1.674	964	-42,4	1.674	964	-42,4	0	0
Amendoim	6.518	7.503	15,1	6.518	7.503	15,1	0	0
Arroz total	17.968	28.017	55,9	17.968	28.017	55,9	0	0
Arroz sequeiro	nd	24.977	—	nd	24.977	—	—	0
Arroz irrigada	nd	3.040	—	nd	3.040	—	—	0
Batata-inglesa	3.917	4.100	4,7	3.917	4.100	4,7	0	0
Cana-de-açúcar	83.820	86.234	2,9	83.820	86.026	2,6	0	208
Cebola	6.218	5.877	-5,5	6.218	5.877	-5,5	0	0
Feijão total	805.237	850.570	5,6	729.939	727.659	-0,3	75.298	122.911
Feijão 1ª safra	nd	425.999	—	nd	329.763	—	—	96.236
Sequeiro	nd	298.650	—	nd	216.354	—	—	82.296
Irrigado	nd	1.440	—	nd	1.440	—	—	0
Caupi	nd	125.909	—	nd	111.969	—	—	13.940
Feijão 2ª safra	nd	424.571	—	nd	397.896	—	—	26.675
Sequeiro	nd	405.233	—	nd	379.733	—	—	25.500
Irrigado	nd	10.009	—	nd	10.009	—	—	0
Caupi	nd	9.239	—	nd	8.154	—	—	1.085
Fumo	12.458	13.262	6,5	12.458	13.337	7,1	0	-75
Mamona	125.508	149.631	19,2	125.128	147.706	18,0	380	1.925
Mandioca	338.655	350.394	3,5	330.254	342.848	3,8	8.401	7.546
Milho total	799.359	809.179	1,2	673.978	752.044	11,6	125.381	57.135
Milho 1ª safra	nd	452.565	—	nd	434.365	—	—	18.200
Sequeiro	nd	436.525	—	nd	418.325	—	—	18.200
Irrigado	nd	16.040	—	nd	16.040	—	—	0
Milho 2ª safra	nd	356.614	—	nd	317.679	—	—	38.935
Sequeiro	nd	356.234	—	nd	317.299	—	—	38.935
Irrigado	nd	380	—	nd	380	—	—	0
Soja	850.000	821.000	-3,4	850.000	821.000	-3,4	0	0
Sorgo granífero	59.021	61.465	4,1	49.271	61.303	24,4	9.750	162
Tomate	5.204	4.663	-10,4	5.204	4.663	-10,4	0	0
Tomate de mesa	nd	4.663	—	nd	4.663	—	—	0
Tomate para indústria	nd	nd	—	nd	nd	—	—	—
Lavouras Permanentes								
Banana	53.730	54.075	0,6	53.040	53.769	1,4	690	306
Cacau	490.142	488.393	-0,4	481.542	488.332	1,4	8.600	61
Café	142.600	148.593	4,2	142.290	148.474	4,3	310	119
Castanha-de-cajú	19.544	20.184	3,3	19.544	19.966	2,2	0	218
Coco-da-baía	76.448	77.113	0,9	76.249	76.975	1,0	199	138
Dendê	41.466	nd	—	41.365	nd	—	101	—
Guaraná	5.948	5.904	-0,7	5.938	5.904	-0,6	10	0
Laranja	48.304	48.556	0,5	48.302	48.524	0,5	2	32
Mamão	16.032	15.560	-2,9	15.927	15.555	-2,3	105	5
Maracujá	8.061	nd	—	8.061	nd	—	0	—
Pimenta-do-reino	1.138	1.156	1,6	1.138	1.156	1,6	0	0
Sisal	211.544	206.814	-2,2	207.294	206.814	-0,2	4.250	0
Uva	3.356	3.407	1,5	3.356	3.407	1,5	0	0

Fonte: IBGE - PAM/LSPA/GCEA

Obs: "nd" significa que o dado não está disponível, normalmente em razão da cultura estar na entressafra.

¹ A relação de produtos pesquisados pelo Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA) corresponde a 94,4% do Valor Bruto da Produção (VBP), segundo a Produção Agrícola Municipal (PAM) de 1996² Estimativas do Grupo de Coordenação de Estatísticas Agropecuárias (GCEA), safra/2003 (dados sujeitos a retificação)³ Estimativas do Grupo de Coordenação de Estatísticas Agropecuárias (GCEA), dezembro/2004 (dados sujeitos a retificação)⁴ Equivale à área plantada menos a área colhida

Produção física e rendimento médio dos principais produtos - Bahia: 2003/2004

Produtos do LSPA ¹	Produção física (t)			Rendimento médio (kg/ha)		
	2003 ²	2004 ³	Variação (%)	2003 ²	2004 ³	Variação (%)
Lavouras Temporárias						
Abacaxi	115.616	116.782	1,0	24.735	23.755	-4,0
Algodão herbáceo	276.360	689.807	149,6	3.221	3.395	5,4
Alho	13.963	6.758	-51,6	8.341	7.010	-16,0
Amendoim	9.405	12.627	34,3	1.442	1.683	16,7
Arroz total	31.041	61.515	98,2	1.727	2.196	27,2
Arroz sequeiro	nd	48.861	—	nd	1.956	—
Arroz irrigada	nd	12.654	—	nd	4.163	—
Batata-inglesa	114.510	132.000	15,3	29.234	32.195	10,1
Cana-de-açúcar	4.751.958	5.002.183	5,3	56.692	58.147	2,6
Cebola	150.836	126.333	-16,2	24.257	21.496	-11,4
Feijão total	356.300	345.177	-3,1	488	474	-2,9
Feijão 1ª safra	nd	127.658	—	nd	387	—
Sequeiro	nd	82.202	—	nd	380	—
Irigado	nd	3.961	—	nd	2.751	—
Caupi	nd	41.495	—	nd	371	—
Feijão 2ª safra	nd	217.519	—	nd	547	—
Sequeiro	nd	189.589	—	nd	499	—
Irigado	nd	23.022	—	nd	2.300	—
Caupi	nd	4.908	—	nd	602	—
Fumo	11.192	11.978	7,0	898	898	0,0
Mamona	73.624	123.971	68,4	588	839	42,7
Mandioca	3.897.694	4.241.421	8,8	11.802	12.371	4,8
Milho total	1.216.855	1.619.888	33,1	1.805	2.154	19,3
Milho 1ª safra	nd	1.410.699	—	nd	3.248	—
Sequeiro	nd	1.312.224	—	nd	3.137	—
Irigado	nd	98.475	—	nd	6.139	—
Milho 2ª safra	nd	209.189	—	nd	658	—
Sequeiro	nd	207.993	—	nd	656	—
Irigado	nd	1.196	—	nd	3.147	—
Soja	1.555.500	2.364.480	52,0	1.830	2.880	57,4
Sorgo granífero	73.902	113.238	53,2	1.499	1.847	23,2
Tomate	207.365	184.268	-11,1	39.847	39.517	-0,8
Tomate de mesa	nd	184.268	—	nd	39.517	—
Tomate para indústria	nd	nd	—	nd	nd	—
Lavouras Permanentes						
Banana ⁵	783.431	785.484	0,3	14.770	14.608	-1,1
Cacau	110.654	111.351	0,6	226	228	0,9
Café	125.461	143.199	14,1	881	964	9,4
Castanha-de-cajú	5.444	5.789	6,3	278	290	4,3
Coco-da-baía ⁴	684.016	680.427	-0,5	8.970	8.840	-1,4
Dendê	167.111	nd	—	4.039	nd	—
Guaraná	2.320	2.348	1,2	390	398	2,1
Laranja ⁵	772.086	769.954	-0,3	15.984	15.867	-0,7
Mamão ⁵	784.310	784.189	0,0	49.244	50.414	2,4
Maracujá ⁴	107.876	nd	—	13.382	nd	—
Pimenta-do-reino	2.714	2.750	1,3	2.384	2.379	-0,2
Sisal	176.760	176.700	0,0	852	854	0,2
Uva	83.694	85.911	2,6	24.938	25.216	1,1

Fonte: IBGE - PAM/LSPA/GCEA

Obs: "nd" significa que o dado não está disponível, normalmente em razão da cultura estar na entressafra.

¹ A relação de produtos pesquisados pelo Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA) corresponde a 94,4% do Valor Bruto da Produção (VBP), segundo a Produção Agrícola Municipal (PAM) de 1996² Estimativas do Grupo de Coordenação de Estatísticas Agropecuárias (GCEA), safra/2003 (dados sujeitos a retificação)³ Estimativas do Grupo de Coordenação de Estatísticas Agropecuárias (GCEA), dezembro/2004 (dados sujeitos a retificação)⁴ Produção física em mil frutos e rendimento médio em frutos por hectare⁵ Produção física em toneladas e rendimento médio em quilo por hectare, a partir de setembro. Desconsiderar variação percentual

Indústria

Produção física da indústria e dos principais gêneros - Bahia: Nov/2004				%
Classes e gêneros	No mês ¹	Mensal ²	Acumulado no ano ³	Acumulado 12 meses ⁴
Indústria geral	2,2	30,5	10,0	8,5
Extrativa mineral	-5,7	-1,4	2,4	2,6
Indústria de transformação	2,6	32,9	10,5	8,9
Alimentos e bebidas	5,7	16,6	13,5	11,5
Papel, celulose e produtos de papel	-15,4	-7,8	8,8	9,4
Refino de petróleo e álcool	11,5	-17,1	0,7	0,5
Produtos químicos	-0,4	0,9	10,3	8,0
Borracha e plásticos	-5,3	18,2	6,3	6,5
Minerais não-metálicos	-3,4	74,0	50,0	49,4
Metalurgia básica	1,6	14,6	4,5	2,8
Veículos automotores	-	205,6	22,6	16,8

Fonte: IBGE

Elaboração: GEAC/SEI

Obs: "nd" significa que o dado não está disponível.

¹ Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior, com ajuste sazonal² Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior³ Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior⁴ Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores

Variação mensal do índice da indústria de transformação - Bahia: Nov/2003 - Nov/2004				%
Períodos	No mês ¹	Mensal ²	Acumulado no ano ³	Acumulado 12 meses ⁴
Novembro 2003	-16,5	-18,9	-0,2	0,5
Dezembro	17,8	-6,9	-0,8	-0,8
Janeiro 2004	3,0	-1,0	-1,0	-1,1
Fevereiro	3,2	11,6	4,7	0,1
Março	5,7	12,2	7,3	0,8
Abril	-2,3	5,7	6,9	0,5
Maio	0,7	11,7	7,9	0,6
Junho	10,5	22,3	10,2	2,3
Julho	-11,8	5,8	9,6	3,3
Agosto	1,1	7,4	9,3	4,7
Setembro	-0,4	3,6	8,6	4,1
Outubro	1,1	7,4	8,5	4,8
Novembro	2,6	32,9	10,5	8,9

Fonte: IBGE

Elaboração: GEAC/SEI

¹ Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior, com ajuste sazonal² Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior³ Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior⁴ Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores

Energia

Variação percentual do consumo de energia elétrica por classe - Bahia: Nov/2004				%
Classes	No mês ³	Mensal ⁴	Acumulado no ano ⁵	Acumulado 12 meses ⁶
Rural/Irrigação	-4,9	8,4	7,5	9,1
Residencial	5,4	7,2	4,5	-4,3
Industrial ¹	-1,0	16,4	6,4	6,1
Comercial	6,9	6,8	5,0	5,3
Utilidades públicas ²	1,7	2,4	1,9	2,1
Setor público	3,7	2,7	3,8	4,4
Concessionária	8,0	-3,8	-2,6	-1,2
Total	1,0	11,8	5,5	5,5

Fonte: COELBA/CO - CGM

Elaboração: GEAC/SEI

¹ Consumo industrial corresponde à COELBA, CHESF e COPENE

² Corresponde a iluminação pública, água, esgoto e saneamento e tração elétrica

³ Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior, com ajuste sazonal

⁴ Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior

⁵ Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior

⁶ Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores

Serviços

Pesquisa Mensal de Comércio - PMC Variação mensal no volume de vendas no varejo ¹ - Bahia: Nov/2004				%
Classes e gêneros	No mês ²	Mensal ³	Acumulado no ano ⁴	Acumulado 12 meses ⁵
Comércio varejista	-1,1	11,4	7,7	7,5
Combustíveis e lubrificantes	-2,8	5,6	-0,7	-0,3
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	-5,7	7,5	7,3	6,9
Hipermercados e supermercados	-5,1	6,5	8,4	7,7
Tecidos, vestuário e calçados	4,8	5,3	3,5	2,3
Móveis e eletrodomésticos	17,1	57,0	40,4	38,0
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	-2,9	nd	nd	nd
Livros, jornais, revistas e papelaria	4,0	nd	nd	nd
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	-2,0	nd	nd	nd
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	-0,5	nd	nd	nd
Veículos, motos e peças	7,3	22,3	23,1	22,9

Fonte: IBGE / Diretoria de Pesquisas / Departamento de Comércio e Serviços

Obs: "nd" significa que o dado não está disponível

¹ Dados deflacionados pelo IPCA

² Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior, com ajuste sazonal

³ Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior

⁴ Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior

⁵ Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores

Consultas e inadimplências junto ao Serviço de Proteção ao Crédito
Salvador: Set/2002 - Set/2003

%

Períodos	Consultas			Inadimplências ¹		
	No mês ²	Mensal ³	Acumulado no ano ⁴	No mês ²	Mensal ³	Acumulado no ano ⁴
Setembro 2002	-25,5	-45	4,2	48,5	-94,8	-51,4
Outubro	3,6	-62,1	-7,4	-8,1	-88,3	-55,8
Novembro	-4,9	-62,9	-15,5	-7,4	-83,7	-57,8
Dezembro	11,8	-62,8	-22,1	-6,3	-95,2	-64,9
Janeiro 2003	-10,5	-46,3	-46,3	-25,2	-89,0	-89,0
Fevereiro	-12,5	-40,3	-43,6	-6,3	-90,5	-89,7
Março	-6,2	-49,4	-45,5	13,1	-89,2	-89,6
Abril	10,0	-50,5	-46,9	47,2	-80,7	-87,6
Maio	2,0	-54,2	-48,5	-22,1	-60,1	-85,5
Junho	-12,3	-28,4	-46,3	56,7	-38,4	-82,1
Julho	11,7	-28,4	-44,2	-33,9	-32,6	-80,1
Agosto	-3,7	-36,3	-43,4	-24,7	-16,0	-78,5
Setembro	3,3	-11,7	-41,0	214,2	77,7	-73,0

Fonte: Dados Primários SPC. Elaboração: SEI

¹ Novos registros² Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior³ Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior⁴ Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior
Total de cheques compensados - Bahia: Dez/2003 - Dez/2004

%

Períodos	Quantidade			Valor		
	No mês ¹	Mensal ²	Acumulado no ano ³	No mês ¹	Mensal ²	Acumulado no ano ³
Dezembro 2003	24,7	-3,2	-7,5	28,9	0,9	-16,3
Janeiro 2004	-11,0	-10,4	-10,4	-10,2	-6,4	-6,4
Fevereiro	-15,1	-12,8	-11,5	-18,1	-14,0	-10,0
Março	22,8	4,4	-6,4	33,2	22,2	-0,1
Abril	-11,6	-4,4	-5,9	-11,2	2,8	0,6
Maio	2,5	-2,2	-5,2	4,9	8,5	2,1
Junho	-1,9	-3,6	-4,9	-2,0	10,4	3,4
Julho	1,8	-6,9	-5,2	2,9	7,1	4,0
Agosto	3,2	5,3	-4,0	3,7	20,1	5,9
Setembro	-10,9	-16,3	-5,4	-5,4	6,1	5,9
Outubro	1,9	-11,5	-6,0	4,1	9,8	6,3
Novembro	8,2	6,2	-5,0	-8,0	11,6	6,7
Dezembro	0,3	-14,6	-5,9	18,5	2,6	6,3

Fonte: Banco Central do Brasil

¹ Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior² Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano interior³ Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano interior

Indicadores Sociais

Emprego

Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED Taxas de desemprego e de participação Região Metropolitana de Salvador - Dez/2004

%

Taxas	RMS	Salvador	Demais municípios
Desemprego Total	24,8	24,7	25,4
Desemprego Aberto	14,4	14,2	15,3
Desemprego Oculto	10,5	10,5	10,1
Participação (PEA/PIA)	61,3	62,5	55,7

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE

Taxa de desemprego aberto e taxa de participação Região Metropolitana de Salvador: Jan/2003 - Dez/2004

%

Períodos	Taxa de desemprego aberto		Taxa de participação	
	RMS	Salvador	RMS	Salvador
Janeiro 2003	15,9	15,3	62,4	63,0
Fevereiro	16,3	15,7	62,0	62,5
Março	17,2	16,7	62,4	63,0
Abril	18,6	18,0	62,2	63,1
Maio	18,9	18,3	62,7	63,5
Junho	18,9	18,4	62,4	63,0
Julho	17,8	16,9	62,2	62,4
Agosto	17,3	16,2	62,5	62,6
Setembro	16,7	15,4	63,4	63,5
Outubro	16,2	15,1	63,7	64,2
Novembro	16,0	15,0	63,5	64,1
Dezembro	15,1	14,6	62,9	63,9
Janeiro 2004	14,9	14,3	62,4	63,3
Fevereiro	14,9	14,1	62,0	63,1
Março	15,4	14,5	62,0	63,1
Abril	15,9	14,8	62,2	63,0
Maio	15,5	14,5	62,3	63,0
Junho	15,0	14,0	62,2	62,9
Julho	14,9	14,1	62,1	62,9
Agosto	14,9	14,1	62,1	63,0
Setembro	14,8	14,2	61,9	62,8
Outubro	14,5	13,9	61,9	63,1
Novembro	14,5	14,2	61,7	62,9
Dezembro	14,4	14,2	61,3	62,5

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE

**Estimativa da população total e economicamente ativa e dos inativos maiores de 10 anos, taxas globais e de participação e taxa de desemprego total
Região Metropolitana de Salvador: Jan/2003 - Dez/2004**

%

Períodos	População Economicamente Ativa (PEA)						Inativos maiores de 10 Anos		Taxas		Popula- ção total¹
	Total		Ocupados		Desempregados						
	Números absolutos¹	Índice²	Números absolutos¹	Índice²	Números absolutos¹	Índice²	Números absolutos¹	Índice²	Partici- pação (PEA/PIA)	Desemp. total (PEA/PIA)	
Janeiro 2003	1.639	124,9	1.198	114,5	441	165,6	988	108,0	62,4	26,9	3.152
Fevereiro	1.633	124,5	1.189	113,7	444	166,8	1.000	109,3	62,0	27,2	3.158
Março	1.647	125,5	1.179	112,7	468	175,8	992	108,4	62,4	28,4	3.164
Abril	1.645	125,4	1.161	111,0	484	181,8	1.001	109,4	62,2	29,4	3.169
Maio	1.662	126,7	1.168	111,7	494	185,5	989	108,1	62,7	29,7	3.175
Junho	1.658	126,4	1.161	111,0	497	186,7	1.000	109,3	62,4	30,0	3.180
Julho	1.656	126,2	1.177	112,5	479	179,9	1.007	110,1	62,2	28,9	3.186
Agosto	1.668	127,1	1.188	113,6	480	180,3	1.001	109,4	62,5	28,8	3.191
Setembro	1.696	129,3	1.223	116,9	473	177,6	979	107,0	63,4	27,9	3.197
Outubro	1.708	130,2	1.240	118,5	468	175,8	973	106,3	63,7	27,4	3.202
Novembro	1.706	130,0	1.249	119,4	457	171,6	981	107,2	63,5	26,8	3.208
Dezembro	1.694	129,1	1.254	119,9	440	165,3	998	109,1	62,9	26,0	3213
Janeiro 2004	1.684	128,4	1.246	119,1	438	164,5	1.015	110,9	62,4	26,0	3.219
Fevereiro	1.677	127,8	1.231	117,7	446	167,5	1.029	112,4	62,0	26,6	3.225
Março	1.681	128,1	1.232	117,8	449	168,6	1.031	112,6	62,0	26,7	3.230
Abril	1.691	128,9	1.240	118,5	451	169,4	1.027	112,2	62,2	26,7	3.236
Maio	1.697	129,3	1.261	120,6	436	163,8	1.030	112,5	62,3	25,7	3.242
Junho	1.699	129,5	1.266	121,0	433	162,6	1.032	112,7	62,2	25,5	3.247
Julho	1.700	129,6	1.270	121,4	430	161,5	1.039	113,5	62,1	25,3	3.253
Agosto	1.704	129,9	1.275	121,9	429	161,1	1.040	113,7	62,1	25,2	3.259
Setembro	1.702	129,7	1.275	121,9	427	160,4	1.048	114,5	61,9	25,1	3.264
Outubro	1.706	130,0	1.279	122,3	427	160,4	1.051	114,8	61,9	25,0	3.270
Novembro	1.705	130,0	1.275	121,9	430	161,5	1.059	115,7	61,7	25,2	3.275
Dezembro	1.698	129,4	1.277	122,1	421	158,1	1.071	117,0	61,3	24,8	3.281

Variação mensal

Dez04/Nov04	-0,4	0,2	-2,1	1,3	-0,6	-1,6
--------------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	-------------

Variação no ano

Dez04/Nov03	-0,5	2,2	-7,9	9,2	-3,5	-7,5
--------------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	-------------

Variação anual

Dez04/Dez03	0,2	1,8	-4,3	7,3	-2,5	-4,6
--------------------	------------	------------	-------------	------------	-------------	-------------

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE

¹ Em 1.000 pessoas. A partir de fevereiro/2001 as projeções da população foram ajustadas com base nos resultados do Censo 2000² Base: Dezembro 1996 = 100

Distribuição dos ocupados por setor de atividade econômica no trimestre Região Metropolitana de Salvador: Jan/2003 - Dez/2004							
Períodos	Setores de atividade econômica						
	Indústria de transformação	Construção civil	Comércio	Serviços produção ¹	Serviços pessoais ²	Serviços domésticos	Outros
Janeiro 2003	8,8	5,5	16,8	30,5	27,5	9,7	1,2
Fevereiro	8,5	5,3	17,1	30,6	27,4	9,9	1,2
Março	8,4	4,8	16,4	31,8	27,2	10,4	1,0
Abril	8,8	4,9	16,1	31,7	26,7	10,5	1,3
Maio	9,3	5,1	15,5	31,5	26,8	10,5	1,3
Junho	9,2	5,0	16,0	31,5	27,1	9,9	1,3
Julho	8,6	5,2	16,2	31,8	27,0	10,0	1,2
Agosto	8,9	5,1	15,6	32,5	27,0	9,8	1,1
Setembro	9,0	5,0	15,5	32,3	27,4	9,8	1,0
Outubro	9,1	4,6	15,6	32,5	27,7	9,5	1,0
Novembro	8,4	4,6	16,2	32,3	27,6	9,9	1,0
Dezembro	8,6	4,9	16,3	32	26,9	10,2	1,1
Janeiro 2004	8,5	5,1	16,7	31,9	26,7	10,0	1,1
Fevereiro	8,5	4,9	16,5	32,3	26,8	9,7	1,3
Março	8,4	4,5	16,6	32,8	26,8	9,7	1,2
Abril	8,5	4,4	15,9	33,0	26,6	10,2	1,4
Maio	8,2	4,3	16,4	32,5	26,7	10,6	1,3
Junho	8,4	4,6	16,3	32,6	27,0	10,0	1,1
Julho	8,7	4,4	16,3	32,3	27,6	9,6	1,1
Agosto	9,2	4,4	16,2	33,2	26,9	8,8	1,3
Setembro	9,1	4,3	16,4	32,7	26,4	9,2	1,9
Outubro	8,9	4,5	16,5	32,6	26,2	9,4	1,9
Novembro	8,5	4,3	16,6	32,0	27,2	9,8	1,6
Dezembro	8,3	5,0	16,6	31,8	27,0	10,0	1,3

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE

¹ Incluem Transporte e armazenagem; Utilidade pública; Especializados; Administração pública, Forças armadas e polícia; Creditícios e financeiros; Comunicação; Diversão, radiodifusão e teledifusão; Comércio, Administração de valores imobiliários e de imóveis; Serviços auxiliares; Outros serviços de reparação e limpeza

² Incluem Serviços Pessoais diversos, Alimentação, Educação, Saúde, Serviços comunitários, Oficinas de reparação mecânica e outros serviços

Distribuição dos ocupados por posição na ocupação no trimestre										
Região Metropolitana de Salvador: Jan/2003 - Dez/2004										%
Períodos	Posição na Ocupação									
	Assalariados				Autônomos			Empregador	Domésticos	Outros ¹
	Total	Ass. priv. c/ carteira	Ass. priv. S/ carteira	Ass. público	Total	Aut. trab. p/ público	Aut. trab. P/ empresa			
Janeiro 2003	60,4	34,3	12,1	14,0	23,0	19,1	3,9	3,9	9,7	2,9
Fevereiro	60,6	34,6	12,3	13,7	23,0	19,1	3,9	3,7	9,9	2,8
Março	61,5	35,4	12,1	13,9	22,1	18,3	3,8	3,9	10,4	2,1
Abril	61,0	35,2	12,5	13,3	22,7	18,8	3,9	3,7	10,5	2,1
Maio	61,2	35,8	11,9	13,5	22,4	18,5	3,9	3,8	10,5	2,0
Junho	61,8	36,2	11,8	13,7	22,5	18,6	3,9	3,4	9,9	2,3
Julho	61,2	35,3	11,4	14,5	22,6	18,6	3,9	3,7	10,0	2,5
Agosto	60,8	35,1	11,6	14,0	22,7	18,5	4,2	4,0	9,8	2,7
Setembro	59,7	34,4	11,0	14,3	23,4	18,8	4,6	4,4	9,8	2,7
Outubro	59,6	34,9	11,1	13,6	24,1	19,4	4,7	4,3	9,5	2,5
Novembro	59,3	34,5	11,3	13,5	24,5	19,9	4,6	3,7	9,9	2,5
Dezembro	59,9	34,7	11,8	13,3	23,9	19,6	4,3	3,5	10,2	2,5
Janeiro 2004	60,4	34,2	12,3	13,9	23,1	19,0	4,1	3,7	10,0	2,8
Fevereiro	60,8	34,5	12,1	14,2	22,9	18,8	4,1	3,9	9,7	2,7
Março	60,8	34,9	11,7	14,2	22,5	18,7	3,8	3,9	9,7	3,0
Abril	60,1	34,4	11,8	13,9	22,8	18,7	4,1	4,0	10,2	2,9
Maio	59,3	33,9	11,7	13,7	23,0	19,3	3,7	4,1	10,6	3,0
Junho	59,1	33,8	11,7	13,6	23,9	20,0	3,9	4,2	10,0	2,9
Julho	59,2	34,4	10,9	13,9	23,9	20,0	3,9	4,2	9,6	3,0
Agosto	60,2	34,8	11,2	14,2	24,0	19,7	4,3	4,1	8,8	2,9
Setembro	59,4	34,4	10,9	14,1	24,4	19,5	4,9	4,3	9,2	2,7
Outubro	59,8	33,9	11,8	14,1	24,3	19,5	4,8	4,2	9,4	2,3
Novembro	60,0	34,4	11,8	13,8	23,9	19,1	4,8	4,1	9,8	2,2
Dezembro	60,3	34,6	12,1	13,6	23,4	19,1	4,3	4,0	10,0	2,3

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE

¹ Incluem trabalhadores familiares e donos de negócios familiares

Rendimento

Rendimento real trimestral dos ocupados e dos assalariados no trabalho principal¹ Região Metropolitana de Salvador: Jan/2003 - Nov/2004

R\$

Períodos	Rendimento médio real					
	Ocupados ²			Assalariados ³		
	Valor absoluto ³		Índice	Valor absoluto		Índice
	Média	Mediana		Média	Mediana	
Janeiro 2003	661	347	79,4	745	432	78,1
Fevereiro	663	339	79,6	747	437	78,2
Março	634	335	76,2	725	425	75,9
Abril	635	332	76,3	710	422	74,4
Maio	625	331	75,1	699	401	73,2
Junho	661	346	79,4	742	427	77,8
Julho	685	346	82,3	776	430	81,3
Agosto	697	356	83,8	788	431	82,5
Setembro	663	357	79,7	753	430	78,9
Outubro	644	348	77,4	740	427	77,6
Novembro	632	348	75,9	739	422	77,4
Dezembro	655	357	78,7	756	439	79,2
Janeiro 2004	679	366	81,6	782	456	81,9
Fevereiro	692	363	83,1	792	449	82,9
Março	702	361	84,3	803	446	84,1
Abril	673	351	80,9	778	438	81,5
Maio	679	355	81,6	788	442	82,5
Junho	672	356	80,8	782	453	81,9
Julho	673	364	80,9	765	452	80,2
Agosto	672	364	80,4	765	455	79,8
Setembro	669	360	79,6	770	450	79,9
Outubro	666	352	79,1	781	450	80,8
Novembro	655	352	77,1	770	440	79,0

Variação Mensal

Nov04/Out04	-2,5	-0,8	-2,5	-2,3	-3,0	-2,3
--------------------	-------------	-------------	-------------	-------------	-------------	-------------

Variação no Ano

Nov04/Dez03	-1,9	-3,3	-1,9	-0,2	-1,9	-0,2
--------------------	-------------	-------------	-------------	-------------	-------------	-------------

Variação Anual

Nov04/Nov03	1,6	-0,8	1,6	2,1	2,1	2,1
--------------------	------------	-------------	------------	------------	------------	------------

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE

¹ Inflator utilizado - IPC-SEI. Valores em reais de Novembro 2004

² Exclusive os assalariados e os empregados domésticos assalariados que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os trabalhadores que ganharam exclusivamente em espécie ou benefício

³ Exclusive os assalariados que não tiveram remuneração no mês

Rendimento real médio trimestral dos ocupados por grau de instrução¹**Região Metropolitana de Salvador: Jan/2003 - Nov/2004****R\$**

Períodos	Rendimento real médio trimestral dos ocupados por grau de instrução				
	Analfabetos	1º Grau incompleto	1º Grau completo/ 2º incompleto	2º Grau completo/ 3º incompleto	3º Grau completo
Janeiro 2003	219	315	450	722	2.176
Fevereiro	220	315	423	712	2.218
Março	207	300	405	687	2.145
Abril	218	310	407	682	2.093
Maio	206	316	409	670	1.966
Junho	227	322	425	676	2.050
Julho	239	329	424	701	2.050
Agosto	266	339	416	721	2.083
Setembro	265	344	396	718	1.989
Outubro	260	332	389	709	2.000
Novembro	255	323	402	691	1.938
Dezembro	253	323	424	704	2.005
Janeiro 2004	255	339	442	705	2.021
Fevereiro	238	327	428	731	2.039
Março	226	318	419	746	2.041
Abril	209	313	397	726	2.008
Maio	219	309	400	697	2.135
Junho	239	321	399	672	2.152
Julho	251	325	408	668	2.081
Agosto	262	337	418	681	2.069
Setembro	274	325	416	685	1.974
Outubro	287	307	403	686	2.034
Novembro	260	299	386	688	2.021

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE

¹ Inflator utilizado - IPC-SEI. Valores em reais de Novembro 2004

**Rendimento real médio trimestral dos assalariados no setor privado
por setor de atividade econômica e carteira de trabalho assinada e não assinada
pelo atual empregador¹**
Região Metropolitana de Salvador: Jan/2003 - Nov/2004
R\$

Períodos	Rendimento real médio trimestral dos assalariados no setor privado					
	Total	Setor de atividade			Carteira de trabalho	
		Indústria	Comércio	Serviços	Assinada	Não-assinada
Janeiro 2003	618	771	538	616	688	411
Fevereiro	634	769	550	643	699	436
Março	618	841	506	606	697	384
Abril	612	784	479	610	682	391
Maio	595	791	483	579	669	363
Junho	616	861	477	607	692	382
Julho	646	952	485	625	734	382
Agosto	647	919	477	634	734	383
Setembro	626	823	493	618	704	381
Outubro	614	809	496	602	689	379
Novembro	611	796	488	600	686	380
Dezembro	620	880	486	598	699	389
Janeiro 2004	633	887	479	618	716	392
Fevereiro	649	985	484	616	735	384
Março	648	956	493	616	738	372
Abril	633	926	481	611	718	378
Maio	628	890	483	615	711	385
Junho	632	865	483	622	707	381
Julho	630	836	498	619	715	358
Agosto	644	891	506	626	726	372
Setembro	641	886	516	622	728	388
Outubro	638	907	517	619	720	392
Novembro	628	848	515	620	711	380

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE

¹ Inflator utilizado - IPC-SEI. Valores em reais de Novembro 2004

Distribuição do rendimento real trimestral entre os ocupados e os assalariados no trabalho principal¹

Região Metropolitana de Salvador: Jan/2003 - Nov/2004

R\$

Períodos	Rendimento real trimestral									
	Ocupados ²					Assalariados ³				
	10% ganham até	25% ganham até	50% ganham até	75% ganham até	90% ganham até	10% ganham até	25% ganham até	50% ganham até	75% ganham até	90% ganham até
Janeiro 2003	111	227	340	667	1.360	227	278	423	778	1.473
Fevereiro	111	222	332	666	1.367	222	274	428	778	1.536
Março	109	219	328	652	1.316	219	266	416	751	1.474
Abril	108	217	325	652	1.316	217	261	413	751	1.503
Maio	107	217	324	644	1.304	217	260	393	742	1.413
Junho	107	253	339	645	1.480	253	268	418	794	1.587
Julho	105	253	339	690	1.581	253	276	421	843	1.634
Agosto	105	252	349	716	1.580	252	293	422	842	1.677
Setembro	105	249	350	663	1.555	249	284	421	818	1.580
Outubro	103	248	341	628	1.362	248	284	419	754	1.550
Novembro	103	247	341	622	1.343	247	287	414	775	1.544
Dezembro	103	246	350	668	1.439	246	288	431	820	1.544
Janeiro 2004	103	246	359	717	1.524	244	288	447	823	1.626
Fevereiro	122	243	356	717	1.530	243	284	440	845	1.691
Março	102	242	354	711	1.546	241	284	437	863	1.810
Abril	101	240	344	700	1.508	240	281	429	807	1.620
Maio	101	243	352	705	1.521	243	285	439	815	1.666
Junho	101	243	354	704	1.503	243	300	450	805	1.611
Julho	101	260	364	709	1.509	260	300	452	805	1.600
Agosto	101	260	364	707	1.506	260	300	455	808	1.607
Setembro	101	260	360	707	1.513	260	300	450	808	1.707
Outubro	100	260	352	700	1.511	260	300	450	843	1.712
Novembro	101	260	352	700	1.500	260	300	440	808	1.616

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE

¹ Inflator utilizado - IPC-SEI. Valores em reais de Novembro 2004

² Exclusive os assalariados e os empregados domésticos assalariados que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os trabalhadores que ganharam exclusivamente em espécie ou benefício

³ Exclusive os assalariados que não tiveram remuneração no mês

Emprego Formal

Flutuação Mensal do Emprego Bahia: Jan/2003 - Dez/2004					
Períodos	Saldo líquido (Admissões - desligamentos)				
	Total ¹	Ind. transf.	Const. civil	Comércio	Serviços
2003	26.502	6.877	-3.067	7.486	8.658
Janeiro	128	554	-77	547	-2.128
Fevereiro	2.544	160	-374	620	1.037
Março	-938	126	-747	-1.074	-680
Abril	5.554	1.412	-924	193	1.269
Maio	5.029	612	-263	1.073	976
Junho	1.907	358	-451	1.467	827
Julho	2.276	394	-363	-559	988
Agosto	2.161	1.467	596	811	-506
Setembro	6.809	2.010	798	1.254	3.895
Outubro	4.099	1.388	-132	1.455	2.006
Novembro	4.824	1.213	200	2.057	2.146
Dezembro	-7.891	-2.817	-1.330	-358	-1.172
2004	52.724	14.686	187	14.648	20.957
Janeiro	9.206	1.804	2.198	1.092	2.166
Fevereiro	2.628	458	-1.544	913	1.544
Março	-133	-744	-848	-309	2.112
Abril	5.184	2.525	67	801	-526
Maio	11.115	2.521	506	1.875	2.458
Junho	5.016	1.174	-630	1.445	541
Julho	7.967	2.164	233	1.083	2.773
Agosto	8.173	2.319	868	1.801	2.810
Setembro	5.493	2.792	820	1.483	2.333
Outubro	1.764	968	-659	1.695	2.260
Novembro	1.498	-581	164	2.631	3.268
Dezembro	-5.187	-714	-988	138	-782

Fonte: MTE - Cadastro de Empregados e Desempregados - Lei 4.923/65 - Perfil do Estabelecimento

¹ Incluem todos os setores. Dados preliminares

Flutuação Mensal do Emprego**Região Metropolitana de Salvador: Jan/2003 - Dez/2004**

Períodos	Saldo líquido (Admissões - desligamentos)				
	Total ¹	Ind. transf.	Const. civil	Comércio	Serviços
2003	5.746	317	-2.845	2.300	5.891
Janeiro	-1.205	26	448	43	-1.723
Fevereiro	1.399	-29	45	434	1009
Março	-1.609	-150	-405	-604	-454
Abril	-524	-480	-569	-71	559
Maio	464	155	-215	258	270
Junho	-302	1	-888	572	45
Julho	145	26	-352	-491	965
Agosto	321	373	-90	393	-408
Setembro	3.853	219	155	243	3.226
Outubro	2.135	405	-270	595	1.315
Novembro	3.062	293	191	1.076	1.523
Dezembro	-1.993	-522	-895	-148	-436
2004	23.824	5.238	812	5.829	12.949
Janeiro	4.607	737	2.078	448	1.349
Fevereiro	-1.413	-467	-2.114	428	789
Março	1.117	190	-297	-314	1.686
Abril	-718	312	47	151	-1.096
Maio	2.802	619	164	607	1.503
Junho	505	796	-444	466	-70
Julho	3.513	1.015	486	529	1.572
Agosto	4.008	761	1.003	727	1.584
Setembro	3.460	654	602	814	1.514
Outubro	2.345	424	-464	661	1.587
Novembro	4.300	270	-5	1.416	2.642
Dezembro	-702	-73	-244	-104	-111

Fonte: MTE - Cadastro de Empregados e Desempregados - Lei 4.923/65 - Perfil do Estabelecimento

¹ Incluem todos os setores. Dados preliminares

Finanças Públicas

União

Demonstrativo das Receitas da União							R\$ 1.000
Orçamentos fiscal e da seguridade social - Jan-Nov/2004							
Receitas	Previsão inicial	Previsão atualizada (A)	Receitas realizadas				Saldo a realizar (A-C)
			Out-Nov 2004 (B)	% (B/A)	Jan-Nov 2004 (C)	% (C/A)	
Receitas Correntes	441.602.316	441.606.095	76.091.173	17,2	401.135.594	90,8	40.470.501
Receita Tributária	124.300.612	124.300.612	18.989.120	15,3	113.378.691	91,2	10.921.921
Receita de Contribuições	266.499.301	266.499.301	48.691.108	18,3	244.366.982	91,7	22.132.319
Receita Patrimonial	12.402.960	12.402.960	2.186.023	17,6	12.432.181	100,2	(29.221)
Receita Agropecuária	23.580	23.581	4.100	17,4	18.259	77,4	5.322
Receita Industrial	527.566	527.566	61.736	11,7	288.217	54,6	239.349
Receita de Serviços	23.084.863	23.084.863	3.318.121	14,4	19.344.726	83,8	3.740.137
Transferências Correntes	243.477	247.255	71.520	28,9	222.973	90,2	24.282
Outras Receitas Correntes	14.519.957	14.519.957	2.769.445	19,1	11.083.565	76,3	3.436.392
Receitas de Capital	167.443.676	167.443.675	10.892.192	6,5	83.151.088	49,7	84.292.587
Operações de Crédito ¹	118.192.044	118.192.044	6.466.545	5,5	44.083.366	37,3	74.108.678
Alienação de Bens	2.942.765	2.942.765	65.084	2,2	582.429	19,8	2.360.336
Amortizações de Empréstimos	23.228.585	23.228.585	2.180.765	9,4	15.137.449	65,2	8.091.136
Transferências de Capital	44.219	44.219	2.859	6,5	41.969	94,9	2.250
Outras Receitas de Capital	23.036.063	23.036.062	2.176.939	9,5	23.305.875	101,2	(269.813)
Subtotal das Receitas (I)	609.045.992	609.049.770	86.983.365	14,3	484.286.682	79,5	124.763.088
Déficit (II)	-	-	-	-	-	-	-
Total (I+II)	609.045.992	609.049.770	86.983.365	14,3	484.286.682	79,5	124.763.088

Fonte: SIAFI - STN/CCONT/GEINC

¹ Excetuados os valores referentes ao refinanciamento da Dívida Pública

Demonstrativo das Despesas da União							R\$ 1.000
Orçamentos fiscal e da seguridade social - Jan-Nov/2004							
Despesas	Dotação inicial	Dotação atualizada (A)	Despesas realizadas				Saldo (A-C)
			Out-Nov 2004 (B)	% (B/A)	Jan-Nov 2004 (C)	% (C/A)	
Despesas Correntes	475.518.442	481.291.411	76.318.337	15,9	379.008.640	78,7	102.282.771
Pessoal e Encargos Sociais	84.120.038	87.722.446	17.253.194	19,7	78.536.140	89,5	9.186.306
Juros e Encargos da Dívida	117.769.754	117.454.801	15.497.284	13,2	70.451.649	60,0	47.003.152
Outras Despesas Correntes	273.628.650	276.114.164	43.567.859	15,8	230.020.851	83,3	46.093.313
Transf.a Estados, DF e Município	91.860.187	92.060.482	13.922.337	15,1	79.367.828	86,2	12.692.654
Benefícios Previdenciários ²	121.427.667	121.427.477	19.884.980	16,4	103.280.835	85,1	18.146.642
Demais Despesas Correntes	60.340.796	62.626.205	9.760.542	15,6	47.372.188	75,6	15.254.017
Despesas de Capital	111.487.428	132.112.367	21.828.063	16,5	81.268.405	61,5	50.843.962
Investimentos	12.370.012	13.379.390	1.382.696	10,3	3.542.573	26,5	9.836.817
Inversões Financeiras	33.249.350	35.275.159	4.524.781	12,8	16.681.021	47,3	18.594.138
Amortização da Dívida ¹	65.868.066	83.457.818	15.920.586	19,1	61.044.811	73,1	22.413.007
Reserva de Contingência	21.959.723	19.615.564	-	-	-	-	19.615.564
Subtotal das Despesas (I)	608.965.593	633.019.342	98.146.400	15,5	460.277.045	72,7	172.742.297
Superávit (II)	-	-	-	-	24.009.637	-	-
Total (I+II)	608.965.593	633.019.342	98.146.400	15,5	484.286.682	76,5	172.742.297

Fonte: SIAFI - STN/CCONT/GEINC

¹ Excetuados os valores referentes ao refinanciamento da Dívida Pública

² Os Benefícios Previdenciários referem-se ao pagamento de inativos, pensões e outros benefícios previdenciários

Estado

Balço Orçamentário - Receita							R\$ 1.000
Orçamentos fiscal e da seguridade social, Bahia: Jan-Out/2004							
Receitas	Previsão inicial	Previsão atualizada	Receitas realizadas				Saldo a realizar (A-C)
			Set-Out	%	Até o bimestre	%	
		(A)	(B)	(B/A)	(C)	(C/A)	
Receitas Correntes	12.469.804	12.593.732	2.156.261	17,12	10.263.416	81,50	2.330.316
Receita Tributária	6.988.059	6.788.178	1.318.952	19,43	6.027.414	88,79	760.764
Impostos	6.793.395	6.593.514	1.283.728	19,47	5.859.565	88,87	733.949
Taxas	194.664	194.664	35.224	18,09	167.849	86,23	26.815
Receita de Contribuições	1.059.286	1.059.286	177.248	16,73	870.246	82,15	189.040
Contribuições Sociais	1.059.286	1.059.286	177.248	16,73	870.246	82,15	189.040
Contribuições Econômicas	-	-	-	-	-	-	-
Receita Patrimonial	257.969	294.002	21.613	7,35	118.686	40,37	175.316
Receitas Imobiliárias	22.140	22.278	492	2,21	2.422	10,87	19.856
Receitas de Valores Mobiliários	234.280	267.736	20.609	7,70	113.701	42,47	154.035
Receitas de Concessões e Permissões	1.515	3.953	511	12,92	2.542	64,30	1.411
Outras Receitas Patrimoniais	35	35	-	-	22	62,86	13
Receita Agropecuária	1.123	1.123	-	-	-	-	1.123
Receita da Produção Vegetal	-	-	-	-	-	-	-
Receita da Prod. Animal e Deriv.	965	965	-	-	-	-	965
Outras Receitas Agropecuárias	158	158	-	-	-	-	158
Receita Industrial	90	90	-	-	-	-	90
Receita da Ind. de Transf.	90	90	-	-	-	-	90
Receita de Serviços	719.399	722.268	123.406	17,09	604.947	83,76	117.321
Receita de Serviços	719.399	722.268	123.406	17,09	604.947	83,76	117.321
Transferências Correntes	3.719.956	3.629.153	540.723	14,90	2.739.210	75,48	889.943
Transferências Intragovernamentais	-	-	-	-	-	-	-
Transferências Intergovernamentais	3.583.945	3.484.497	527.573	15,14	2.652.126	76,11	832.371
Transferências de Inst. Priv.	-	-	-	-	-	-	-
Transferências do Exterior	2.085	5.039	390	7,74	438	8,69	4.601
Transferências de Convênios	133.926	139.616	12.760	9,14	86.646	62,06	52.970
Outras Receitas Correntes	815.118	1.190.829	167.830	14,09	814.781	68,42	376.048
Multas e Juros de Mora	120.470	131.330	21.961	16,72	84.661	64,46	46.670
Indenizações e Restituições	55.058	55.058	1.081	1,96	12.664	23,00	42.394
Receita da Dívida Ativa	6.660	6.660	1.545	23,20	5.869	88,13	790
Receitas Correntes Diversas	632.930	997.781	143.243	14,36	711.587	71,32	286.194
Conta Retif. da Rec. Orçamentária	(1.091.196)	(1.091.196)	(193.511)	17,73	(911.868)	83,57	(179.328)
Receitas de Capital	1.522.353	1.615.087	93.634	5,80	412.248	25,52	1.202.839
Operações de Crédito	583.863	583.863	49.658	8,51	255.589	43,78	328.274
Operações de Crédito Internas	223.706	223.706	15.553	6,95	56.859	25,42	166.847
Operações de Crédito Externas	360.157	360.157	34.104	9,47	198.731	55,18	161.426
Alienação de Bens	282.040	287.214	3.668	1,28	6.392	2,23	280.822
Alienação de Bens Móveis	281.065	281.078	1	0,00	493	0,18	280.585
Alienação de Bens Imóveis	975	6.135	3.668	59,78	5.898	96,13	237
Amortização de Empréstimos	3.470	3.470	(17)	(0,48)	643	18,53	2.827
Amortiz. de Emp. Imobiliários	3.470	3.470	(17)	(0,48)	643	96,13	2.827
Transferências de Capital	652.975	740.536	40.325	5,45	149.620	20,20	590.915
Transferências Intragovernamentais	-	-	-	-	-	-	-
Transferências Intergovernamentais	423.088	492.809	38.823	7,88	73.262	14,87	419.547
Transferências de Inst. Privadas	97	100	-	-	-	-	100
Transferências do Exterior	1.300	1.462	-	-	-	-	1.462
Transferências de Convênios	228.490	246.165	1.502	0,61	76.358	31,02	169.807
Outras Receitas de Capital	5	5	-	-	4	-	1
Outras Receitas	5	5	-	-	4	-	1
Subtotal das Receitas (I)	13.992.157	14.208.819	2.249.895	15,83	10.675.665	75,13	3.533.154
Operações de Crédito Refinanciamento (II)	-	-	-	-	-	-	-
Refinanciamento da Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-
Refinanciamento de Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal com Refinanciamentos (III)=(I+II)	13.992.157	14.208.819	2.249.895	15,83	10.675.665	75,13	3.533.154
Déficit (IV)	-	-	-	-	-	-	-
Total (V)= (III+IV)	13.992.157	14.208.819	2.249.895	15,83	10.675.665	75,13	3.533.154
Saldos de Exercícios Anteriores					159.582		

Fonte:SEFAZ/SICOF/SAF/DICOP

Balanco Orçamentário - Despesa								R\$ 1.000
Orçamentos fiscal e da seguridade social, Bahia: Jan-Nov/2004								
Despesas	Dotação inicial	Créditos adicionais	Dotação atualizada	Despesas empenhadas		Despesas liquidadas		Saldo
				Bim. Set-Out	No exercício	Bim. Set-Out	No exercício	
Despesas Correntes	11.449.382	169.335	11.618.716	1.871.716	8.676.742	1.884.286	8.546.123	3.072.594
Pessoal e Encargos	5.892.325	28.454	5.920.779	895.992	4.382.082	903.441	4.370.225	1.550.554
Juros e Encargos da Dívida	776.020	(45.000)	731.020	107.473	447.268	107.499	447.044	283.976
Outras despesas correntes	4.781.037	185.880	4.966.917	868.251	3.847.392	873.347	3.728.854	1.238.063
Despesas de Capital	2.530.253	55.494	2.585.747	375.282	1.452.955	328.694	1.372.604	1.213.144
Investimentos	1.342.012	125.629	1.467.642	189.146	599.363	142.559	519.012	948.629
Inversões Financeiras	369.604	(109.714)	259.890	30.898	139.229	30.898	139.229	120.661
Amortização da Dívida	818.637	39.579	858.216	155.238	714.363	155.238	714.363	143.853
Outras despesas de capitais	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva de Contingência	12.522	(8.167)	4.355	-	-	-	-	4.355
Subtotal das Despesas (VIII)	13.992.157	216.662	14.208.819	2.246.998	10.129.697	2.212.981	9.918.726	4.290.092
Amortização da Dívida Refinanciamento (IX)	-	-	-	-	-	-	-	-
Refinanciamento da Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-	-
Refinanciamento de outras Dívidas	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal com Refinanciamento (X)=(VIII+IX)	13.992.157	216.662	14.208.819	2.246.998	10.129.697	2.212.981	9.918.726	4.290.092
Superávit (XI)	-	-	-	-	-	-	756.939	-
Total (XII)=X+XI	13.992.157	216.662	14.208.819	2.246.998	10.129.697	2.212.981	10.675.665	4.290.092

Fonte:SEFAZ/SICOF/SAF/DICOP

Receita Tributária Mensal - Bahia: Jan/2003 - Nov/2004						R\$ 1.000
Períodos	ICMS		Outras		Total	
	2003	2004	2003	2004	2003	2004
Janeiro	491.240	484.463	45.269	37.074	536.509	521.538
Fevereiro	494.620	438.218	37.624	45.857	532.244	484.075
Março	442.068	468.157	40.292	46.489	482.360	514.646
Abril	483.606	699.160	35.434	48.642	519.040	747.802
Maio	447.830	532.332	47.985	54.677	495.815	587.009
Junho	454.843	531.331	47.430	63.295	502.273	594.626
Julho	463.914	554.265	57.400	65.912	521.314	620.176
Agosto	465.528	577.960	55.112	60.630	520.640	638.590
Setembro	491.119	567.226	63.031	57.974	554.150	625.200
Outubro	497.479	649.095	31.450	44.657	528.929	693.752
Novembro	488.485	513.166	36.125	37.186	524.609	550.352
Dezembro	491.635		53.554		545.190	
Total	5.712.367		550.707		6.263.074	

Fonte: SEFAZ - Balancetes mensais

Elaboração: SEI

Arrecadação mensal da Receita Tributária¹ - Bahia: Jan/2003 - Nov/2004						R\$ 1.000
Períodos	ICMS		Outras		Total	
	2003	2004	2003	2004	2003	2004
Janeiro	577.507	536.168	53.219	41.031	630.726	577.199
Fevereiro	572.362	479.788	43.538	50.207	615.901	529.995
Março	503.212	507.831	45.865	50.429	549.077	558.260
Abril	548.240	749.810	40.170	52.166	588.410	801.976
Maio	511.095	562.671	54.764	57.794	565.859	620.465
Junho	522.745	554.475	54.510	66.052	577.255	620.528
Julho	534.235	571.916	66.101	68.011	600.335	639.926
Agosto	532.781	588.649	63.073	61.751	595.854	650.400
Setembro	556.241	574.935	71.389	58.762	627.631	633.697
Outubro	560.990	654.441	35.465	45.025	596.456	699.466
Novembro	548.222	513.166	40.542	37.186	588.764	550.352
Dezembro	548.457		59.744		608.201	
Total	6.516.087		628.381		7.144.468	

Fonte:SEFAZ/SICOF/SAF/DICOP

Elaboração:SEI

¹ Valores atualizados a preços de maio 2004 pelo IGP-DI/FGV

Transferências constitucionais da União para a Bahia: Jan/2003 - Set/2004												R\$ 1.000
Períodos	Receitas											
	FPE¹		IPI-EXP		CIDE		FUNDEF UNIÃO²		Outras³		Total	
	No mês	Até o mês	No mês	Até o mês	No mês	Até o mês	No mês	Até o mês	No mês	Até o mês	No mês	Até o mês
Janeiro 2003	155.457	155.457	7.109	7.109	-	-	22.358	22.358	20.271	20.271	205.195	205.195
Fevereiro	163.689	319.146	7.063	14.172	-	-	23.298	45.655	19.933	40.204	213.983	419.178
Março	141.978	461.124	6.542	20.714	-	-	19.481	65.136	6.301	46.506	174.301	593.479
Abril	135.181	596.305	7.293	28.007	-	-	18.713	83.849	6.301	52.807	167.488	760.967
Maio	189.608	785.912	5.643	33.650	-	-	25.012	108.861	6.301	59.108	226.564	987.530
Junho	133.154	919.066	6.307	39.957	-	-	18.434	127.294	6.301	65.409	164.195	1.151.726
Julho	111.643	1.030.709	5.960	45.917	-	-	19.828	147.123	6.301	71.710	143.732	1.295.458
Agosto	146.466	1.177.175	6.357	52.273	-	-	19.997	167.119	6.301	78.011	179.121	1.474.579
Setembro	127.086	1.304.261	5.744	58.018	-	-	17.690	184.809	6.301	84.312	156.821	1.631.400
Outubro	131.300	1.435.561	6.984	65.002	-	-	16.311	201.120	6.301	90.613	160.896	1.792.296
Novembro	146.264	1.581.825	7.147	72.148	-	-	21.987	223.107	6.301	96.914	181.699	1.973.995
Dezembro	152.498	1.734.323	7.688	79.836	-	-	26.691	249.798	6.301	103.215	193.178	2.167.173
Janeiro 2004	167.381	167.381	8.168	8.168	-	-	16.493	16.493	6.713	6.713	198.756	198.756
Fevereiro	182.797	350.177	8.958	17.126	-	-	17.831	34.324	6.713	13.426	216.298	415.054
Março	147.937	498.114	8.358	25.483	-	-	14.736	49.060	6.713	20.140	177.744	592.797
Abril	162.956	661.070	10.286	35.769	-	-	16.187	65.247	32.539⁴	52.678	221.968	814.765
Maio	189.788	850.858	10.070	45.840	-	-	18.614	83.862	6.713	59.391	225.186	1.039.951
Junho	123.200	974.059	9.851	55.691	-	-	12.557	96.419	6.713⁵	66.105	152.322	1.192.273
Julho	128.121	1.102.180	10.563	66.254	-	-	39.035	135.454	6.713	72.818	184.432	1.376.705
Agosto	166.683	1.268.862	11.093	77.346	-	-	16.562	152.016	9.217	82.035	203.554	1.580.259
Setembro	144.339	1.413.202	10.708	88.054	-	-	14.516	166.532	9.217	91.251	178.780	1.759.039
Outubro	154.466	1.567.668	11.230	99.284	21.103	21.103	15.459	181.991	9.217	100.468	211.476	1.970.515
Novembro	153.985	1.721.653	11.106	110.390	-	-	15.410	197.401	9.217	109.685	189.717	2.160.232

Fonte: MINFAZ/STN

Elaboração:SEI

¹ Deduzidos 15% para o FUNDEF

² Inclui recursos do FPM/FPE/IPI-EXP/LC 87/96 e complementação

³ Refere-se à desoneração do ICMS/Exportação - LC 87/96 - MP 1579

⁴ Refere-se à desoneração do ICMS/Exportação - LC 87/96 - MP 1773

Município

Balanco Orçamentário ¹ Orçamentos fiscal e da seguridade social - Salvador, Jan-Out/2004							R\$ 1.000
Receitas	Previsão inicial	Previsão atualizada (A)	Receitas realizadas				Saldo a realizar (B-C)
			Set-Out 2004 (B)	% B/A	Jan-Out 2004 (C)	% C/A	
Receitas Correntes	1.503.322	1.507.092	212.914	14,1	1.059.056	70,3	448.036
Receita Tributária	527.569	527.569	70.335	13,3	387.108	73,4	140.461
Impostos	451.500	451.500	62.370	13,8	327.379	72,5	124.121
Taxas	76.069	76.069	7.776	10,2	58.851	77,4	17.218
Outras Receitas Tributárias	-	-	189	-	878	-	(878)
Receita de Contribuições	67.700	71.400	10.318	14,5	61.547	86,2	9.853
Contribuições Sociais	31.500	31.500	5.502	17,5	32.877	104,4	(1.377)
Contribuições Econômicas	36.200	39.900	4.816	12,1	28.670	71,9	11.230
Receita Patrimonial	98.289	98.289	6.229	6,3	29.893	30,4	68.396
Receitas Imobiliárias	2.842	2.842	185	6,5	1.304	45,9	1.538
Receitas de Valores Mobiliários	56.620	56.620	1.910	3,4	11.169	19,7	45.451
Receitas de Concessões e Permissões	36.827	36.827	4.134	11,2	17.360	47,1	19.467
Outras Receitas Patrimoniais	2.000	2.000	-	-	60	3,0	1.940
Receita Industrial	-	-	180	-	687	-	(687)
Receita de Serviços	13.153	13.153	1.454	11,1	8.071	61,4	5.082
Receita de Serviços	13.153	13.153	1.454	11,1	8.071	61,4	5.082
Transferências Correntes	794.064	794.134	112.929	14,2	562.016	70,8	232.118
Transf. Intergovernamentais	744.038	744.038	111.509	15,0	546.176	73,4	197.862
Transf. de Instituições Privadas	452	452	65	14,4	189	41,8	263
Transferências do Exterior	-	-	-	-	11	-	(11)
Transferências de Pessoas	26	26	-	-	-	-	26
Transferências de Convênios	49.548	49.618	1.355	2,7	15.640	31,5	33.978
Outras Receitas Correntes	73.812	73.812	23.774	32,2	65.825	89,2	7.987
Multas e Juros de Mora	29.104	29.104	6.902	23,7	29.778	102,3	(674)
Indenizações e Restituições	4.740	4.740	654	13,8	3.204	67,6	1.536
Receita da Dívida Ativa	32.000	32.000	15.126	47,3	28.597	89,4	3.403
Receitas Correntes Diversas	7.968	7.968	1.092	13,7	4.246	53,3	3.722
Dedução da Receita p/ FUNDEF	(71.265)	(71.265)	(12.305)	17,3	(56.091)	78,7	(15.174)
Receitas de Capital	114.044	114.044	19.144	16,8	63.333	55,5	
Operações de Crédito	26.939	26.939	3.079	-	7.515	27,9	19.424
Operações de Crédito Internas	26.939	26.939	3.079	11,4	7.515	27,9	19.424
Alienação de Bens	3.500	3.500	56	1,6	58	1,7	3.442
Alienação de Bens Móveis	3.500	3.500	56	1,6	58	1,7	3.442
Amortizações de Empréstimos	-	-	-	-	-	-	-
Transferências de Capital	83.505	83.505	16.009	19,2	55.760	66,8	27.745
Transf. Intergovernamentais	3.045	3.045	-	-	-	-	3.045
Transf. de Instituições Privadas	20	20	-	-	-	-	20
Transferências do Exterior	-	-	-	-	-	-	-
Transferências de Pessoas	-	-	-	-	-	-	-
Transferências de Convênios	80.440	80.440	16.009	19,9	55.760	69,3	24.680
Outras Receitas de Capital	100	100	-	-	-	-	-
Integralização do Capital Social	-	-	-	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades	-	-	-	-	-	-	-
Receitas de Capital Diversas	100	100	-	-	1	1,0	99
Subtotal das Receitas (I)	1.617.366	1.621.136	232.058	14,3	1.122.390	69,2	498.746
Déficit (II)	-	-	-	-	229	-	-
Total (III)=(I+II)	1.617.366	1.621.136	232.058	14,3	1.122.619	69,2	498.517

Fonte: SEFAZ/CGM/SUPIG

¹ Administração Direta e Indireta da PMS

Balço Orçamentário¹ Orçamentos fiscal e da seguridade social - Salvador, Jan-Out/2004									R\$ 1.000
Despesas	Dotação inicial (A)	Créditos adicionais (B)	Dotação atualizada (C)	Despesas					Saldo (C-G)
				Empenhadas		Liquidadas			
				Set-Out (D)	Jan-Out (E)	Set-Out (F)	Jan-Out (G)	% (G-C)	
Despesas Correntes	1.327.272	8.758	1.336.030	146.707	1.111.420	191.100	958.188	71,7	377.842
Pessoal e Encargos Sociais	516.158	9.169	525.327	55.904	431.356	89.194	376.081	71,6	149.246
Juros e Encargos da Dívida Interna	74.693	(356)	74.337	10.138	62.879	11.890	57.780	77,7	16.557
Outras Despesas Correntes	736.421	(55)	736.366	80.665	617.185	90.016	524.327	71,2	212.039
Despesas de Capital	281.094	1.242	282.336	40.208	195.581	35.437	164.431	58,2	117.905
Investimentos	203.715	626	204.341	28.061	140.817	26.517	121.214	59,3	83.127
Inversões Financeiras	4.075	40	4.115	1.200	3.352	1.146	2.652	64,4	1.463
Amortização da Dívida	73.304	576	73.880	10.947	51.412	7.774	40.565	54,9	33.315
Reserva de Contingência	9.000	(1.200)	7.800	-	-	-	-	-	7.800
Subtotal das Despesas (I)	1.617.366	8.800	1.626.166	186.915	1.307.001	226.537	1.122.619	69,0	503.547
Superávit (II)	-	-	-	-	-	5.521	-	-	-
Total (I+II)	1.617.366	8.800	1.626.166	186.915	1.307.001	232.058	1.122.619	69,0	503.547

Fonte: SEFAZ/CGM/SUPIG

¹ Administração Direta e Indireta da PMS

Normas para Publicação de Artigos

A revista Conjuntura & Planejamento, editada pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), órgão vinculado à Secretaria do Planejamento do Estado da Bahia (SEPLAN), aceita colaborações originais, em português, seja sob a forma de artigos versando sobre a conjuntura e planejamento do ponto de vista da economia, seja sob a de resenhas de livros que se enquadrem nesses mesmos parâmetros.

Os artigos e resenhas são submetidos à apreciação do Conselho Editorial e os autores são, a seguir, informados sobre a viabilidade ou não da publicação de seus trabalhos.

Padrão para envio de artigos ou resenhas:

- formato A4, espaço 1,5, com margens de 3 cm, fonte Times New Roman, tamanho 12, máximo de 10 e mínimo de 5 páginas, incluindo notas, referências bibliográficas e referências;
- identificação do autor, com nome completo, titulação acadêmica, nome das instituições a que está vinculado, além de endereço para contato, e-mail e telefone;
- cópia impressa e arquivos magnéticos editados em Word, que devem ser entregues à Gerência de Análise Conjuntura (GEAC), na SEI, ou cópia magnética enviada para o e-mail: geac@sei.ba.gov.br;
- tabelas, ilustrações ou gráficos (formato Excel) com legendas numeradas e apresentados no corpo do texto;
- notas de rodapé explicativas ou complementares curtas, numeradas em ordem seqüencial;
- citações, até três linhas, entre aspas, na seqüência do texto; com mais de três linhas, apresentadas em outro parágrafo, com avanço de 1cm e fonte de tamanho 10, sem aspas, preferencialmente identificadas pelo sistema autor-data (NBR. 10.520 da ABNT);
- referências bibliográficas completas e precisas, segundo as normas para Referências Bibliográficas NBR 6.023, da ABNT.

As resenhas devem conter, no máximo, cinco páginas.

O autor terá direito a dois exemplares da publicação em que foi publicado seu artigo.

Os artigos publicados são de responsabilidade dos autores e não refletem a opinião da Instituição.

É permitida a reprodução e/ou citação, desde que citada a fonte.

Todos os números da Conjuntura & Planejamento podem ser visualizados no site da SEI (www.sei.ba.gov.br) no menu "publicações".

